

JOSÉ MAURÍCIO DO RÊGO FEITOZA

**EXTENSÃO RURAL NO AMAZONAS:
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PLANEJAMENTO DO IDAM-AM**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2003

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F311e
2003

Feitoza, José Maurício do Rêgo, 1956-
Extensão rural no Amazonas: concepções pedagógicas no
planejamento do IDAM-AM / José Maurício do Rego Feitoza.
– Viçosa : UFV, 2003.
107 p. : il.

Orientador: Geraldo Magela Braga
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa

1. Extensão rural – Amazonas (Estado). 2. Educação rural –
Amazonas (Estado). 3. Instituto de desenvolvimento
Agropecuário do Amazonas – Pesquisa. I. Universidade Federal
de Viçosa. II. Título.

CDD 19. ed. 630.715
CDD 20. ed. 630.71

JOSÉ MAURÍCIO DO RÊGO FEITOZA

**EXTENSÃO RURAL NO AMAZONAS:
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PLANEJAMENTO DO IDAM-AM**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2003.

Maria das Graças Soares Floresta

Lourdes Helena da Silva

Sebastião Teixeira Gomes
(Conselheiro)

José Benedito Pinho
(Conselheiro)

Geraldo Magela Braga
(Orientador)

“A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem, se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado”.
(Paulo Freire – Cartas à Guiné-Bissau, 1984)

“Peço licença para terminar soletrando a canção de rebeldia que existe nos fonemas da alegria: canção de amor geral que eu vi crescer nos olhos do homem que aprendeu a ler”.
(Thiago de Mello, Santiago do Chile, Verão de 1964)

“A assistência técnica, que é indispensável, qualquer que seja o seu domínio, só é válida na medida em que o seu programa nascendo da pesquisa do ‘tema gerador’ do povo, vá mais além do puro treinamento técnico”.
(Paulo Freire, 1982)

“O inverossímil, o antagonismo e a contradição aparentes, subjagam quantos procuram a Amazônia na tímida craveira das concepções comuns”.
(Vianna Moog, 1975)

A Edinete, companheira incentivadora de todos os momentos,
que a despeito da distância física, geográfica e espacial,
em que estivemos separados, foi capaz de nos aproximar cada vez mais,
nos ideais, na vida material e no amor.

Aos meus filhos Pablo Vinícius, Dreyfus Lincoln e Mayara Janaína,
que souberam superar a minha ausência,
e a cada dia renovaram e fortaleceram a nossa luta.

Aos meus pais Francisco Feitoza (*in memoriam*) e Enedina Feitosa,
e aos meus irmãos Paulo Frederico, Antônio Augusto (*in memoriam*),
Francisco Orlando e Raimundo Juliano,
pelos estímulos e lições de vida que se expressam
no cotidiano de nossas relações.

Aos meus sogros Manuel Gomes e Maria Bruno,
pelos inúmeros exemplos dados.
Reafirmando que se existe é tênue a fronteira
entre o saber social e o conhecimento científico sistematizado.

AGRADECIMENTO

Expresso aqui meus agradecimentos às pessoas e às instituições que contribuíram para a concretização deste estudo.

Aos meus colegas de mestrado Diva, Leonardo, Rosivaldo, Luciana, Maíra, Rosely, Paulo Sérgio e Alex Fabiani, pelos excelentes momentos partilhados, e pelos ensinamentos recebidos, especialmente destes três últimos, com os quais tive não apenas uma convivência acadêmica, mas sobretudo a solidariedade de verdadeiros irmãos fraternos, unidos que nos tornamos pelos sentimentos e pelos ideais.

À EMATER-MG, especialmente os Escritórios Local e Regional de Viçosa, nas pessoas do Gil Tiago, Marcelo Libâneo e Niwton Moraes.

A todo o pessoal do Departamento de Economia Rural, que não mediu esforços para contribuir com o apoio, carinho, estímulo e amizade, ao longo dessa caminhada.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, pelos ensinamentos e pelas reflexões intelectuais desenvolvidas ao longo do curso.

Ao pessoal da COOTERMA e COOTEAM, na figura de seus dirigentes Petrúcio e Picanço, respectivamente, pela valiosa contribuição dada.

Ao pessoal da EMBRAPA-AM, nas pessoas de Sabino, Nilo, Jefferson e Aparecida.

Ao amigo e irmão João Bosco André Gordiano, em grande medida o viabilizador e grande incentivador dessa trajetória.

A todos os colegas da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, na pessoa de seu ex-diretor, professor José Lúcio do Nascimento Rabelo.

Aos professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Gilberto Peixoto e Therezinha Fraxe.

Ao Nuquinha e demais amigos aposentados da Universidade Federal de Viçosa, que na prosa do cotidiano expressam o verdadeiro sentido da práxis do conhecimento em relação à vida humana.

Aos meus tios Elza, Waldemir, Euricles, Dalva, Altair, Morena, e primos, pelo estímulo e confiança.

Ao professor Geraldo Magela Braga, orientador-amigo, cujos ensinamentos transcendem o nível acadêmico, para vingar e se fortalecer na mais lídima forma de valorização do ser humano. Ensinamentos que por certo se farão presentes com muita intensidade na minha vida profissional e pessoal.

À CAPES.

A todo o pessoal do IDAM-AM, nas pessoas de seu ex-diretor José Rogério de Araújo, Marcam Uchôa e Dona Eda Drummond.

À senhora Eulinda Pinto Silveira, Coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama.

À professora Rosa Cristina Porcaro, pela leitura, críticas e sugestões apresentadas, durante a elaboração deste texto.

Ao engenheiro-agrônomo José Levy de Oliveira, pela concessão de material bibliográfico, utilizado na elaboração deste texto.

BIOGRAFIA

JOSÉ MAURÍCIO DO RÊGO FEITOZA, filho de Francisco Orlando de Vasconcelos Feitoza e Enedina do Rêgo Feitosa, nasceu no dia 31 de outubro de 1956, em Manaus-AM.

É Técnico Agrícola, de nível médio, formado pelo Colégio Agrícola do Amazonas, atual Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM-AM), onde é professor há 25 anos. Concluiu o Curso de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas, para o Ensino de II Graus – Esquema II, pela Universidade Federal do Pará (UFPA-PA), em 1978. Posteriormente cursou Ciências Sociais, tendo concluído o bacharelado e licenciatura nos anos de 1998 e 1999, respectivamente.

Realizou cursos em nível de especialização, nas áreas de Cooperativismo e Sistema Escola – Fazenda, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), em 1979. E também o Curso de Sementes pela Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel-RS), em 1986.

Em abril de 2001, iniciou os estudos de pós-graduação, no Programa de Mestrado em Extensão Rural, no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG). Em fevereiro de 2003, submeteu-se à defesa de tese, para cumprimento das exigências para a obtenção do título de “Magister Scientiae”.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Educação, pedagogia e extensão - o tema em discussão	1
1.2. O problema de pesquisa	8
1.3. Objetivos	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
3. METODOLOGIA	19
4. A EXTENSÃO RURAL NO AMAZONAS	23
4.1. Origens do modelo extensionista institucionalizado no Brasil ...	23
4.2. O contexto da chegada da extensão rural no Amazonas	27
4.3. A atual situação do IDAM-AM refletindo a desestruturação	32

	Página
4.4. A extensão rural e as peculiaridades do contexto amazônico ..	41
4.5. A extensão como peça de uma engrenagem maior	46
5. O PLANEJAMENTO E A PEDAGOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA AMAZONENSE	53
5.1. A extensão rural enquanto prática educativa	53
5.2. Os fundamentos pedagógicos da ação do IDAM-AM	61
5.3. A pedagogia entre o dizer e o fazer	64
5.4. A pesquisa agropecuária e a extensão rural no Estado do Amazonas	70
5.5. Antigos e atuais problemas em tempos de modernização	74
5.6. Revendo conceitos e atualizando a discussão	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICES	102
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B	104
APÊNDICE C	106

LISTA DE QUADROS

		Página
1	Distribuição dos técnicos de nível médio e superior e outros profissionais - IDAM-AM	36
2	Distribuição de profissionais por áreas de formação	36
3	Treinamentos/capacitação de técnicos do IDAM-AM	38
1B	Número de funcionários do IDAM	104

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

ACAR-AM - Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas.

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina.

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Paraná.

AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

BASA - Banco da Amazônia S.A.

BID - Bank Internacional Development.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CHISA - Cidade Hortigranjeira do Município de Iranduba - SA.

CIAMA - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas.

CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável.

CNPSP - Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e Dendê.

CNPSe - Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira.

CODEAGRO - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

COOTEAMA - Cooperativa Prestadora de Serviços dos Técnicos do Estado do Amazonas.

COOTERMA - Cooperativa de Trabalho e Assistência em Engenharia, Agronomia, Veterinária e Meio Ambiente.

DRR - Diagnóstico Rural Rápido.

DRP - Diagnóstico Rural Participativo.

EMATER-AM - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

FASER - Federação das Associações dos Servidores da Extensão Rural do Brasil.

FAO - Food and Agriculture Organization.

GPP - Geração de Produtos e Processos.

IAPAR - Instituto Agrônomo dos Paraná.

IBAMA-AM - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente do Estado do Amazonas.

ICOTI - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão.
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
MEC - Ministério da Educação e Cultura.
MIN - Ministério da Integração Nacional.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
ONU - Organização das Nações Unidas.
PACTI - Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria.
PBQP - Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade.
PDA - Plano de Desenvolvimento do Amazonas.
PICE - Política Industrial e do Comércio Exterior.
PIN - Programa de Integração Nacional.
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento para a Agricultura Familiar.
PROATER - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
SEINT - Secretária de Estado de Coordenação do Interior do Estado do Amazonas.
SEPLAN - Secretária de Planejamento do Estado do Amazonas.
SEPROR-AM - Secretária de Produção.
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
SPEVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.
UEPAE - Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual.
UFRJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria.
USP - Universidade do Estado de São Paulo.
USAID - United States Agency for International Development.
UFV - Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO

FEITOZA, José Maurício do Rêgo, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2003. **Extensão rural no Amazonas: concepções pedagógicas no planejamento do IDAM-AM.** Orientador: Geraldo Magela Braga. Conselheiros: José Benedito Pinho e Sebastião Teixeira Gomes.

Pretendeu-se, nesse estudo, analisar e compreender a concepção pedagógica que orienta a ação extensionista do IDAM, tomando como referência a extensão rural enquanto prática educativa, de natureza informal cujo planejamento e ação ocorrem em um contexto bastante diversificado - o Estado do Amazonas -, expresso, sobretudo, pela complexa teia de relações, envolvendo uma diversidade étnica, sócio-cultural, econômica e ambiental. No afã de melhor fundamentar as reflexões acerca do problema de pesquisa, adotou-se como base teórica e conceitual as elaborações sócio-educacionais mannheimianas, através dos conceitos de educação enquanto técnica social e planejamento educacional democrático por ele elaborados. Considerando-se as limitações que se impõem à tentativa de transplantação de esquemas analíticos ou de abordagens teóricas produzidas em contextos específicos do passado no caso, a produção de Mannheim se deu na primeira metade do século XX - para o presente. Procurou-se articular os conceitos acima mencionados àqueles desenvolvidos por Alencar: abordagem participativa e abordagem tradicional ou intervenção tutorial, bem como as reflexões de C.R.

Brandão e freirianas relacionadas à comunicação e extensão rural. Quanto aos procedimentos metodológicos, privilegiou-se uma abordagem qualitativa, cujo fundamento de sugere a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em que o objeto não constitui um dado inerte e neutro. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa documental, associada à utilização da técnica de entrevista não-estruturada, realizada junto aos planejadores e alguns gerentes de unidades locais do IDAM. Entrevistaram-se, ainda, servidores de outras instituições, tais como: UFAM, IBAMA-AM, EMBRAPA-AM, a cooperativa de prestação de serviços de Assistência técnica e extensão rural. A interpretação dos fatos relacionados ao problema e objetivo da pesquisa, através dos elementos empíricos, documentais e conceituais, evidenciou que os pressupostos que orientam o planejamento da ação extensionista do IDAM, ainda, estão fundamentados no anacrônico modelo difusionista inovador rogeriano, isso porque a idéia de ponte ou ligação que une os extremos; de um lado, a pesquisa, e do outro, o produto rural, constitui o “mote” de sua ação. Nessa mesma direção, a pesquisa agropecuária e o processo de geração de tecnologia, vista sob a perspectiva analítica em torno da instituição pesquisada - EMBRAPA -AM, expressam as antigas contradições representadas pelos princípios utilizados na definição das prioridades de pesquisa e forma de atuação, que, no plano do discurso, sinalizam para o desenvolvimento sustentável, com preocupações de ordem sócio-ambiental, mas que, na prática, orientam-se pelos nada sustentáveis princípios da Revolução Verde, cuja conceituação é referenciada na idéia de que a tecnologia é mera decorrência de ciência, pressuposto bastante utilizado para justificar a idéia de neutralidade, objetividade e desideologização da ciência. A pesquisa evidenciou ainda que há um grande distanciamento nas relações interinstitucionais entre os órgãos componentes do setor primário amazonense. Por outro lado, constatou-se, também, que ao assumir, por força de lei, inúmeras atribuições inerentes ao desenvolvimento rural, o IDAM tem encontrado grandes dificuldades em atingir as metas preconizadas, notadamente em função do seu desaparelhamento e desestruturação. O estudo possibilitou identificar a ocorrência de uma dissonância entre os princípios norteadores da concepção pedagógica do IDAM em relação às peculiaridades do contexto amazônico, dada a sua complexidade e dimensão.

Porém, assume-se, também, que, a despeito de suas origens, a extensão rural pública é indispensável, mas que, como diz Paulo Freire, ela deve emanar do povo e ir além do puro treinamento técnico. Considerando-se algumas experiências atualmente em curso em outros estados da federação, entende-se possível pensar-se na sua reorientação.

ABSTRACT

FEITOZA, José Maurício do Rêgo, M.S., Universidade Federal de Viçosa, February 2003. **Rural extension in Amazonas: pedagogic conceptions in the planning of IDAM-AM.** Adviser: Geraldo Magela Braga. Committee Members: José Benedito Pinho and Sebastião Teixeira Gomes.

Intended, in this study, analyse and comprehend the pedagogic conception which orient the extensionist action of IDAM, getting as reference the rural extension while educative practice, of informal nature, whose projection and action occur in a plenty diversificated context - the State of Amazonas - express, over, by complex web of relationship, involving a ethnic, social and cultural, economic and ambiental diversity. In the anxiety to improve the fundaments of the reflection about the research's problem, adopted as theoretical and conceptual basis the social and educational Mannheim's theory, through the educational's concepts while social technic and educational democratic projection, elaborated by him. Considering the limitations which impose the attempt of transplation of analitic scheme or theoretical concepts elaborated in specified context of the past - in the case, the Mannheim's intelectual production occured. In the first half of century XX - to present. Seeked articulate the concepts above mentioned those developed by Alencar: parcipative boarding, traditional boarding or tutorial intervention, well as the C.

R. Brandão Freire's reflections referred to communication and rural extension. As to the methodologic procedure, privileged a qualitative boarding, whose basis of synthesis and experience of a dynamic relation between the real world and the subject, in which the object doesn't constitute inert and neutral data. In this way, accomplished a documental research, associated with the utilization of interview's technic non-structured, realized with employee of others institutions, as: UFAM, IBAMA-AM, EMBRAPA-AM and cooperative society of tasks' installment of technic and rural extensionist assistance. The interpretation of the facts related with the research's problem and object, through the empiric, documental and conceptual elements, evidenced the pretext which orient the projection of extensionist'action of IDAM, still, it's founded in the anacronic diffusionist innovated Roger's model, its because the idea of joining or connection that united the extremes: of a side, the research, and the other, the rural producer, constitute the basis of IDAM's action. In the same direction, researchs in the field of agronomy and call breeding and the process to engender technology, under the analitic perspective around the institution researched, EMBRAPA-AM, express ancient contradictions represented by the axiom used in the definition of the priorities of research and way to act, that during the discourse, signal to the sustainable development, with preoccupations of order social and ambiental, however, in the practice, orient itself by models non-sustainable of Green Revolution, whose concept is reference in the idea of the technology is a simple decorence of science, plenty used to justify the idea of neutrality, objectivity and unideologization of science. The research still evidenced that exist a enormous distance in the relationship interinstitutionals between the institutes components of primary sector of Amazonas. In other way, testified too, since the acquirerment, by the law, of innumerable attributions inherent for the rural development, the IDAM has found amplex difficulties to reach the aims preconized, in reason of absence of implements and structure. The study allowed identify the occurrence of a dissonance between the leader basis pedagogic conception of IDAM in comparison with the peculiarities of the amazonic context, analised its complexity and dimension. But, assume too, in spite of its origin, the rural extension public is indispensable, but that, like sais Paulo Freire, it must emanate from the people and goes beyond of the pure technic training.

Considering a few experiences currently in development in other states of the federation, understand the possibility of thinking in its reorientation.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Educação, pedagogia e extensão - o tema em discussão

O novo contexto social, expresso, sobretudo, pelas rápidas transformações, decorrentes dos avanços tecnológicos (informática, comunicações e biotecnologia, dentre outros), promoveu profundas alterações nas relações e nos processos produtivos, exercendo, dessa forma, efeitos consideráveis nas políticas de desenvolvimento, nas quais se incluem aquelas destinadas ao meio rural e que em grande medida, são ainda tratadas de forma eminentemente técnicas.

A questão de ordem técnica, sem dúvida, constitui um problema para o desenvolvimento rural, porém, não certamente o maior. E o mundo em transformação impõe mudanças de hábitos, rotinas, postulados e orientações, e , para que se possa acompanhá-las, faz-se necessário, dentre outras coisas, a capacidade de rever conceitos, posturas e concepções. Hoje não são poucos os que, por exemplo, pensam o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas ditas rurais, a partir da diversificação das atividades, e não apenas em incentivos voltados para a atividade agropecuária.

SCHMITT (1995:5) e CAPORAL (1991:80), refletindo sobre o cenário futuro para a extensão rural¹ pública, sugerem a necessidade de uma revisão

¹ Segundo FONSECA (1985:50), em *A Extensão Rural no Brasil: Um Projeto Educativo para o Capital*, diferentes definições tem sido atribuídas à extensão rural na América Latina, dentre as quais podemos

de sua base teórica, conceitual e estrutural, visando à adequação ao novo mundo que está surgindo. Para CAPORAL (1991:37,44,181-182), uma das principais funções a serem desempenhadas pela extensão rural consistia em disseminar ou mesmo inculcar nas pessoas do meio rural, os interesses e a ideologia das classes e frações dominantes, sendo tal postura justificada como um meio de remoção do atraso, ensejando a modernização do setor rural brasileiro.

Esse mesmo autor, ao referir-se às mudanças mais recentemente ocorridas no discurso extensionista, destaca que: o “humanismo” e a “participação” pseudo-democratizantes não foram suficientes para fazer frente às dificuldades vivenciadas pela extensão rural, até porque não houve alterações nas bases teóricas, nas orientações sobre a metodologia e sobre as estratégias de ação do extensionismo (CAPORAL, 1993:538).

Já os estudos desenvolvidos por QUEDA (1987:77,148-149) assinalam que a difusão das inovações tecnológicas foi, desde as origens da extensão rural, o argumento utilizado para sustentar a elevação da produção e da produtividade, condição esta que, segundo os mentores dessa idéia, seria fundamental para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Para esse autor, a extensão rural, ao não levar em conta as relações sociais de produção e ao enfatizar o processo tecnológico como fator de resolução das questões rurais e, ainda, ao isentar-se da discussão sobre a questão agrária e a estrutura fundiária no Brasil, configurou-se como uma proposta ou uma tarefa irrealizável, vindo na verdade a se constituir como um importante instrumento a favor da entrada e disseminação do capital no campo.

Refletindo sobre o processo tecnológico que embasa a atual prática e os desafios que se impõem à extensão rural, CAPORAL (1991:91-92) assinala a necessidade de se desenvolver um novo enfoque. Entende, ainda, esse autor ser indispensável pensar o desenvolvimento em uma perspectiva que não se

destacar: “sistema especial de educação rural que atinge adultos e jovens através de metodologias adequadas e da ação de líderes em grupos e comunidades, visando à adoção de novas práticas agropecuárias e domésticas; sistema educativo e informal que busca obter mudanças de atitude, procura aperfeiçoar as aptidões e melhorar as condições de vida da população rural, através da tecnificação do trabalho agrícola e fomento da organização comunitária; modalidade informal e democrática de educação de adultos e jovens que visa levar ao agricultor e a sua família os conhecimentos necessários à solução dos problemas que impedem a elevação de seus níveis de vida; processo educacional que visa induzir o povo (considerando povo, indivíduos e instituições) a interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudanças para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do meio rural através da integração das forças vivas da comunidade”.

limite apenas aos recursos humanos, materiais e financeiros, ou ainda somente em máquinas, produtos químicos, crédito, etc. Porém, destaca como de grande importância o que ele denomina de insumo intelectual (capital cultural), este que, para ele, é representado pela assistência técnica, econômica e social, normalmente delegadas aos serviços de extensão rural.

É nessa mesma linha de reflexão que CAPORAL e COSTA BEBER (1994:85) enfatizam a necessidade por parte da extensão rural de rever sua compreensão quanto ao “processo educativo”, quanto à “comunicação” e obviamente quanto à metodologia, condições estas concebidas por esses autores como indispensáveis, para uma atuação extensionista comprometida com o resgate da cidadania e da recuperação da dívida social da nação para com o campesinato.

A questão do desenvolvimento agrícola, no qual se inclui a extensão rural, tem sido alvo de discussões, que envolvem posições tais como, as anteriormente mencionadas e a de ALVIM (2000:171), que, analisando as possibilidades para a agricultura da região amazônica, diz que: “os problemas relacionados à agricultura na Amazônia são, em geral, mais discutidos com base em argumentos teóricos do que em resultados experimentais”.

Foi com fulcro nessas distintas concepções – aquelas que defendem a necessidade de rever fundamentos teóricos e as que dão ênfase nos aspectos práticos/experimentais - acerca da extensão rural, que com este estudo buscou-se refletir sobre a pedagogia² que embasa a ação extensionista³ rural pública desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM-AM)⁴.

² LUZURIAGA (1980:2), em *História da Educação*, enfatiza que “pedagogia é a ciência da educação: por ela é que a ação educativa adquire unidade e elevação. Educação sem pedagogia, sem reflexão metódica, seria pura atividade mecânica, mera rotina. Educação e pedagogia estão como prática para a teoria, realidade para ideal, experiência para pensamento, não como entidades independentes, mas fundidas em unidade indivisível, como o anverso e o reverso da moeda.

³ Para fins do presente estudo, esta é entendida como os serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pelo IDAM-AM junto ao seu público alvo (produtores rurais).

⁴ O IDAM foi criado através da Lei Estadual n.º 2.384, de 18 de março de 1996. De conformidade com o Decreto Lei n.º 2.953, de 31 de março de 2000, tornou-se vinculado à Secretaria de Estado de Coordenação do Interior (SEINT), constituindo-se numa autarquia da administração indireta. O IDAM é hoje o órgão estadual responsável pela formulação, coordenação e execução da política do setor agropecuário amazonense. Dentre outras atividades, ele é responsável pelas ações de assistência técnica e extensão rural, fomento à produção, comercialização, serviços de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal (Relatório do Estado do Amazonas - IDAM-AM - 2002 - 32 e Plano Diretor do IDAM-AM - 2003/2006:15-17).

Partiu-se da concepção de que a pedagogia é a orientação do processo educacional, no sentido da formação humana dos indivíduos e dos processos que assegurem as finalidades e meios de realização da prática educativa. Nesse sentido, cabe à pedagogia orientar o processo pelo qual são assimilados os conhecimentos e experiências acumuladas pela prática social da humanidade, assim como cumpre-lhe também orientar o referido processo para as finalidades sociais e políticas, criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo (LIBÂNEO, 1990:24-25).

De acordo com o referido autor, a prática educativa constitui "parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas de organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais". Como as relações sociais existentes na sociedade não são estáticas, imutáveis, estabelecidas para sempre, são dinâmicas e se constituem pela ação humana na vida social, significa que podem ser transformadas pelos próprios indivíduos que a integram.

Nesse sentido, percebe-se que para o aludido educador, a educação configura-se como um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento onilateral, da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais (LIBÂNEO, 1990).

O processo educacional, tanto na sua perspectiva formal, quanto na condição informal, é simplificador, quando não leva o educando a entendê-lo e a posicionar-se como sujeito desse processo, vindo dessa forma a comprometer sua auto-realização, de integração no sistema econômico e de participação nas relações sociais da comunidade regional e global.

Portanto, o saber não se constitui em um conjunto de dados tratados e sistematizados, prontos para serem consumidos. Essa relação também deverá ser refletida na ação extensionista rural, onde as camadas populares e o produtor rural sejam entendidos e valorizados em seu saber com sua "teoria/pedagogia" que se constrói no trabalho, onde ele com o seu fazer, transforma e recria o mundo (GADOTTI, 1995:137).

É com base nos aspectos anteriormente mencionados que emerge a preocupação com os desafios que se impõem à extensão rural pública brasileira e que se refletem na ação extensionista desenvolvida no âmbito local, nesse caso, no Estado do Amazonas, através do IDAM.

A extensão rural constitui uma temática sobre a qual técnicos e intelectuais ligados ao setor e outros interessados na questão, têm-na discutido em eventos realizados no âmbito local, regional e nacional⁵. Observa-se, contudo, que grande parte dos trabalhos, tais como: BICCA (1992), OLIVEIRA (1988), RIBEIRO (2000), tem-se preocupado com a sustentabilidade e a manutenção do sistema extensionista público, sem que os fundamentos teóricos que embasam tais proposições recebam a devida atenção. Essas orientações sugerem a adoção de procedimentos e medidas que priorizem os aspectos mais pragmáticos e operacionais, voltados para a produção e produtividade, participação dos agricultores no processo de geração e difusão de tecnologia, qualidade da gestão, ampliação do portfólio dos serviços, dentre outros.

Olhando-se tal questão sob a ótica de MORIN (2001:334) tem-se que “uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução é a possibilidade de tratar um problema”. Portanto, segundo esse autor o desenvolvimento do conhecimento científico exige que o observador/pesquisador se introduza de forma autocrítica e auto-reflexiva em seus conhecimentos dos objetos.

A análise epistemológica da tecnologia desenvolvida por MORIN (2001:107) sugere ser impossível isolar a noção de tecnologia. Ele assinala que sabemos da existência de uma “relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade, da sociedade à ciência”. Prosseguindo ele destaca a importância da não reificação das técnicas uma

⁵ No período compreendido entre 1995 a 2000 ocorreram vários eventos, dentre os quais podemos destacar: I Encontro sobre Ensino de Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul, 25 a 26 de abril de 1996, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria-RS; WORKSHOP, Cadeia Produtiva, Clusters e Extensão Rural, ocorrido em agosto de 2000, sob os auspícios da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA-AM); WORKSHOP Nacional, Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural, centrada na Agricultura Familiar, Brasília-DF, 1997; Congresso dos Trabalhadores de Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, Guarapari-ES, 1997; II Encontro Brasileiro de Sistemas de Produção, 21 a 23 de novembro de 1995, IAPAR, Londrina-PR.

vez que, “o desenvolvimento das técnicas não provoca somente processos de emancipação, mas também novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos humanos pelas entidades sociais”.

Do exposto pode-se perceber os riscos de manipulação que poderão advir da tecnologia, aspecto este que tem se expressado com razoável freqüência no cotidiano da pessoas, quer pela dependência, quer pela submissão às máquinas. Isto que conforme MORIN (2001:109) sugere a existência de um novo tipo de manipulação, pois, “... não aplicamos os esquemas tecnológicos apenas ao trabalho manual ou mesmo à máquina artificial, mas também às nossas próprias concepções de sociedade, vida e homem”.

Considerando-se a estreita vinculação que liga a pesquisa agropecuária aos serviços de assistência técnica e extensão rural é que entendeu-se como necessário, empreender-se uma análise acerca da concepção, prioridade e destinação da pesquisa agropecuária desenvolvida pela EMBRAPA da Amazônia Ocidental, uma vez que trata-se do principal órgão de pesquisa agropecuária do Estado do Amazonas, e que mais diretamente liga-se às atividades desenvolvidas pelo IDAM.

Por outro lado, configurou-se a necessidade de proceder-se a uma análise ampliada, e não apenas restrita às questões econômicas, políticas ou agrônômicas em relação a extensão rural, por compreender-se que é preciso não descuidar dessa discussão a pedagogia que orienta a atuação extensionista⁶. Notadamente quando se tem por objetivo compreender as ações desenvolvidas por uma instituição - neste caso o IDAM-AM - cujo público prioritário é bastante difuso e diversificado, representado pelos agricultores de base familiar, pescadores artesanais, extrativistas, colonos/assentados e comunidades indígenas, embora desenvolva atividades também junto aos médios e grandes produtores rurais e eventualmente outros demandantes de seus serviços, tais como: governos municipais, empresas públicas e privadas e sociedade em geral.

⁶ Esta, que em grande medida é baseada na difusão de tecnologia, que segundo ROGERS (1983:5-7), é o processo pelo qual acontece alteração na estrutura e no sistema social, quando idéias novas são trabalhadas, são difundidas, são adotadas ou rejeitadas, isso se conduz a certas conseqüências.

Daí que a reflexão aqui desenvolvida, orienta-se pela idéia segundo a qual a pedagogia extensionista não deverá ter “nem a concepção vaziamente 'humanista', no fundo reacionária e tradicionalista, antitransformação, que nega a técnica, nem tampouco a concepção mítica desta última, que implica num tecnicismo desumanizante; numa espécie de messianismo da técnica, em que esta aparece como salvadora infalível” (FREIRE, 1982:57).

O presente estudo foi desenvolvido seguindo a seguinte estruturação:

Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico, este que foi fundamentado na elaboração teórica de Mannheim, envolvendo os seus estudos relacionados a sociologia educacional, destacando os conceitos de educação enquanto técnica social e planejamento democrático educacional. Associado a essas conceituações utilizou-se as reflexões desenvolvidas por Alencar, no que tange as conceituações por ele adotadas no estudo da extensão rural: abordagem tradicional/intervenção tutorial e abordagem participativa. Em seguida é apresentada a metodologia utilizada na realização da pesquisa, esta que envolveu o emprego da técnica de entrevista não estruturada e procedimentos analíticos, a partir de fonte documental.

Tendo em vista melhor apreender a relação existente entre educação pedagogia e extensão são apresentadas a seguir algumas aproximações conceituais, envolvendo as contribuições de FREIRE (1974, 1975 e 1982), BICCA (1992) e MANNHEIM (1962, 1973, 1980 e 1982). Objetivando melhor explicitar o tema e o objeto da discussão é problematizada a seguir a relação existente entre a pesquisa agropecuária e a extensão rural pública no Estado do Amazonas, contexto em que discute-se os fundamentos e os elementos definidores das prioridades de pesquisa e suas implicações para o serviço de extensão rural. Articulando-se com o capítulo anterior apresenta-se a seguir as origens do modelo extensionista institucionalizado no Brasil, o contexto da chegada da extensão rural no Estado do Amazonas, bem como a sua condição de elemento das políticas de desenvolvimento rural.

Buscou-se ainda analisar o atual cenário e os novos desafios que se impõem a extensão rural pública amazonense, representada pelo IDAM-AM, situação em que é discutido o seu desaparecimento e desestruturação, associada à emergência de novas discussões relacionadas a esse tema, procurando-se relacionar a atuação extensionista do IDAM-AM, frente as

peculiaridade do contexto amazônico. Finalizando, volta-se ao problema e os objetivos da pesquisa articulando-os aos conceitos e conteúdo das discussões, momento em que são apresentadas as críticas e sugestões.

1.2. O problema de pesquisa

De acordo com a concepção Mannheimiana, o pensamento está socialmente condicionado e se modifica nos diferentes períodos da história, e o mesmo só poderá ser instrutivo se nos dermos conta de suas conseqüências e se as aplicarmos em nosso tempo. Entende esse autor que “concepção e ação não se constituem pólos antagônicos ou antitéticos de um mesmo processo, porém sim etapas concomitantes e integradas do mesmo, que objetivam as possíveis formas de intervenção.

A questão educacional e pedagógica, vista sob a ótica de BRANDÃO (1981:100) nos indica que a educação é inevitável e não deve ser confundida com a escolarização, como se ela se encontrasse somente no que é "formal", "oficial", "programado", "técnico" e "tecnológico". Nesta perspectiva pode a mesma servir a reprodução das desigualdades, assim como poderá contribuir para criação da de liberdade e maior igualdade entre os homens. Daí inferir-se que determinados tipos de homens criam determinados tipos de educação, para que, depois, ele recrie determinados tipos de homens.

Foi com base nesse pensamento que o presente estudo estabeleceu como hipótese a idéia de que a pedagogia concebida no planejamento e na ação extensionista desenvolvida pelo IDAM-AM, expressa uma relação unilateral e dicotômica, entre a tecnologia e o educacional, entre o técnico e o ambiental, e que o contexto amazônico, devido a sua grande diversidade étnica, cultural, econômica e sócio-ambiental, impõe a necessidade de uma extensão rural pública diferenciada e mais inclusiva, que atenda aos diferentes públicos, tais como: os praticantes das várias formas de extrativismo vegetal e animal, de agricultura familiar e pequenos, médios e grandes produtores rurais articulados ao mercado.

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou investigar: de que forma a pedagogia da ação extensionista é concebida pelos planejadores e exercitada na ação extensionista desenvolvida pelo IDAM-AM, e como esta

contribuiu para a compatibilização ou a dissonância entre os objetivos estabelecidos pelos formuladores dos pacotes tecnológicos unificados e a diversidade étnica, sócio-cultural, econômica e ambiental peculiar ao contexto amazônico?

1.3. Objetivos

O presente estudo teve como objetivo geral compreender e explicitar a concepção pedagógica no planejamento da ação extensionista rural praticada pelo IDAM-AM, após a sua criação em 1996, bem como identificar em que medida tal concepção, tem contribuído para a compatibilização ou a dissonância dos resultados decorrentes de sua intervenção frente à complexidade e diversificação do ambiente amazônico, no qual atua a referida instituição. De forma mais específica, procurou-se, ainda, neste estudo analisar a importância da criação e atuação do IDAM-AM para a extensão rural pública amazonense, assim como buscou-se identificar a pedagogia que orienta atualmente a sua ação, e verificar também a relação existente entre a pesquisa agropecuária e a extensão rural pública no Estado do Amazonas.

2. REFERENCIAL TEORICO

As abordagens desenvolvidas pelos autores clássicos, constituem sem dúvida uma importante referência para a análise e interpretação das questões mais presentes. Contudo, como se tratam de reflexões produzidas em contextos e condições objetivas específicas, para tentar dar conta de explicitar as questões de seu tempo, a sua associação a outras construções teóricas mais atuais, permite obter-se resultados mais interessantes, nos estudos das questões sociais. Foi com base nessa orientação que optou-se pela utilização da sociologia educacional mannheimiana, mais especificamente, as noções de educação enquanto técnica social e planejamento educacional democrático, às quais procurou-se associar, os conceitos da abordagem participativa e intervenção tutorial, estas últimas que dizem respeito mais diretamente ao tema pesquisado, a extensão rural.

Objetivando melhor compreender o objeto de estudo, qual seja, os pressupostos pedagógicos do modelo de extensão rural do IDAM-AM, foram discutidas como referência as idéias de Mannheim relacionadas à **sociologia da educação**⁷, cujo entendimento afirma a existência de modos de pensamentos incapazes de serem adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuras as suas origens sociais. Segundo MANNHEIM

⁷ Para MANNHEIM (1982:152), em *Sociologia*, FORACCHI, M.M. (org.). cap. III, Educação e Planejamento, "a educação sempre teve como conteúdo a formação do homem. Ela sempre pretendeu moldar as gerações que surgem em conformidade com algum ideal consciente ou inconsciente, e sempre procurou controlar todos os fatores de formação da personalidade".

(1973:321), além dos processos de racionalização e da secularização da cultura, uma das mais fortes características das sociedades contemporâneas é a remodelação das instituições, visando à edificação de uma nova, mediante acréscimo à estrutura já existente, portanto sem destruir o antigo, implicando na emergência de uma estrutura renovada por emendas, e sem grandes alterações institucionais. Sugere esse autor que existem momentos históricos em que tal conversão não é suficiente, uma vez que, não raro, “a mudança advém tão rápida ou tão profundamente que o construtor deve deter-se em sua obra para analisar o princípio subjacente e projetar o que ele deseja conseguir”.

O pensamento sócio-educacional de MANNHEIM (1980: 96-7) contempla os seguintes fundamentos: não é o homem abstrato e sim determinada sociedade que é modelada pela educação. Também não é o indivíduo, e sim o grupo, a unidade educacional final. Não se tem a compreensão dos fins educacionais de uma sociedade, desconectando-a de seu contexto histórico. As normas, as regras e os códigos sociais não são absolutos e um fim em si mesmo; portanto, variam em função das mudanças sociais, cujos fins educacionais são a passagem das experiências às gerações mais jovens, juntamente com as técnicas educacionais, que, se não forem associadas a outras formas de **controle social**⁸, estarão fadadas ao insucesso.

Para DURKHEIM (1978:9), a educação se constitui um fenômeno eminentemente social. Segundo ele, isso pode ser observado pelo fato de haver diferentes sistemas de educação, conforme os meios ou as condições que tal sociedade comporte. Entende esse autor que cada sociedade constrói, para seu uso, certo tipo ideal de homem. E este ideal constitui-se o eixo educativo. Com isso esse sociólogo afirma que a educação é o meio pelo qual os educandos são preparados para a sua própria existência. Nesse sentido Durkheim entende por educação “a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas não ainda amadurecidas para na vida social. Tendo por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados, pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destina”.

⁸ De acordo MANNHEIM (1980:14), nas atuais sociedades de massa para que os governos possam exercer o poder, faz-se necessário uma série de invenções e aperfeiçoamentos no campo das técnicas econômicas, políticas e culturais.

De acordo com a concepção durkheimiana, o homem se faz humano pela cooperação e pelas tradições sociais. Nesse sentido, cabe à sociedade sobrepor ao ser egoísta e associal que nasce, segundo esse autor, tão somente com a constituição primitiva do homem, um ser capaz de submeter-se à vida moral e social, sendo a educação a grande responsável por tal realização (DURKHEIM, 1978:10-11).

Em DURKHEIM (1978:16), é possível perceber que a sua concepção pedagógica não é considerada como atividade educativa por si mesma, assim como também não é ciência especulativa da educação. Para ele, a pedagogia é a reação sistemática da segunda sobre a primeira, e que permite na prática a reforma da educação.

Segundo FREITAG (1986:18), diferentemente da perspectiva educacional durkheimiana, Mannheim vê na educação não um mecanismo de correção e ajustamento do indivíduo às estruturas societárias dadas, mas um fator de dinamização das estruturas, em face do ato inovador do indivíduo. Para essa autora, a educação assume na concepção mannheimiana uma conotação política, uma vez que para ele “a educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez planejada, mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõe”.

Nesse sentido, o estudo desenvolvido partiu inicialmente da concepção de extensão rural como prática educativa, vista como **técnica social**, esta que é compreendida na perspectiva educacional desenvolvida por MANNHEIM (1973:89) como “todos os métodos de influenciar o comportamento humano de maneira que este se integre aos padrões vigentes de interação e organização social”.

Segundo esse autor, a educação não ocorre apenas no âmbito da escola e do lar, mas também ocorre de forma difusa no mundo de todos. A primeira mais formal freqüentemente se confunde com a aprendizagem escolar, utilizando-se do ensino como recurso ativo direto para proporcionar ao indivíduo o tipo de formação socialmente requerido. Já essa última, também chamada informal, comumente é confundida com a socialização, envolve de maneira indireta o controle das necessidades coletivas, tais como se

reproduzem nas situações cotidianas de convivência (MANNHEIM, 1982:33,153).

Em face do exposto é possível proceder-se a uma aproximação entre a concepção educacional, quer na sua perspectiva formal ou informal, com a prática da extensão rural, ambas entendidas como técnicas sociais-educacionais. Nesse contexto, “é patente que as sociedades humanas procuram modelar a personalidade dos seus membros no mesmo sentido, utilizando a educação como uma técnica social de manipulação da consciência, da vontade e da ação dos indivíduos” (FERNANDES, 1973:173).

Os estudos desenvolvidos por MANNHEIM (1973:325) assinalam que as técnicas sociais, empregadas para o condicionamento educacional das pessoas, tendo em vista adequá-las aos padrões estabelecidos pelas sociedades, impõem a necessidade de treinamentos especializados, o desenvolvimento de habilidades, divisão do trabalho baseado em disciplina e hierarquia, bem como no controle da inter-relação entre as pessoas e seus grupos.

Um outro conceito presente na obra de MANNHEIM (1982:20) que configura-se como de grande importância para o equacionamento e explicação do tema e do problema de estudo aqui investigado é a noção de **planejamento democrático**. De acordo com esse autor o pensamento planejado considera a si próprio como um pensamento que é parte do processo total da vida. Assim, este tipo de pensamento não decorre de planos isolados da realidade social mas incide sobre as conexões interdependentes da mesma, possibilitando, pois, uma consciência real de total do processo histórico social.

Segundo a concepção mannheimiana, o planejamento constitui-se elemento fundamental para o funcionamento das sociedades democráticas. Isto por que, para ele, o planejamento pode ser entendido como processo social, ou seja, como uma tendência que se manifesta nas relações sociais. Portanto, devemos entendê-lo na sua dinamicidade, quer na sua ação inovadora, quer na perspectiva preservadora. Nesta última, a sua configuração dá-se no sentido de assegurar a continuidade do sistema social. Já na perspectiva inovadora, ele interfere racionalmente, eliminando efeitos desintegradores dos demais processos sociais, coordenando-os, sob forma socialmente construtiva.

De acordo com esse autor, a função e a importância do planejamento democrático, nas sociedades modernas deverá estar referenciado nas seguintes preocupações:

“Nossa tarefa consiste em construir um sistema social, mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial, tem que ser planejamento para a liberdade (...); planejamento, mas não planejamento restricionista (...); planejamento para a justiça social (...); planejamento não para uma sociedade sem classe (...); planejamento para padrões culturais (...); planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massa (...); planejamento para o equilíbrio entre a centralização e a dispersão do poder; planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade; em resumo, planejamento mas não a regimentação” (MANNHEIM, 1972).

O planejamento democrático, segundo a perspectiva de Mannheim poderá ser compreendido também como uma técnica social no sentido amplo, uma vez que ele se insere no contexto do âmbito das práticas e operações cujas preocupações se expressam em relação ao comportamento humano e as relações sociais, estas que segundo esse autor são concebidas como técnicas sociais.

Se a elaboração teórica de Mannheim possibilitou perceber a relação existente entre a extensão rural, a pedagogia e a educação como técnica social. Os estudos desenvolvidos por ALENCAR (1990) e BRANDÃO (1981, 1985, 1986) em muito poderão iluminar as reflexões em torno dessa questão. Segundo este último:

“A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam entre todos os que ensinam - e - aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem”.

De acordo com essa concepção, no ato educativo o homem poderá de forma solidária realizar o trabalho que transforma a natureza em cultura, vindo assim a promover um mundo de trocas sociais solidárias. Porém, ele poderá também ocorrer no sentido de dominar outros homens, através da divisão desigual do poder de reproduzir a estrutura das relações sociais e da forma de significar o mundo que eles produzem (BRANDÃO, 1985:26).

Ilustrando as dimensões da valorização do saber e do povo - solidariedade e dominação - BRANDÃO (1986:13) assinala que:

“de fato, mesmo quando índios, operários e camponeses são anunciados como sujeitos intencionais de uma ‘educação a serviço das classes populares’, na verdade eles aparecem como ‘objetos de referência’ de programas que se ‘programam’ fora de seus mundos sociais cotidianos e fora de suas práticas de classe”.

O estudo em tela permitiu identificar que essa perspectiva enunciada pelo autor, evidencia-se de forma efetiva na pedagogia do planejamento das ações do IDAM-AM, isto porque, os princípios ou os fundamentos que tem orientado a concepção extensionista esposada pelo referido órgão, baseia-se em grande medida na “mitificação” do conhecimento técnico-científico, cuja dimensão cultural, não dá conta de apreender e valorizar o mundo camponês, que como menciona BRANDÃO (1986:15): “cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer”.

Essas considerações possibilitam melhor perceber os fundamentos que vinculam a extensão rural como prática educativa, notadamente se as associarmos às reflexões desenvolvidas por ALENCAR (1990:25-26). Este entende que a mesma poderá ser realizada com base em dois enfoques: a **“abordagem convencional”** ou **“intervenção tutorial”** e a **“abordagem participativa”**.

De forma bastante elucidativa esse autor analisa esses dois enfoques: a **“abordagem convencional”**, que se caracteriza pela generalização e homogeneização dos grupos sociais. Nessa abordagem, o papel desempenhado pelo grupo ocorre de forma passiva, cabendo ao mesmo tão somente concretizar as ações identificadas e prescritas pelos agentes extensionistas. Já a **“abordagem participativa”**, denominada também de “educação participativa”, tem sua origem nos princípios filosóficos e pedagógicos de Paulo Freire e P. Oakley, cujas idéias principais são: diagnóstico, estratégia de ação e processo de avaliação como resultado ou expressão da participação ou dos interesses das comunidades rurais.

Frente ao exposto, ALENCAR (1990:33-35) destaca que a **“abordagem convencional”** restringe-se à unidimensionalidade e à grande ênfase no processo produtivo, enquanto que a preocupação da **“abordagem participativa”** vai além dessas questões. Observa ainda que a opção por uma

das abordagens não é uma questão meramente metodológica, mas que demanda também a percepção das múltiplas relações (políticas, econômicas e sócio-culturais), que se expressam na heterogeneidade social.

É interessante destacar a importância de se pensar a extensão rural, associando-a à pesquisa agropecuária, uma vez que as ações desenvolvidas primeira estão fortemente vinculadas as tecnologias produzidas pela segunda. Neste sentido, a idéia de extensão rural como **técnica social** ganha expressividade, quando se tem em mente que o modelo extensionista público brasileiro hegemônico é baseado na “**abordagem convencional**”, cuja concepção a coloca como elo de ligação entre a pesquisa e o agricultor, situação em que caberia à extensão rural detectar no campo os problemas enfrentados pelos agricultores, quer nas suas atividades agrícolas, quer no seu lar, para, em seguida, municiarem os centros de pesquisa e, posteriormente, estes apresentarem as devidas soluções, estas que, após serem adaptadas, seriam disponibilizadas aos agricultores.

Para MANNHEIM (1973:326), diferentemente da interação natural, própria das sociedades mais simples, onde o controle mútuo permitia que o indivíduo controlasse o outro, ou mesmo um grupo ao outro, ou um grupo ao indivíduo, nas sociedades mais complexas, onde a vida econômica apresenta grandes companhias, com seus monopólios, que suprimem a livre concorrência entre as pequenas empresas, associado à emergência de complexas unidades sociais, a informação por exemplo, por exemplo, são manuseadas por umas poucas agências e as pesquisas científicas também vêm sendo controladas, seja pelo Estado a serviço da grande indústria ou por ela diretamente.

Os estudos desenvolvidos por BRAGA (1990:2), relacionados a extensão rural na década de 80 apontam que o planejamento da comunicação e a adoção de tecnologias, que foram por ela adotada se constituíram como formas de persuasão no processo de difusão de tecnologia. Nesta situação o produtor rural era visto como uma unidade de análise, a tecnologia como boa e de seu interesse, deixando-se de levar em consideração os fatores conjunturais que interferem no processo de produção agrícola.

Para FREIRE (1982:75-77):

“Todo esforço no sentido da manipulação do homem para que se adapte a essa realidade, além de ser cientificamente absurdo, visto que, a adaptação sugere a existência de uma realidade acabada, estática e não criando-se,

significa ainda subtrair do homem a sua possibilidade e o seu direito de transformar o mundo (...). É impossível a mudança do procedimento técnico sem repercussão em outras dimensões da existência dos homens, ou ainda pela inviabilidade de uma educação neutra qualquer que seja o seu campo (...). Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela”.

A concepção educativa mannheimiana nos fornece um bom referencial para compreendermos tal situação. Para MANNHEIM (1974:326), “a educação tende a tornar-se parte da nova arte de manipular o comportamento humano e pode transformar-se num instrumento de supressão da maioria em favor de uns poucos”. Prosseguindo, ele destaca: “a tecnologia, tanto econômica como social tem sido desenvolvida como um instrumento para conseguir e aumentar o poder pessoal”.

Se de um lado, a abordagem educacional acima aludida, fornece elementos, capazes de possibilitar perceber-se o sentido da tentativa de manipulação das consciências, e das ações dos agricultores. De outro, as reflexões críticas desenvolvidas por BRANDÃO (1986:167) - baseadas nas suas experiências educacionais, no município de Maués-AM - demonstram as estratégias de desenvolvimento rural utilizadas pelo estado , que evidenciam três aspectos, tidos por ele como verdadeiros:

1. Nunca eles produziram ou participaram de verdadeiras transformações de sistemas de vida e de trabalho comunitário, que de fato, geram "desenvolvimento" entre subalternos;
2. Todos eles são provisórios , alguns passageiros, e servem mais à produção de legitimidade da agência (oficial ou não) que inventa, do que à produção real dos benefícios a que se propõem;
3. Neles o professor ocupa quase sempre uma posição marginal e mesmo quando a escola é considerada o lugar de concentração das ações agenciadas de "educação e desenvolvimento", o seu principal papel e a sua contribuição são pequenas e instáveis.

Ilustrativo desta questão é a distinção estabelecida pelo referido autor, em relação a atuação no Amazonas, do lavrador velho, do professor leigo e do extensionista da EMATER (atualmente IDAM). Segundo ele, os dois primeiros são pessoas da comunidade e o terceiro vem a ela. Mas, o velho sábio do lugar ensina com a fala da tribo, o saber da comunidade. Enquanto , o professor e o

extensionista mudam a fala e ensinam saberes de agências, cujo interesse é o de transformarem a cultura camponesa da comunidade ribeirinha em expressões locais da cultura dos pólos do poder e dos universos de símbolos que representam.

Portanto, foi com base nessas orientações de ordem teórica e conceitual que se buscou refletir sobre o problema, e as questões de estudo aqui propostas, no afã de contribuir para a explicitação dos fundamentos pedagógicos presentes na ação extensionista do IDAM-AM.

3. METODOLOGIA

Refletindo sobre as questões de ordem metodológica, QUEIROZ (1992:16-17) enfatiza a importância de se observar a relação entre: o pesquisador, o problema da pesquisa e a escolha das técnicas. Nesse sentido, ela nos diz que:

“Todo cientista, ao determinar o tema de sua pesquisa, se encontra inserido num universo físico, social e intelectual que o delimita, é também por meio da percepção do que neste universo existe que formula o que pretende investigar. Nesta fase primordial domina o diferenciável, isto é, aquilo que é plenamente qualitativo e não a uniformidade quantificável”.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo orientou-se pela idéia de que a atividade extensionista ainda carece de uma visão mais global que situe o homem como centro de suas reflexões, tendo em vista compreender as relações que ligam a pedagogia à ação extensionista rural do IDAM-AM, no período compreendido entre 1996 a 2001 - unidade de análise desse estudo - no contexto amazônico. Este estudo assumiu uma característica descritiva e analítica: a primeira justifica-se pelo propósito de se proceder a uma breve reconstituição da trajetória histórica da Extensão Rural no Estado do Amazonas; por outro lado, a segunda decorre de procedimentos interpretativos na análise dos documentos, bem como das informações referentes a pedagogia no planejamento e nas ações do IDAM-AM, a serem obtidas através dos diretores, gerentes e subgerentes de unidades locais, mediante entrevistas

não-estruturadas⁹. Essa técnica possibilitou confrontar e ampliar as informações obtidas através da fonte documental.

Nesse sentido, foi utilizada a pesquisa documental, por entendê-la capaz de proporcionar elementos que permitiram analisar as características, as condições, os significados sociais e o contexto em que os documentos e as demais informações sobre o IDAM-AM foram produzidos.

Inicialmente, optou-se pela técnica de entrevista, por acreditar-se ser a mesma capaz de fornecer subsídios mais relevantes para a realização da pesquisa e elaboração do texto dissertativo, notadamente tomando como referência o seu emprego em relação a outras técnicas de pesquisas tal qual o questionário. Nesse sentido, foi elaborado um roteiro de questões adstritas a elementos do processo educacional e pedagógico, tais como: conceito de pedagogia, método, comunicação, ensino, ato e fim educativo.

Ao procedermos ao pré-teste junto a alguns servidores do IDAM-AM, evidenciou-se a necessidade de rever tal orientação, buscando abrir possibilidade para um processo mais interativo e flexível, daí resultando a opção pela técnica de entrevista não-estruturada, também denominada em profundidade ou, ainda, abordagem clínica, situação em que o processo de entrevista permite ao entrevistado destacar e melhor realçar determinadas questões.

As entrevistas envolveram 11 ocupantes (Apêndice C) das funções relacionadas ao planejamento das ações do IDAM-AM, bem como procurou-se ainda ouvir um pedagogo e quatro subgerentes de unidades locais, estes últimos, com objetivo de verificar como se dá a relação profissional entre estes e a equipe de planejamento do escritório central do IDAM-AM e, certamente, a margem de manobra ou de autonomia facultada aos mesmos, para atender aos produtores nas comunidades rurais, em ações não contempladas no plano operativo da instituição.

O plano operativo constitui-se um dos principais elementos do planejamento das ações do IDAM-AM. Consiste no documento elaborado pelas

⁹ Segundo BARROS e LEHFELD (1990:58), nas entrevistas não-estruturadas, o pesquisador, através do estabelecimento de uma conversação amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando-se os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa.

Unidades Locais, onde são previstas as ações a serem implementadas de acordo com as peculiaridades, potencialidades e necessidades de cada município. Resulta de um levantamento realizado junto as comunidades, afim de estabelecer as atividades prioritárias e que posteriormente são encaminhadas ao escritório central do IDAM-AM, que após serem analisadas e sistematizadas, retornam aos municípios para sua operacionalização.

Procurou-se ainda entrevistar dois dirigentes das principais cooperativas de prestação de serviços relacionados à assistência técnica e extensão rural do Estado do Amazonas, e uma professora pertencente à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que ministra as disciplinas de extensão rural, e sociologia e extensão rural, na graduação e na pós-graduação, respectivamente, e uma pedagoga, coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (IBAMA-AM).

O procedimento acima aludido objetivou verificar o que pensam as cooperativas extensionistas amazonenses em relação aos serviços prestados pelo IDAM-AM. Quanto a servidora do IBAMA, a opção decorreu do fato de ter a mesma participado do processo de elaboração do Relatório JICA/IDAM-AM (2002) - Estudo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através da agricultura, gestão e manejo racionais dos recursos naturais do Estado do Amazonas, na República Federativa do Brasil.

Já a entrevista realizada com a docente da UFAM, foi realizada no sentido de identificar os conteúdos e a abordagem utilizados na disciplina Extensão Rural, tendo em vista que parte expressiva dos técnicos da extensão rural no Amazonas, são egressos da referida instituição. Por outro lado, pode-se justificar a realização dessas entrevistas pelo fato de acreditar-se que as possíveis mudanças na orientação da prática extensionista estão de certa forma condicionadas ao enfoque dado, na formação dos profissionais que atuam na área em questão.

Cumprir destacar que a opção feita por entrevistar os subgerentes das unidades locais dos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva, Iranduba e Presidente Figueiredo, deu-se, dentre outras razões, pelos seguintes fatores: todas as trinta unidades locais do IDAM-AM seguem uma mesma orientação, no que tange ao planejamento das ações extensionistas elaboradas pelo

IDAM-AM central, mediante adoção dos planos operativos. Isso permitiu selecionar os subgerentes das referidas unidades como sujeitos a serem ouvidos, sem que houvesse uma grande margem de diferenciação em relação aos resultados. Também considerou-se a complexa relação que envolve as distâncias entre os municípios amazonenses, tempo de viagem, meio de transporte e custos financeiros da operação associados ao reduzido tempo disponível para a efetivação dessa importante etapa do estudo.

Esse procedimento permitiu estabelecer como ponto de partida os aspectos empíricos, que se expressam nos elementos que identificam e justificam a existência do projeto extensionista do IDAM-AM, envolvendo sua pedagogia, objetivos, propostas de ação e o contexto que os possibilitaram (FONSECA, 1985:31).

Os aspectos empíricos localizados, através de fonte documental incluíram: atos de constituição, relatórios de atividades anuais, atas de reunião, plano diretor, regimento interno, mensagens governamentais alusivas à questão. Foram analisados também outros documentos institucionais referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo IDAM-AM, relatórios de atividades anuais e da comissão instituída para repensar a extensão rural no estado do Amazonas, estes que foram interpretados, através da análise de seus conteúdos, relações e o contexto em que os mesmos foram produzidos.

Dada a natureza da pesquisa realizada - que vinculou a ação extensionista à pedagogia e à educação em um contexto específico, a Amazônia - as questões argüidas junto aos entrevistados e a definição da amostra consideraram como critério de representatividade a função desempenhada pelos servidores do IDAM-AM, em relação ao planejamento das ações extensionistas dessa instituição, condição esta que os coloca como indicado para prestar as informações necessárias à concretização desse estudo. Em face da natureza das informações prestadas, resultantes que foram do diálogo entre pesquisador e entrevistados, optou-se pela seleção e utilização das falas em função de sua vinculação com o conteúdo expresso pelos documentos e abordagem dos autores utilizados, referenciadas ao tema analisado no contexto de cada situação.

4. A EXTENSÃO RURAL NO AMAZONAS

4.1. Origens do modelo extensionista institucionalizado no Brasil

A extensão rural institucionalizada nos países do Terceiro Mundo, notadamente na América Latina, e particularmente no Brasil, teve sua origem no contexto da guerra fria - pós guerra - como elemento de grande importância para a política desenvolvimentista norte-americana e que McMICHAEL (2000:23) as reconhece no âmbito do que ele denominou de “projeto de desenvolvimento”.

Conforme McMICHAEL (2000:24-25), o “projeto de desenvolvimento” norte-americano constituiu-se em uma resposta política e intelectual às condições do mundo, no momento histórico do processo da descolonização, e tinha como pressuposto a experiência ocidental como referência universal para o desenvolvimento, e supunha também que as sociedades do Terceiro Mundo cumpririam etapas no sentido de alcançarem a modernidade.

De acordo com esse autor, o programa de “ajuda alimentar” norte-americano, bem como a ênfase no processo de industrialização, exerceram forte influência no desenvolvimento da agricultura do Terceiro Mundo, um vez que, com a possibilidade aberta de ter-se nessas regiões alimentos mais baratos e o consumo de produtos industrializados, nos quais se incluem os chamados insumos modernos de produção (sementes híbridas, inseticidas, fungicidas, herbicidas) e as máquinas e implementos utilizados no campo,

alargar-se-ia o mercado, ampliando as ações e os interesses capitalistas no campo (McMICHAEL, 2000:59).

O modelo extensionista que se instalou no Brasil, conforme suas origens, baseava-se na idéia de que a remoção do atraso do meio rural brasileiro seria possível através da elevação da produtividade das atividades agropecuárias e, com isso, as famílias rurais teriam ampliadas suas rendas e, por conseguinte, o consumo, então visto como grande referencial de qualidade de vida.

Nesse sentido, o processo de difusão de tecnologia, cuja matriz ideológica encontrava-se nos *Land Grant Colleges* norte-americanos, foi disseminado pelo mundo, através das agências de desenvolvimento *Fundação Ford* e *Rockefeller*, responsáveis pela implantação de centros de pesquisa e programa de extensão rural em vários países do Terceiro Mundo.

No Brasil, a existência dos centros de pesquisas e das escolas de agronomia constituídas no início do século XX possibilitou uma efetiva difusão de tecnologias originadas da Revolução Verde. Isso porque a influência das pesquisas e da educação norte-americana, com diferentes gradações, fez-se presente na concepção e nas ações das aludidas instituições. Foi neste contexto que se formou grande parte dos extensionistas rurais que atuaram no setor agropecuário, principalmente nos anos 60.

Conforme se observa, a extensão rural orientada para servir este contexto, presentemente deverá ser alvo de questionamentos, considerando-se a nova dinâmica social, situação em que as transformações na produção do conhecimento, como decorrência dos avanços nas comunicações, informática e na biotecnologia, por certo, impõem outros imperativos a serem cumpridos pela prática extensionista rural.

CHONCHOL (1984:139-140) ressalta que, nos últimos 25 anos, as transformações técnicas e econômicas no desenvolvimento agrícola na América Latina foram grandiosas, porém observa que, do ponto de vista social, deu-se o inverso, evidenciando que o processo de modernização beneficiou as classes médias e altas urbanas, estas que puderam desfrutar dos produtos pelo seu poder aquisitivo. Exemplo disso são os alimentos mais sofisticados e complexos. Corroborando com essa afirmação, McMICHAEL (2000:105) destaca que há fortes indicadores de que o consumo das classes de renda alta

está crescendo no Terceiro Mundo. Isso pode ser confirmado pelas dietas efluentes, associadas ao Primeiro Mundo. Segundo esse autor, entre os anos de 1972 e 1979, o consumo de carne no México entre os mais ricos cresceu na ordem de 65% na carne suína, 35% na carne de frango e 32% na carne bovina, enquanto que 1/3 da população mais carente, simplesmente não tinha acesso ao produto.

De acordo com o referido autor, esse processo de modernização culminou com sérios prejuízos para a classe trabalhadora rural, uma vez que aumentou consideravelmente o número de trabalhadores rurais temporários, que vivem fora das fazendas (bóias frias - volantes), semi-proletários com minifúndios, que produzem em condições precárias e geralmente são explorados durante o processo de comercialização. Também a categoria de trabalhadores estáveis, permanentes, com alguma especialização, que constituem uma minoria pouco expressiva entre os que vivem da atividade desenvolvida junto às empresas rurais (CHONCHOL, 1984:143).

Nesse sentido, é importante considerar-se a seguinte questão: como a extensão rural pública se colocará diante do atual contexto em que se pratica a agricultura de precisão, se discute a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM's) e, ao mesmo tempo em que cresce o interesse por formas produtivas ecologicamente mais saudáveis, emergindo, daí, novos desafios à extensão rural pública brasileira.

Se, por um lado, novos desafios se impõem à extensão rural pública, pela lógica dos interesses capitalistas, conforme acima aludido, por outro, a agenda das discussões relacionadas ao desenvolvimento rural, vista sob a ótica da alternativa ao modelo tradicional, enfatiza a questão ambiental, vendo na agroecologia¹⁰, um possível caminho para reduzir os efeitos impactantes, decorrentes da agricultura referenciada nos 'pacotes tecnológicos' oriundos da revolução verde.

O exemplo apresentado por SEITZ (1991:60) ilustra claramente os resultados dos impactos provocados sobre o ambiente pelo processo produtivo,

¹⁰ CAPORAL e COSTA BEBER (2001:26), citando Altieri (1995), "definem a agroecologia como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos".

que intensifica o uso energético: para produzir e entregar uma lata de milho contendo 270 calorias aos consumidores dos Estados Unidos, tem de ser gasto um total de aproximadamente 2.800 calorias de energia. Segundo esse autor, na agricultura tradicional, a soma de energia que é gasta sob a forma de mão-de-obra e materiais da fazenda é tipicamente pequena comparada com o rendimento obtido.

Sem perder de vista a influência exercida sobre a produção, consumo e as exigências quali-quantitativas de alimentos e outros produtos primários, e longe de negar alguma validade ao processo de modernização e de industrialização da agricultura, devemos ressaltar que o discurso justificador de tal modelo de produção não se sustenta quando cotejamos a relação matéria-prima, alimento/energia¹¹, que expressa o coeficiente de transformação da matéria-prima/ração em alimento, que pode chegar até 20 para 1.

No plano educacional há de se perguntar: que pedagogia é esta que baliza as ações da extensão rural, quando os extensionistas limitam-se a transferir tecnologias que são a mais lídima expressão do referido modelo? E mais, em um contexto, onde não são problematizadas ou discutidas tais questões, e que por vezes nos é dado pensar que boa parte dos próprios técnicos/extensionistas desconhece não só esta, como também outras relações que lastreiam as diversas formas de produção, aliás, condição esta dos referidos profissionais que MASSELLI (1998:155) evidencia com muita propriedade nos seus estudos relacionados à extensão rural:

“A proposta extensionista tradicional levava os técnicos a se sentirem portadores das soluções dos problemas dos agricultores e a achar que, através de sua ação conscientizadora, os agricultores conheceriam os determinantes de sua condição de excluídos e poderiam assim transformá-la. Mas, com o passar do tempo, os técnicos percebiam que muitos agricultores assistidos pela extensão rural permaneciam dependentes, mudos, passivos, resignados diante da miséria. Isso levava os técnicos a se sentirem impotentes frente às transformações que acreditavam ser possível promover e pelas quais se sentiam responsáveis”.

¹¹ Em relação a isso é significativamente ilustrativa o exemplo desenvolvido por LUTZENBERG (2001:67-68) “nesses esquemas, o coeficiente de transformação da ração em alimento humano é próxima de 20 para 1. É preciso levar em conta que metade do peso dos animais vivos (penas, ossos e intestinos) não são consumidos por nós. Também é preciso considerar que as rações desidratadas e concentradas tem um alto consumo de energia, atingindo o máximo de 12% de água, enquanto a carne contém até 80%. Nos galpões de engorda as operações mais eficientes usam em torno de 2,2 kg de ração para obter 1 kg de peso vivo, metade do qual é alimento humano. Então, 2,2 para 1 se torna 4,4 para 1. Corrigindo-se o conteúdo de água, 4,4 vezes 0,88 e 1 vezes 0,2 obtêm-se 3,87 para 0,2, igual a 19,36 para 1. Quando se trata de gado bovino confinado, como nos feed lots de Chicago, a relação é cerca de 5 vezes maior (LUTZENBERG, J.A. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, 2001).

Essa perspectiva analítica desenvolvida por Masselli coloca-se na mesma linha de reflexão dos estudos desenvolvidos por BRANDÃO (1986:14):

“O desconhecimento não assumido da realidade do ‘outro’, autoriza percebê-lo ‘como eu quero’, para intervir sobre ele transformando-o segundo a imagem e o horizonte que antecipadamente a minha boa consciência desenhou para ele através do meu trabalho. Através das planejadas pelo educador sobre o universo de vida e saber cuja lógica e cujas razões sociais e simbólicas não só ele desconhece, na verdade, não quer conhecer”.

Prosseguindo, esse autor enfatiza que “o que aparentemente é rotineiro e simples na atividade do camponês sob o sol, visto de perto, se possível dentro de seu sistema, uma ‘tecnologia agrícola rústica’, encerra um conjunto sistêmico de experiência e de conhecimento que, na prática, abarcam todos os campos que seus equivalentes eruditos também dominam” (BRANDÃO, 1986:16).

Portanto, a questão relacionada à função da educação na sociedade contemporânea, deverá ser entendida como um processo dinâmico capaz de propiciar a mobilidade, a flexibilidade de pensamento e ação, ensejando a uma formação cultural, de maneira que o indivíduo possa não só se adaptar às condições econômicas e sociais em transformação, como também ser capaz de orientar a direção da mudança, esta que no contexto amazônico tem se expressado com grande intensidade, conforme nos diz MOOG (1975:16) “é que na Amazônia a transfiguração não se interrompe nunca, assunto este que será tratado na próxima seção.

4.2. O contexto da chegada da extensão rural no Amazonas

A evolução histórica e econômica do Estado do Amazonas se insere no quadro mais amplo do desenvolvimento regional; situação em que as atividades foram: a coleta de drogas do Sertão, nos séculos XVI, XVII e XVIII; o período gumífero, representado pelo esplendor e declínio da borracha, no final do século XIX e início do século XX; as políticas voltadas para a interiorização do desenvolvimento, mediante a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, e, posteriormente, em 1966 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e mais recentemente, em 1967, através do Decreto n.º 288 de 27 de fevereiro de 1967, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA),

através da política de desenvolvimento atualmente em curso e que se caracteriza pela concessão de incentivo fiscal e infra-estrutura oferecida às indústrias para se instalarem em Manaus-AM.

Os anos 60, no Brasil, dentre outras características, foram marcados pela intensificação das ações do governo federal para a Amazônia, através da criação da SUDAM (1966) e SUFRAMA (1967), construção de estradas (Belém - Brasília, Perimetral Norte e Transamazônica) e do Programa de Integração Nacional (PIN), estas, vistas pelos militares como imperativo para o desenvolvimento da região, uma vez que estes entendiam como indispensável para tanto, integrar a região ao resto do país.

O modelo extrativista explorador, baseado nas atividades primárias: mineral, agrícola e extrativista exerceu peso expressivo na economia estadual, desde o período colonial até o advento das políticas de desenvolvimento baseadas em incentivos fiscais, nas quais se inclui a criação da Zona Franca de Manaus, seu atual modelo econômico. Este modelo vem enfrentando sucessivas crises, aspecto este que, na ótica de alguns analistas desta questão, caracterizam-no como a fase de exaustão das possibilidades desenvolvimentistas do referido modelo.

Foi a partir da segunda metade do século XX, que as políticas governamentais se intensificaram para a região Norte, no sentido de promover uma maior dinamização da economia regional, incluindo e, mesmo, enfatizando o setor agrícola .

Nesse período, se estabeleceu uma nova fase dos programas de desenvolvimento , por parte do governo brasileiro para a exploração econômica da região amazônica. De acordo com KOHLHEPP (2002:37). Tais medidas podem ser agrupadas em duas categorias : a ação estatal e a ação privada:

1. Ação estatal para o desenvolvimento da infra-estrutura, concentrada no transporte rodoviário, como parte dos esforços para a integração da Amazônia, projetos selecionados de colonização rural foram implementados. A redução de impostos para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimentos aprovados pelo estado.
2. Ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos, mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a

serem empregadas como capital de investimento , principalmente na criação de gado, indústria e projeto de mineração.

No caso amazonense , o estado vivia por ocasião da criação da ACAR-AM, um período econômico marcado pela hegemonia das atividades extrativistas: vegetal, animal e mineral. Nas atividades agropecuárias, de forma mais específica, pode-se destacar o semi-extrativismo das fibras, juta e malva, bem como a agricultura familiar, baseada nas culturais anuais: feijão, milho, arroz e mandioca, e também em nível de subsistência a olericultura e a fruticultura, e a parte animal , em escala bastante incipiente .

Ao longo das últimas décadas, a extensão rural pública amazonense passou por algumas mudanças institucionais, envolvendo a substituição da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-AM), que foi criada em 02/12/1966 pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (EMATER-AM), em 23/07/1976. Posteriormente, em janeiro de 1994 a EMATER-AM foi transformada em Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas (EMATER-AM). Este que foi substituído pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA), em 25/05/1995. Em seguida, o Governo do Estado do Amazonas propôs a criação do IDAM-AM, através da mensagem de n.º 03/96, de 27 de fevereiro de 1996, cujas diretrizes objetivam a interiorização do desenvolvimento, contenção do fluxo migratório para a periferia das cidades e promoção do desenvolvimento com distribuição de renda.

A substituição da ACAR pela EMATER no âmbito nacional, se insere no contexto dos marcos históricos que delinearam a ação extensionista na década de 70 e início dos anos 80, no século passado, ao qual se juntam a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em novembro de 1975 e a circular do Banco Central do Brasil em junho de 1982, está que desobrigava a assistência técnica para os projetos de crédito rural (LIMA, 1998:13).

Segundo esse autor a criação da EMBRATER com base na estrutura organizacional da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), tinha por escopo a execução da política de assistência técnica e extensão rural no país, cabendo-lhe portanto, “promover, estimular, coordenar, controlar e avaliar os programas de assistência técnica e extensão rural”.

Quanto a normativa do Banco Central o crédito rural configurou-se a partir de então como uma atividade mais seletiva, uma vez que aumentaram as exigências em termos de garantia a ser apresentada pelos candidatos aos empréstimos, aspecto este que excluiu por exemplo os não proprietários de terra.

A substituição da ACAR pela EMATER ocorreu em um contexto de tensões geradas pelos conflitos pela terra, êxodo rural e empobrecimento de expressiva parcela das populações rurais, bem como da ocorrência do processo de modernização das atividades agropecuárias no campo. Se a mudança ocorreu no plano do discurso, tal não se deu na prática, pois, a extensão continuou a utilizar os antigos conceitos de adoção e difusão de inovações, conforme a perspectiva Rogeriana, cujos métodos extensionistas utilizados ocorriam no sentido de educar/persuadir o público para o “novo”, entenda-se aí os pacotes tecnológicos produzidos pela pesquisa agropecuária e repassados pela extensão.

Portanto, foi neste cenário que ocorreu a referida substituição em nível local, como resultado da percepção por parte da equipe do governo estadual da necessidade de ajustar-se às políticas do Governo Federal, com o intuito de elevar a produção, a produtividade e as condições de vida no meio rural. Vale ressaltar, que segundo o governo do Estado do Amazonas, foram conjugados recursos humanos, técnicos e financeiros para a criação da referida empresa pública.

As mudanças institucionais que antecederam a criação do IDAM/AM - criação do Instituto de Desenvolvimento Rural e da CIAMA - em grande medida ligaram-se a tentativa por parte do governo de superar as dificuldades enfrentadas pelas organizações extensionistas, em face da desestruturação do setor, decorrente da extinção da EMBRATER, em 1990. Assim como vincularam-se a criação de programas/projetos específicos, como é o caso da CIAMA, criada para implementar o Programa “III Ciclo”, que segundo os seus idealizadores objetivava a interiorização do desenvolvimento no Estado do Amazonas. E o Instituto de Desenvolvimento Rural, criado para promover o desenvolvimento auto-sustentado no meio rural amazonense.

Quando se observam as atuais propostas do IDAM-AM para a ação extensionista no Estado do Amazonas, conforme seu Plano Diretor 2002 -

interiorização do desenvolvimento, preocupação ambiental e sustentabilidade - priorizando as atividades anteriormente mencionadas, pode-se perceber que os desideratos preconizados para as referidas instituições não se concretizaram.

A ação extensionista do IDAM-AM é efetuada em um contexto amplo e diversificado, onde o meio físico, geográfico, étnico, econômico e sócio-cultural é bastante complexo, este que exerce grande influência e, por vezes, até mesmo condiciona as atividades humanas voltadas para a obtenção de meios de sobrevivência, dentre as quais o extrativismo, a agricultura de subsistência e a agricultura voltada para o mercado. Essa complexidade é explicitada por TOCANTINS (1983:233):

"O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências criando tipos característicos na vida regional (...) veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinantes das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são as fontes perenes de progresso, pois sem eles o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem gerar a civilização e comandam a vida no anfiteatro amazônico".

Frente ao exposto, evidencia-se a vitalidade da concepção esposada por FRAXE (2000:16-17) de que é indispensável a todos aqueles que desenvolvem atividades junto ao homem do campo, conhecer teoricamente aspectos culturais da realidade que eles vão trabalhar, tais como: aspectos da transculturalidade do homem amazônico, situação em que a metodologia deixa de ser participante para ser participativa, em face da interação entre os atores sociais envolvidos.

Diferentemente da perspectiva acima mencionada, em posição eivada de preconceito e equívoco, MELGAÇO (1979:1-5) assinala que:

"o Estado do Amazonas pode ser considerado de caráter particular no contexto nacional, graças às suas características demográficas e climáticas, que fazem com que o vale do Amazonas seja uma das mais extensas fronteiras tropicais, talvez a de população mais esparsa, e de menos desenvolvimento cultural (grifo nosso). Prosseguindo, essa mesma autora enfatiza que baixos padrões sócio-culturais (grifo nosso), isolamento geográfico, baixo grau de 'associativismo', regime de rios que condicionam a vida do homem rural, bem como a estrutura fundiária não legalizada são algumas características relevantes do meio rural amazonense".

O que se apreende dessas últimas colocações é que a autora de forma acrítica, assimilou e reproduziu o discurso emanado da antiga ACAR-AM, mais precisamente contemplado no seu Plano Anual de Assistência Técnica e

Extensão Rural (1976:27), que menciona, mas não explicita, que concepção de cultura e que parâmetros foram utilizados para se chegar a estabelecer o tal “baixo padrão” de cultura.

A interpretação aqui assumida toma como referência a questão cultural anteriormente mencionada não com viés reducionista, simplificador e mesmo negador da capacidade das diferentes sociedades criarem e desenvolverem suas particularidades e potencialidades dentro da ótica que lhes é própria. Nesse sentido, os termos apresentados por NODA et al. (1995:154) possibilitam-nos uma melhor aproximação em torno dessa importante questão:

“A referência ao termo ‘tradicional’ é feita no sentido de considerar-se a prática agrícola atual das populações da Amazônia como sendo uma reconstituição subjetiva de uma realidade ou condição ancestral (GRELAND, 1981) (...) assim também por complementariedade entende-se que as práticas produtivas das populações são manifestações de culturas onde ressalta-se que por cultura está-se entendendo conforme aponta HERSKOVITS (1969) a parte do ambiente total que compreende os objetivos materiais de manufatura humana, as técnicas, as orientações sociais, os pontos de vistas e os fins consagrados que constituem os fatores imediatos condicionantes em que se cimenta a conduta humana. E, por relações culturais os processos de inter-relação onde manifesta-se a conduta humana sedimentada por uma cultura ou conjunto de culturas”.

Portanto, para a análise e compreensão do processo extensionista e educacional no complexo contexto amazônico, o qual inclui diferentes etnias e formas produtivas variadas, faz-se necessário ter como referência o fato de que aquilo que possa parecer aos olhos do pesquisador como “tradicional”, ou mesmo “pré-lógico”, ou mesmo “ingênuo”, é em verdade o resultado do pensar de um modo de vida que a despeito de ser produzido em condições políticas e sociais adversos, é significativamente importante e eficaz (BRANDÃO, 1986:17).

Nesse contexto, pode-se verificar as dificuldades ou limitações que se impõem à extensão rural do Estado do Amazonas, uma vez que o modelo que a identifica foi concebido em outras condições: ambientais, sócio-econômicas, culturais, políticas e tecnológicas, portanto, orientadas para outros meios.

4.3. A atual situação do IDAM-AM refletindo a desestruturação

No Estado do Amazonas, a extensão rural teve início em 1966, mediante a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas

(ACAR-AM)¹² e juntamente com os técnicos mineiros que a implantaram, foram transplantadas a ideologia e as práticas identificadoras do modelo difusionista. O Plano Anual de ATER (1975:33) da ACAR-AM é muito explícito no que diz respeito à estratégia geral a ser adotada pela instituição, “ação de transferência ao produtor de tecnologia útil de natureza técnico/agronômica, econômica e social - que se constitui na contribuição específica esperada da extensão rural, objetivando mobilizar as lideranças e as forças vivas da comunidade (...) visando ‘obter uma posição favorável para os programas que beneficiem a população rural’ e, ainda, a sua própria participação nesse esforço.

O referido plano enfatiza “a necessidade de organização rural, notadamente do associativismo, através de métodos grupais, sem prejuízo dos métodos de massa e individual, a valorização e participação nos grupos, comitês, associações ou outras formas de estruturas sociais existentes na comunidade”. Ressalta ainda que “o aperfeiçoamento técnico do extensionista capacitando-o para a introdução de sistemas alternativos de produção mediante o uso de estratégias metodológica para a difusão de tecnologia, (Plano Anual da ATER, 1975:33).

A mudança da ACAR-AM para EMATER-AM, em meados da década de 70 no século passado, conforme diretrizes emanadas da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, culminou com aquilo que o documento PROATER (1978:35) assinala “a partir dessa data. A EMATER assumiu todo o acervo material e humano da ACAR-AM, e porque não dizer seu histórico operacional”. São bastante ilustrativos da filosofia da ação presente em tal questão, os termos presentes no referido documento “se muda sua configuração jurídica não muda a sua filosofia de trabalho, agora, mais do que nunca, harmonizada com as diretrizes federais para o setor agrícola, conforme o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), transmitidas pela EMBRATER, e com as diretrizes estaduais constantes do Plano de Desenvolvimento do Amazonas - PDA (EMATER, 1976:79).

Com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, em 26/04/1973 a orientação técnica praticada pela ACAR passou a

¹² A ACAR-AM foi fundada em dezembro de 1966, como entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, executora estadual do programa de extensão rural por delegação do Ministério da Agricultura (através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) e do governo do Estado do Amazonas.

ter nessa instituição a fonte geradora das tecnologias a serem difundidas aos agricultores. No âmbito local, a EMBRAPA-AM começou a atuar já no ano de sua criação, desenvolvendo estudos relacionados à cultura do guaraná, pecuária e culturas alimentares (mandioca, milho, feijão e arroz), tendo em vista o atendimento aos produtores rurais. No ano seguinte, foi criada uma unidade específica para trabalhar com a cultura da seringueira, esta que exerceu grande influência sobre os serviços de extensão no Estado, principalmente pelo volume de recursos financeiros envolvidos e pelo elevado número de projetos desenvolvidos no Estado.

Na década de 80 a EMBRAPA-AM incorporou à pesquisa, novas culturas dentre as quais a cultura do dendê. Configurando-se a partir daí a criação do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê (CNPDS), e a Unidade de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE), de Manaus, que com a ampliação das atividades de pesquisa, veio a exercer efetiva influência sobre os serviços de extensão. No início da década de 90, mais precisamente em 01/05/1991, a EMBRAPA-AM passou a denominar-se Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA), também denominada Embrapa Amazônia Ocidental, orientando suas pesquisas prioritariamente nas áreas dos sistemas agroflorestais e manejo sustentável da floresta nativa. E que para a divulgação de suas pesquisas, recorre ao seu setor de difusão e transferência de tecnologias e também aos serviços extensionistas do IDAM-AM.

No período mais recente o atual Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM-AM) passou por pequenas mudanças, mas que não alteraram significativamente seus objetivos, que, na verdade, não diferiam muito do atual: atuação prática destinada a solucionar os problemas econômicos, sociais, tecnológicos e culturais do meio rural através de ação ordenada e contínua (EMATER, 1987; IDAM, 2000).

Ao cotejarmos a missão institucional e objetivos com a atual condição que dispõe o IDAM para materializar suas metas ficam evidenciadas amplas contradições que por certo limitam ou inviabilizam o colimar de sua operacionalização, senão vejamos: é sua pretensão constituir-se como uma agência de desenvolvimento do setor primário amazonense mediante identificação de oportunidades, atração de empreendimentos e formação de

parcerias, objetivando a auto-sustentabilidade, geração de emprego e melhor distribuição de riqueza.

Ora, em se tratando de uma instituição que se objetiva a difundir tecnologias e assistência social (em condições precárias) seu escopo torna-se difícil de ser alcançado por não dar conta de outras variáveis sobre as quais não possui o menor controle, exemplo disso são as externalidades representadas pelo mercado de insumos e demais produtos agropecuários, sem considerarmos os diversos fatores sociais. É esclarecedor dessa situação, o que nos relatam alguns dos entrevistados:

“Em pleno século XXI, terceiro milênio, nós que temos essas facilidades de comunicação com o mundo em questões de segundos. Estamos também deficientes aqui no Estado do Amazonas. As nossas Unidades Locais, por exemplo, não são ligadas através de uma rede, nós até hoje dependemos de malote, as correspondências vão e demoram lá, e as respostas demoram para voltar, (...) além do mais a maioria das nossas Unidades Locais, está com uma infra-estrutura muito defasada, muito sucateada, tem problemas de transporte, de veículos tanto fluvial quanto terrestre (...) e normalmente os recursos não são repassados ou não chegam às Unidades Locais, em tempo hábil, e na constância que deveria” (Entrevistado I).

No que diz respeito aos objetivos e quadro funcional, a situação é mais que conflitante, uma vez que o Instituto possui em seu quadro funcional 516 servidores com os quais deverá cobrir 62 municípios incluindo a capital - Manaus, onde está localizada a sua sede. Os Quadros 1 e 2 mostram o descompasso existente entre o número de profissionais de que dispõe o IDAM, em relação à extensão territorial, número de municípios e comunidades, de difícil acesso, cujo meio de transporte geralmente é fluvial.

Quadro 1 - Distribuição dos técnicos de nível médio e superior e outros profissionais - IDAM-AM

Profissionais	N.º de profissionais	%
Técnicos de Nível Superior	82	16
Técnicos de Nível Médio	223	43
Outros profissionais*	211	41
Total de funcionários	516	100

Fonte: IDAM-AM.

(*) Engenheiro mecânico, engenheiro civil, economista, administrador, contador, jornalista, bibliotecário, procurador, pedagogo, operador gráfico, topógrafo, laboratorista, motorista, vigia, mecânico, artífice, operador de máquina, desenhista, fotógrafo, cozinheira, agente administrativo, auxiliar de serviços gerais e técnico em planejamento.

Quadro 2 - Distribuição de profissionais por áreas de formação

Profissionais	N.º de profissionais	%
Engenheiro Agrônomo	43	8,5
Engenheiro de Pesca	11	2,0
Engenheiro Florestal	2	0,3
Médico Veterinário	18	3,5
Sociólogo	1	0,2
Extensionista Social	7	1,5
Técnico Agropecuário	153	29,5
Assistente Técnico	70	13,5
Outros profissionais*	211	41,0
Total de profissionais	516	100,0

Fonte: IDAM-AM.

(*) Engenheiro mecânico, engenheiro civil, economista, administrador, contador, jornalista, bibliotecário, procurador, pedagogo, operador gráfico, topógrafo, laboratorista, motorista, vigia, mecânico, artífice, operador de máquina, desenhista, fotógrafo, cozinheira, agente administrativo, auxiliar de serviços gerais e técnico em planejamento.

Em um primeiro momento, verifica-se a má distribuição dos funcionários por nível de formação, pois considerando os 62 municípios a serem atendidos teríamos 1,3 técnicos de nível superior, 3,5 técnicos de nível médio e 3,4 profissionais das diversas áreas de atuação (apoio) por município. Outro fator a ser observado é o desequilíbrio entre o número de profissionais de nível superior e médio que atuam diretamente no campo em relação aos demais servidores. Os primeiros, representam menos de 60% (223) do total de funcionários sem considerar que, desse total 31,5% (70) são assistentes técnicos, portanto colaboradores auxiliares sem maior contato com os produtores rurais.

Em se tratando de um Estado com extensão territorial de aproximadamente 1,5 milhões de km² contando com municípios cuja a área varia do menor que é Boa Vista do Ramos - 2.598 km² ao maior Barcelos - 123.120,90 km², fica difícil imaginar que como esse quadro reduzido de profissionais o IDAM possa responder positivamente às demandas de agricultores e criadores amazonenses. Por outro lado, vale ressaltar que segundo o próprio IDAM, o seu quadro funcional é constituído de técnicos e administrativos, oriundos de diferentes instituições já extintas: SEPROR, EMATER, CODEAGRO e ICOTI, implicando, portanto, em desnível salarial e afinidade profissional diferenciada, gerando descontentamento e, até mesmo desconhecimento dos serviços prestados pela instituição, por parte de significativa parcela de seus funcionários (Relatório Estadual do Amazonas - IDAM, 2002:27-29).

Segundo esse mesmo documento, outros graves problemas enfrentados pelo órgão são: “a carência de técnicos no interior do Estado, a falta de capacitação e reciclagem de mão-de-obra especializada e a inadequada utilização de equipamentos de apoio de ATER como, por exemplo a informatização do sistema, também contribuem negativamente para a qualidade dos serviços prestados”. Isso tem dificultado sobremaneira a avaliação sistemática e qualitativa dos serviços prestados (Relatório Estadual do Amazonas - IDAM, 2002:27,34).

No que diz respeito ao treinamento e capacitação dos recursos humanos do IDAM-AM, o Quadro 3 ilustra a sua atual situação.

Quadro 3 - Treinamentos/capacitação de técnicos do IDAM-AM

Ano	Metas finais	
	Programadas	Realizadas
1999	229	222
2000	329	278

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Atividades dos anos de 1999/2000.

Como se observa as metas preconizadas pela instituição para o treinamento de seus funcionários, além de apresentar um baixo número em relação ao número total de servidores - 516 no ano de 2000, conforme retrata o Quadro 1 -, coloca-se muito aquém daquilo que seria de fato necessário, e o pior é que as metas estabelecidas não são alcançadas. Isto parece confirmar, a posição assumida por alguns dos entrevistados:

“Poucos foram feitos, nesse período, muito pouco mesmo. O Estado não investiu mais em capacitação” (Entrevistado D).

“Não existe esse atendimento há a necessidade de reciclagem (...) hoje pra você ser um bom profissional precisa estar atualizado e essa atualização depende de muitos fatores, não é simplesmente um treinamento ou um curso. São sim, as condições que a instituição tem que te dar para que você possa exercer bem a sua atividade” (Entrevistada E).

“Eu acredito que nós temos que investir bastante aqui na empresa, para que a gente possa fazer com que a relação dos técnicos com os produtores rurais sejam mais favorável” (Entrevistado G).

Cumprir destacar que, em documento recentemente produzido pela comissão estadual, responsável pela elaboração do Relatório Estadual do Amazonas, denominado Subsídios à Elaboração de uma Proposta de Reformulação de Serviços de Extensão Rural da Amazônia/março 2002, o número total de funcionários do IDAM-AM é de 493 (Apêndice B), mostrando-se, bastante inferior àquele anteriormente apresentado. Optou-se pelo primeiro por se tratar de um documento oficial produzido pela própria instituição.

Em evento recentemente ocorrido em Manaus (agosto de 2000) - do qual resultou a constituição da comissão acima mencionada - promovido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Workshop “Cadeias Produtivas, Clusters e Extensão Rural” que, dentre seus

participantes, incluiu representantes das agências de financiamento público, instituições de ensino e pesquisa e demais órgãos ligados ao setor agropecuário amazonense, bem como representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Banco da Amazônia (BASA) e do Ministério da Integração Nacional, concluiu-se que, para um trabalho mais efetivo e consistente da extensão rural na região, fazia-se necessário evitar a pulverização do uso dos recursos financeiros, investir-se na qualificação da mão-de-obra e na geração de tecnologia voltada para o desenvolvimento dos produtos e das potencialidades regionais, bem como a estruturação dos serviços agropecuários com base nas cadeias produtivas, promovendo uma melhor articulação interinstitucional, mediante a criação de um fundo regional oriundo da esfera pública, através das agências de financiamento e fomento, afim de alicerçar a construção de um novo e criativo modelo extensionista para fazer frente às demandas dos produtores e as transformações que se operam no campo.

Os estudos desenvolvidos pela Comissão, anteriormente mencionada, reafirmam tais necessidades, uma vez que “o IDAM-AM não possui uma política de desenvolvimento institucional, o que dificulta um diálogo com os clientes e parceiros”. O relatório aponta ainda a ocorrência de “indefinição das funções e interação entre os grandes níveis hierárquicos de sua estrutura organizacional: direção, coordenação, gerência, execução e cliente final (Relatório Estadual do Amazonas, 2002: 34).

Segundo esse mesmo relatório, o IDAM-AM não tem em prática nenhum esquema de supervisão e o planejamento das ações. As atividades apresentam descontinuidades, gerando dificuldades na execução dos trabalhos, bem como ausência de planejamento e gestão estratégica e dificuldade de avaliação sistemática e qualitativa dos serviços prestados.

As sugestões advindas do evento promovido pela SUFRAMA não deixa dúvida de que o quadro atual de geração e extensão de conhecimentos científicos e tecnológicos para a região no qual se insere a experiência amazonense, não só carece de maior eficiência, como também clama urgentemente pela busca de novas abordagens. Nesse sentido, a ciência

agrícola interativa proposta por ROLLING (1996)¹³ assume a condição de um possível caminho a ser trilhado para a superação das dificuldades identificadas.

Embora reconhecendo os limites dessa abordagem - desde que associada a outras concepções de desenvolvimento - que considerem as experiências históricas, a diversidade cultural e regional, tais como: a abordagem construtivista e a agroecologia, poderá em muito contribuir para a emergência de um “modelo” mais compatível com a diversidade do contexto amazônico, do qual o Estado do Amazonas é significativamente representativo.

A abordagem construtivista que dá suporte à proposta anteriormente mencionada parte da idéia de que o indivíduo não é um mero produto do ambiente, nem um simples resultado de suas disposições internas, mas, sim, uma construção própria que vai se produzindo dia-a-dia, como resultado da interação entre esses dois fatores (CARRETERO, 1997)¹⁴. Esse enfoque, portanto, rejeita a noção de estabilidade do mundo em seus objetos e propriedades e o conceito de verdade assume uma multiplicidade, a natureza não é mais vista como algo estático a ser dominada, porém, sim, como partícipe de um processo interativo na relação homem-natureza e também fruto de uma ciência resultante da inter-relação entre natureza e ciência social. Neste cenário cumpriria a extensão rural o papel de facilitadora da aprendizagem e estimuladora dos métodos de participação dos agentes envolvidos em todas as direções (ROLLING, 1996)¹⁵.

Para a materialização dessa proposta torna-se indispensável uma maior discussão dos velhos e novos conceitos que estão a permear os debates em torno do desenvolvimento rural, mais especificamente em relação

¹³ ROLLING, N. op. cit., p. 19. Entre os diferentes paradigmas científicos temos: o racionalismo, o empiricismo, o realismo e o idealismo. A perspectiva racionalista é geralmente aplicada em situações onde ocorre ou prevalece a definição de objetivos claros, mediante a identificação dos problemas e a proposição de soluções “racionalis” para os mesmos. O empiricismo sugere que o conhecimento válido e científico deve ser baseado em fatos empíricos que por sua vez devem ser explicados como exemplos de leis universais desenvolvidas como hipóteses e confirmadas por predição e experimentação. Já o realismo aceita as críticas epistemológicas que as nossas observações são dependentes de teorias e que não temos, portanto, um puro acesso ao mundo independente, embora este existe e seja habitado por objetos e entidades. O idealismo contesta a crença dos racionalistas acerca da objetividade da observação, portanto, entende que nós construímos o mundo que nós experimentamos como indivíduos ou comunidades, e como nossas teorias mudam, também muda o mundo que nós experimentamos.

¹⁴ CARRETERO, M. **Construtivismo e educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1997. p. 10.

¹⁵ ROLLING, N. op. cit. p. 19-20.

àqueles que dizem respeito à extensão rural, tema este que relacionado ao contexto amazônico será alvo das considerações a seguir.

4.4. A extensão rural e as peculiaridades do contexto amazônico

A Amazônia tem sido, em grande medida, palco de processos históricos e sócio-ambientais, envolvendo experiências nas áreas: mineral, florestal, hídrica, energética, medicinal e, não raro, aquelas relacionadas à diversidade de formas de organização de vida existente na região. Tais processos, certamente, devem-se, dentre outros motivos, à sua rica biodiversidade em consonância com os mais variados interesses (econômico, político, sócio-cultural e ambiental), que se intensificaram nos dias atuais, mas que se expressaram, desde muito cedo, com a chegada dos “colonizadores” em busca das drogas do sertão desde o início do século XVI.

Isto evidencia o argumento de SILVA (1997: 128) sobre “a tese acerca do esquecimento da região amazônica, por parte do Estado-Nação e pelo mundo, que não se sustentam; uma vez que, esta região, de fato, esteve sempre presente na lembrança das forças interessadas no processo de mudança ou pelas pessoas e grupos privilegiados”. Portanto, para essa autora, a Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise do capital.

As políticas governamentais de caráter integrador-homogeneizador, sem considerar as especificidades da complexa teia de relações etno-sócio-culturais da Amazônia, enfatizavam que as questões-conflitos agrários de outras regiões poderiam ser resolvidos via “transferência de excedentes populacionais” para os “vazios” amazônicos, ou como nos diz MARTINS (1991:105), citando palavras do Presidente Médici, que, em 1973, dizia “é preciso destinar a Amazônia sem homens para os homens sem terra do Nordeste”.

Os estudos amazônicos, desenvolvidos por SAWYER (1995:211), assinalam que os “objetivos sociais e ambientais podem ser compatíveis entre si e até mesmo indissociáveis, daí a sua proposição para aquilo que no limite, ele denomina de um ‘campesinato ecológico’, situação em que, ter-se-ia um

mosaico de distintas formas familiares de produção e extração agro-silvo-pastoris e semimerchantis.

Para esse autor, tão importante quanto a elaboração de políticas de preservação da floresta, mediante a criação de reservas florestais, bem como as reservas indígenas e extrativistas, voltadas para o apoio aos “povos da floresta”, é um tratamento diferenciado do atual, a ser dado aos agricultores - pequenos produtores - condenados como predatórios e rejeitados pelos movimentos ambientalistas. Tal condenação, segundo esse mesmo autor, decorre da pressão sócio-econômica exercida sobre os pequenos produtores que não são estimulados e dotados de condições econômicas e infra-estruturais para desenvolver o cultivo de espécies permanentes, estas mais indicados em termos ecológicos para a região (SAWYER, 1995:212).

Em posição diametralmente oposta ao modelo agrícola capitalista, predominantemente monocultor, de alta tecnologia e investimentos, cujos resultados sócio-ambientais têm deixado seqüelas na Amazônia, SAWYER (1995:216-217) sugere a adoção (...) da policultura familiar combinada até certo ponto com o extrativismo vegetal, animal, complementado eventualmente pela extração mineral e pelo trabalho assalariado fora do estabelecimento, visando garantir um fluxo mínimo de renda monetária. Justifica esse autor que, para tanto, é imprescindível que a percepção rural Amazônica se torne mais combinatória e menos compartimentalizada, e assume, ainda, que nessa região os produtores não se distinguem em categorias estanques de “agricultor”, “pecuarista”, “seringueiro” e “garimpeiro” como sugerem os estudos de observadores externos desavisados.

É significativo o que esse autor expõe acerca do papel e da importância de sindicatos e comunidades na difusão de tecnologias que, segundo ele, devem ser oriundas das experiências indígenas e população regionais tradicionais, uma vez que: “os rapazes da EMATER nem sempre têm o respeito dos agricultores, e o órgão enquanto não extinto não tem combustível para por no campo os escassos quadros de que dispõe. Os próprios camponeses talvez façam uma difusão mais eficaz a um custo menor”. Isso que possivelmente poderia ser explicado pelo conteúdo da fala de uma dos planejadores das ações do IDAM-AM:

“(...) Naquela região do alto Solimões, mais de 60% da população são indígenas e, quando você vai trabalhar com populações indígenas, os valores culturais deles são totalmente diferentes dos ditos brancos. Então, se você vai com uma forma de trabalho que você está acostumado a fazer com os ribeirinhos, com esse pessoal não vai dar. Esse é o primeiro problema, o segundo é que a maioria do nosso pessoal sequer sabe, sequer eles têm conhecimento, para trabalhar com esse público que é diferenciado” (Entrevistado J).

Analisando algumas ações de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, nos anos mais recentes, cujo alvo seriam as terras indígenas, as populações ribeirinhas, pequenos produtores rurais, as áreas extrativistas nas quais se incluem os seringueiros. BOTELHO (1992:111) entende que: “ao formularem essas políticas, os seus planejadores ignoram a incomensurável rede de relações sociais que estão a identificar as referidas áreas”. Portanto, essa autora considera indispensável conhecer e apreender os tipos de relacionamento que esses grupos populacionais estabelecem com a natureza, assim como a sua percepção dos elementos que compõem os ecossistemas locais, para viabilizar a sua necessária incorporação numa nova forma de usufruir da natureza local.

É nesse contexto que emerge a preocupação expressa por alguns técnicos em relação ao IDAM:

“Tem que haver uma reformulação como um todo. A nossa condição aqui é bastante diferente. É preciso criar um modelo diferente. Eu acredito que o modelo praticado pela extensão rural há algum tempo atrás não é mais adequado. Quanto ao novo modelo ideal eu não sei qual seria (...) estamos tentando saber, inspecionar justamente para procurar atender ao produtor, ao caboclo, à própria questão do meio ambiente” (Entrevistado E).

As preocupações acima mencionadas podem ser melhor visualizadas e apreendidas nos termos assinalados pelo recente estudo desenvolvido por LOUREIRO (2002:118) denominado Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Dentre os grandes desafios a serem superados, destaca-se o esmagamento a que a região esteve submetida, em termos políticos, econômicos e sócio-culturais, que, segundo ela, tem condicionado muito dos habitantes da região se sentirem como estrangeiros vivendo na própria terra. Destaca a autora, que não obstante as grandes pressões internacionais, não se conseguiu estabelecer uma identidade cultural própria, assim como um projeto desenvolvimentista compatível com sua riqueza natural, com sua gente e com sua variedade cultural. Contexto em que a Amazônia será sujeito de sua própria história.

Sem negar a conexão existente entre o acima exposto e os itens anteriormente mencionados, vale destacar aquilo que a autora denomina de princípios humanísticos ou condições fundamentais para a emergência de um novo modelo de desenvolvimento regional. Para tanto, vale destacar as proposições sugeridas por LOUREIRO (2002:119-120) como imperativos a serem observados, na busca de alcançar tal desiderato:

1. Respeitar as populações locais e sua cultura, incorporando-as como elementos importantes nas transformações em curso;
2. Desenvolver uma economia fundada nas ações de ecodesenvolvimento e sustentabilidade da natureza, de modo a preservá-la para as gerações futuras;
3. Promover a mudança da base produtiva regional (hoje apoiada na exportação de produtos semi-elaborados num extremo e em atividades tradicionais de baixa produtividade noutra), verticalizando a produção - isto é, completando as cadeias produtivas por meio do setor industrial e complementando-as até se chegar a um produto final beneficiado e gerador de riqueza;
4. Intensificar, através da pesquisa, o estudo do aproveitamento de espécies florestais e animais da Amazônia, reforçando as equipes de pesquisa e os laboratórios de universidades e institutos da região, especialmente nas áreas de biotecnologia, integrando-os com equipes e laboratórios dos centros mais desenvolvidos do país. Assim se poderá desenvolver um modelo econômico que propicie um real aproveitamento do patrimônio florestal em favor da sociedade brasileira. A pesquisa beneficiará a economia, já que ela permite aumentar a população de espécies atualmente com baixa encurtar o ciclo de cultivos de longa duração, adensar e enriquecer a floresta com as espécies mais demandadas pelo mercado, etc. ;
5. Disseminar, através de políticas tecnicamente bem orientadas e financeiramente viáveis, viveiros de espécies florestais. Além disso, desenvolver bancos de células de espécies com risco de extinção e o criatório de espécies animais naturais da região - sempre respeitando uma certa biodiversidade, já que, como se tem constatado historicamente, os ecossistemas amazônicos não toleram a homogeneidade que o mercado quer exigir deles. Assim , estaríamos apontando uma nova via econômica

com um amplo leque de possibilidades e real aproveitamento dos recursos em favor da sociedade brasileira;

6. Desenvolver oportunidades de geração de emprego e renda na própria região, para que a Amazônia seja não apenas um lugar de abundância natural, mas também um lugar de justiça e de bem-estar social;
7. Ser democrático na distribuição da renda, possibilitando à população de baixa renda a participação nos frutos do progresso que, um dia, possam advir para a região.

Como se observa, a concordância com as argumentações desenvolvidas pela autora, sugere inferir-se que as abordagens desenvolvidas, ancoradas nos princípios da quantitatividade e do imediatismo de resultado, ao desconsiderar a diversidade ambiental e as populações locais, expressam claramente uma racionalidade estratégica (econômica) e instrumental (dominação), no sentido habermasiano, ocasionando a reação de setores mais comprometidos com a adoção de novas formas de relação homem/natureza. Contexto, em que emerge o conceito de sustentabilidade.

De acordo com HERCULANO (1992:25-35), a noção de sustentabilidade expressa “a tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementariedade, reciclando matérias e energias, os dejetos de uma forma viva sendo alimento de outra; os ecossistemas são tanto mais estáveis, quanto mais complexos e diversos, e sua permanência é função deste equilíbrio dinâmico”.

Entende esse autor que os problemas de ordem ambiental não têm fronteiras geográficas ou políticas e, por isso mesmo, ele é marcadamente transnacional; associado a esse aspecto, o autor ressalta que para os ambientalistas, é fundamental a concepção de interdependência entre os movimentos, uma vez que a cooperação e novas formas de arranjos institucionais são indispensáveis para viabilizar a eficiência das atuais instituições do Estado, nas quais incluímos o IDAM, que atua em um contexto específico e diferenciado e que por certo exige um planejamento compatível com as características de sua região de atuação.

Em face do exposto, vale destacar a fala de um do entrevistado, em relação às propostas desse órgão para a extensão e o desenvolvimento rural do Estado do Amazonas:

“Elas são consideradas (as peculiaridades do contexto amazônico no planejamento das ações do IDAM), com muita responsabilidade, porque quem trabalha no IDAM, na sua maioria, já vem de outras instituições do Estado, que sempre lidou com estas diversidades da Amazônia, como a dificuldade de acesso, como a diversidade etnológica, e também com a diversidade de atividades, nós temos: pescadores, extrativistas da madeira, do óleo, do cipó, e das fibras. Nós temos índios, ribeirinhos, e nós temos até agricultores com um nível tecnológico já bastante diversificado” (Entrevistado J).

Diante do exposto, infere-se que avolumam-se as responsabilidades do IDAM, no sentido de promover uma prática extensionista mais inclusiva, em termos étnico, econômico e sócio-cultural. Embora, reconhecendo os limites das possibilidades da sua atuação, por entendê-la como parte integrante das políticas de desenvolvimento rural, assunto que será alvo de apreciações a seguir.

4.5. A extensão como peça de uma engrenagem maior

KAGEYAMA et al. (1990:113-116), estabelecendo a diferenciação entre os conceitos freqüentemente intercambiáveis, como sinônimos: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agro-industriais nos diz que, o primeiro, cinge-se as mudanças de base técnica da produção agrícola, representada pela introdução e adoção de máquinas e insumos, estas que são responsáveis pela transformação da produção artesanal camponesa, em produção moderna. O segundo, fundamenta-se na idéia de que agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria/fábrica. Prosseguindo ela assinala que nessa fase ocorre uma efetiva subordinação da natureza ao capital, resultando daí que a agricultura dependerá dos insumos provenientes das indústrias, passando a gerar produtos de consumo e bens intermediários/matérias-primas para indústria de transformação. Já o terceiro diz respeito aos complexos agro-industriais, que, segundo a autora, podem ser “identificados” pelo conjunto de

atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades.

Os aspectos conceituais anteriormente mencionados, articulam-se ou compõem os programas de desenvolvimento rural, este, que envolve, dentre outros elementos, àqueles relacionados à condição de vida e bem-estar da população do campo englobando, portanto, serviços de educação, habitação, saúde, higiene e também questões relacionadas à produção e produtividade rural. Nesse sentido, os governos formulam políticas objetivando transformar a realidade sócio-econômica do meio rural. Geralmente, tais políticas são edificadas com base nos seguintes elementos: terra e trabalho, pesquisa experimentação, infra-estrutura de produção, comercialização e informação, abastecimento, preços e estoques reguladores, preços mínimos, crédito e seguro rural, cooperativismo, educação, treinamento e outros programas e, obviamente, a assistência técnica e extensão rural.

Como se observa pelo considerável número de elementos ou instrumentos de políticas de desenvolvimento rural, o sucesso ou as limitações impostas ao desenvolvimento, decorrem de uma maior ou menor capacidade em articular tais instrumentos de forma a torná-los efetivos nas políticas, programas e projetos que tenham como escopo atender às demandas expressas pelas comunidades rurais. Tudo isso, sem descuidar desse contexto a necessidade de inter-relacionamento com os demais setores - comercial, industrial e associativos - com os quais deverá integrar-se, visando harmonizar as diversas ações de governo, tendo em vista o conjunto da sociedade.

Portanto, para se pensar concretamente o contexto do desenvolvimento rural faz-se necessária a reflexão sobre o processo de geração e transferência de tecnologia, ou ainda a pesquisa e experimentação agropecuária e a assistência técnica e extensão rural, elas que constituem elementos praticamente indissociáveis, quando se tem em vista o acesso aos conhecimentos e as tecnologias oriundas dos processos científicos de investigação, sem perder de vista outras formas de avanço do conhecimento e das técnicas agrícolas/agropecuária, resultantes do processo cumulativo de experiências através de gerações.

De acordo com ACCARINI (1987:106), até meados do século XIX, boa parte da evolução do homem no sentido de controlar as forças da natureza,

resultava da iniciativa, habilidade e experiência de produtores que buscavam soluções para seus próprios problemas. Nesse contexto, os interesses e as necessidades desses produtores constituíam-se na mola propulsora que levava o agricultor a produzir e aprimorar técnicas de produção, que lhes permitiam centralizar decisões, assim como um certo grau de auto-suficiência.

Não obstante o fato de que se deva reconhecer os esforços empreendidos pelo setor público brasileiro, nas três últimas décadas do século passado, no sentido de viabilizar condições para uma mais efetiva transferência de tecnologia, os resultados auferidos não foram satisfatórios, o que culminou “na perda generalizada de apoio aos serviços de extensão oficiais que hoje se encontram em sua fase crítica, em termos não só da falta de recursos e orientação, mas também de profundo desalento (TRIGO, 1992:21).

Explicitando a sua observação, o referido autor entende que não se justifica mais, atualmente, pensar-se em um modelo único de transferência de tecnologia, considerando-se as distintas naturezas de clientes e de tecnologia. Daí a sua compreensão de que “no passado víamos a extensão como o ‘mecanismo’ de transferência de tecnologia, hoje temos de prever um ‘sistema’ formado por um amplo espectro de alternativas, que individualmente atendam às características específicas de cada contexto de produção, tipos de agricultores, tipos de produção e regiões, tipos de tecnologias e até mesmo a evolução destas no tempo (TRIGO, 1992:21).

Analisando o desenvolvimento brasileiro recente, SACHS (2001:76) aponta o paradoxo que representa o fato do Brasil possuir uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, no entanto, privilegiar um modelo de agricultura, baseado no cultivo de grãos que prescinde quase que totalmente de mão-de-obra; bem como por realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia, e por jogar milhões de refugiados nas favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso à moradia decente.

Para atingir um estágio urbano de modernidade, este que se constitui um parâmetro de desenvolvimento, a agricultura buscou e busca integrar-se ao crescimento econômico geral, aumentando a produção e sua produtividade,

comprando e vendendo à indústria. Esse processo colocou a agricultura no plano secundário, introduzindo uma série de agentes econômicos que crescentemente passam a ter um papel relevante nas relações mercantis e de produção, particularmente na formação de uma indústria química que produz para a agricultura e que dela recebe e cria uma nova noção de alimentos (ALMEIDA, 1997:39).

Segundo esse autor, essa concepção difundida por economistas de diferentes matizes, assinalava que “a agricultura tinha um papel funcional e secundário ao setor industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. Por isso, a industrialização tornou-se sinônimo de progresso e modernidade na sociedade industrial.

Essa visão desenvolvimentista que inspirou os planos de desenvolvimento governamentais definia as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que deveriam colocar em operação. Nesse sentido, as instituições públicas responsáveis pela difusão de tecnologias procuraram “enquadrar” os agricultores no “modelo de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização, visando a ampliação do número de clientes do desenvolvimento, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os retardatários da modernização” (ALMEIDA, 1997:40-41).

SACHS (2001:77), refletindo sobre as questões relacionadas ao Brasil rural, reconhece que, não obstante sejam muitos os seus aspectos negativos, estes que associados a outros de corte mais urbano, promoveram efeitos deletérios na qualidade de vida de grande parte das pessoas na sociedade brasileira, isto que se expressa com muita nitidez na fome e na violência urbana. No entanto, para esse estudioso da questão social, observa-se em períodos mais recentes a emergência de novos e alvissareiros elementos na vida brasileira, especialmente no que diz respeito à questão do Brasil rural, onde os movimentos sociais, tal como Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e as entidades de classe - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Federação das Associações dos Servidores da Extensão Rural do Brasil (FASER) - consolidaram-se e enfraqueceram o poder de barganha das elites rurais.

O autor exemplifica a ocorrência de tais elementos, através de medidas, tais como: o Rito Sumário, o Imposto Territorial Rural, mesmo com percalços em suas aplicações, e o estabelecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ainda se admitindo falhas em sua implementação já sinaliza alguma preocupação do poder público para com a agricultura familiar.

A compreensão e a interpretação desses fatos impõem-nos claramente a necessidade de se pensar a extensão rural como parte de um contexto mais amplo, considerando-se a sua importância e possível contribuição para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, é elucidativo para esse tipo de questão, refletir-se sobre algumas ações do poder público estadual, em contextos específicos, nesse caso, no Estado do Amazonas, cenário que abriga a experiência a ser exemplificada a seguir e a instituição extensionista objeto desse estudo.

CALAZANS (1992:59), citando Câmara (1999), reporta-se aos depoimentos de camponeses, seus saberes e suas lutas, alude a intervenção do Estado, nos anos 80, no Amazonas, mediante a criação de um núcleo de colonização - Cidade Hortigranjeira do Município de Iranduba S.A. (CHISA) que implicou naquilo que Câmara denominou de “travessia”, uma vez que, removidos do seu habitat, os pequenos produtores rurais da várzea, foram transferidos para a terra firme, cujos reflexos dessa intervenção poderão ser observados nos depoimentos a seguir:

“(...) a várzea é uma terra muito fértil, uma terra sem dúvida que não tem terra firme pra chegar lá com ela, né? Agora, há certos fatores na vida que fazem o homem mudar até sem ele querer, às vezes ele tá no lugar bom, ele acha que tá mal e tá bem, né? E aí ele sai pra outro lado, né? Depois é que ele vê que é lá que ele tinha de ficar. Mas agora já fez a mudança” (pequeno produtor ribeirinho¹⁶ de Iranduba).

“Eles pegavam os produtores da várzea e colocavam em terra firme, um negócio totalmente diferente. Aqui você ia ter que usar tecnologia. Na várzea o solo já é bom pela própria natureza” (pequeno produtor ribeirinho de Iranduba).

É, portanto, em contexto como este que as macrodecisões, envolvendo as políticas públicas para o setor rural, são elaboradas em outras esferas do Estado, evidenciando que a extensão rural se insere como um dos elementos,

¹⁶ Considera-se para fins deste trabalho a categoria dos pequenos produtores rurais aquela que opera ou trabalha com limitada disponibilidade de terra, não possuem a propriedade da terra, apresentam limitado acesso ao crédito rural e utilizam predominantemente a mão-de-obra familiar. Ou ainda

dentre os inúmeros instrumentos das políticas do desenvolvimento rural. Embora, no caso específico do Estado do Amazonas, o IDAM-AM tenha assumido a responsabilidade de planejar, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento voltadas para o meio rural amazonense.

A propósito dessa afirmação, vale ressaltar o que expressam os documentos relacionados a essa instituição:

“No Estado do Amazonas, se faz necessário, com a urgência de salvaguardar o que existe, a elaboração e implantação de Plano Estadual para o Setor Público Agrícola, contemplando ações sistemáticas e estratégica dos serviços de ATER, em parceria com instituições municipais objetivando o desenvolvimento rural” (Relatório Estadual/IDAM-AM, 2002:55).

“No caso do Amazonas há uma necessidade urgente de se voltar as atenções para o setor primário, com o olhar mais sério e planejado, tomando este setor como um sistema produtivo, identificando áreas de produção primária, priorizando as atividades econômicas que aí se adaptem, estabelecendo prioridades, mantendo infra-estrutura de estradas vicinais funcionais, providenciando eletrificação e criando postos municipais que facilitem a entrada de insumos e escoamento da produção dentre outras atividades” (IDAM-AM e JICA, 2002:18).

A validade dos termos presentes nesta preocupação de ordem política, assume maior nitidez, quando a associamos aos acontecimentos das últimas décadas, do século passado, envolvendo o tratamento dado pelo Estado aos seus órgãos de extensão. Nesse sentido, merece registro a fala de alguns entrevistados, sobre a questão:

“(…) Com a reforma administrativa do Estado do Amazonas que ocorreu em 1995 e que, conseqüentemente levou à extinção da EMATER, da CODEAGRO e da SEPROR-AM. Isso logicamente causou uma ruptura daquele processo todo. O Estado criou uma companhia com o nome de CIAMA, e durante esse período nós ficamos lotados nessa instituição, onde ela tinha obrigações diversas. E de certa forma foi bom por que o Estado começou a perceber que não dava para continuar da forma que estava, no caso da CIAMA. (...) E com a criação do IDAM foi bom por que teve-se a possibilidade de reunir esse pessoal que estava disperso em várias instituições, devido a extinção dos diversos órgãos. (...) Agora, de certa forma, isso traz um prejuízo para o planejamento e para a definição das metas” (Entrevistado D).

“(…) O IDAM-AM é o único órgão responsável pela política agropecuária para o Estado do Amazonas. Mas hoje não se trabalha mais, não se vê mais o rural, apenas sob o ponto de vista agropecuário. Hoje tem que se ver o rural sob todos os seus aspectos, sob todas as suas potencialidades, toda a sua capacidade de trabalho. então a nossa proposta hoje nesse momento é de trabalhar um plano estadual de desenvolvimento rural encarando as atividades rurais agrícolas e não agrícolas como fonte de renda, de emprego, principalmente de ocupação, de permanência e de interesse das pessoas do rural pelas suas regiões, ou seja, trabalhar com jovens, com mulheres, com índios e com todas as etnias, com todas minorias que aqui, na maioria das vezes são maiorias” (Entrevistado D).

peças cujo meio de vida depende de atividades extrativas pela exploração dos recursos naturais incluindo produtos da floresta e da fauna aquática.

As observações apresentadas pelos entrevistados bem como os termos presentes nos documentos anteriormente mencionados permitem-nos perceber o contexto, a estrutura e as condições gerais de que dispõe o IDAM-AM, para concretizar sua atuação. Sem subtrair a importância dos demais aspectos assinalados, entende-se como da maior relevância a ausência de políticas públicas consistentes, duradouras e compatíveis com as características e os imperativos do desenvolvimento regional, uma vez que o IDAM, enquanto organização integrante da estrutura administrativa do Estado - voltadas para as atividades rurais - ao longo dos últimos anos acabou assumindo atribuições para as quais não reúne as condições necessárias, para alcançar as metas organizacionais preconizadas.

Olhando essa questão do ponto de vista da interpretação mannheimiana, percebe-se que a extensão rural praticada pelo IDAM-AM, em que pese a sua especificidade e importância para o Estado do Amazonas, não deverá ser tomada como autosuficiente e de funcionamento independente do contexto social mais amplo. Porém, deverá ser vista, assim, como uma peça de uma engrenagem maior, nesse caso, como um dos elementos componente das políticas de desenvolvimento rural.

Assim, não é difícil imaginar os efeitos negativos representados pela inadequação no tratamento dado ao planejamento, lacuna esta que por certo se expressa no processo educativo da extensão ou, mais precisamente, na pedagogia da ação extensionista do IDAM-AM, aspecto este a ser analisado no próximo capítulo.

5. O PLANEJAMENTO E A PEDAGOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA AMAZONENSE

5.1. A extensão rural como prática educativa

O estudo da extensão rural como prática educativa - de natureza informal - poderá ser melhor apreendido se levar-se em conta como referencial analítico, o quadro das tendências pedagógicas: liberal e progressista.

A pedagogia liberal sustenta a idéia de que as instituições educativas tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com suas aptidões individuais. Para isso os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e as normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. Nesta pedagogia liberal há diferenciadas tendências:

1. *Liberal tradicional*: se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral;
2. *Liberal renovada*: acentua igualmente o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. Apresenta-se sob a versão: renovada progressista ou pragmatista ou a versão renovada não diretiva;
3. *Liberal tecnicista*: subordinada a educação à sociedade, tendo como função à preparação de recursos humanos.

A pedagogia progressista sustenta as finalidades sócio-políticas da educação. Ela tem se manifestado através de três tendências:

- 1) *a libertadora*: mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire;
- 2) *a libertária*: que reúne os defensores da autogestão pedagógica;
- 3) *crítico-social*: dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.

A pedagogia do consenso fundamenta-se no positivismo Comteano, no organicismo evolucionista de Spencer, no funcionalismo sociológico de Durkheim. Seus principais temas são: ordem, equilíbrio, controle, harmonia, progresso como ideal da sociedade.

A pedagogia do conflito empreende a crítica radical do pensamento pedagógico liberal e defende a possibilidade de repensar a educação em termos dialéticos. A pedagogia do conflito dirige sua crítica à teoria educacional capitalista e se preocupa com a emancipação coletiva e a transformação social, identificando-se com a classe dominada, os grupos oprimidos e a alienação das minorias desfavorecidas. O papel do conflito é de estimular a crítica e expor as contradições no sistema educacional como parte de uma estratégia política que visa à mudança social através da conscientização.

A pedagogia revolucionária educa contra a ordem visando romper com os limites que a ordem institucional estabelece à escola (educação revolucionária).

De maneira geral, as tendências pedagógicas que se filiam à pedagogia liberal, incluem desde princípios que concebem o ato de ensinar centrado no professor, este que expõe e interpreta o conteúdo da matéria, até procedimentos didáticos meramente instrumentais do tecnicismo educacional, passando por abordagens mais centradas nos alunos e aquelas que enfatizam as habilidades mentais, cujo fundamento se expressa, na ideia de “aprender fazendo”, esta que parece em grande medida nortear os pressupostos do modelo extensionista rural, ainda hegemônico em nosso país.

Na pedagogia libertadora, o papel da escola, vai além da educação formal. Quanto ao conteúdo e ensino, estes que são extraídos da problematização da prática de vida do educando. No que diz respeito ao método, o diálogo deve ser a tônica; a relação professor aluno deve ser marcada pela situação em que educador e educando posicionam-se como sujeitos do ato do conhecimento. A aprendizagem deve ter como pressuposto o

processo educativo problematizado. Como dito anteriormente, a prática educacional dá-se não só no âmbito da escola, mas também nos sindicatos, nas empresas, movimentos populares e, por certo, hoje nas organizações governamentais, naquele que é conhecido como 3.º setor.

Realizada essa primeira aproximação o presente estudo passa a privilegiar as reflexões desenvolvidas por FREIRE (1974, 1975, 1982). Inicialmente, esse autor destaca e enfatiza que o homem como um ser de relações busca transformar a natureza com seu trabalho e que o resultado dessa transformação constitui o mundo da cultura que se prolonga no mundo da história. Prosseguindo, baseado em NICOL (1965) desenvolve os conceitos de estrutura vertical - entendido como o mundo exclusivo dos homens, caracterizado pela inetersubjetividade e pela intercomunicação - e estrutura horizontal - constituída por unidades “epocais” distintas, ou seja, pela solidariedade intercomunicativa entre estas - e que, segundo Freire, se aplica à ciência e também é plenamente aplicável ao domínio da doxa/senso comum. Ilustrativo dessa questão é o pensamento desenvolvido por FREIRE (1982) quando ele diz:

“Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre eles e o sujeito “B” em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse - e quando assim é -, não haveria, nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicadores.

Dessa forma, percebe-se que para esse autor a concepção “assistencialista” diferentemente da educação problematizadora, contribui para tornar os estudantes acrícos, anestesiados e com posturas ingênuas frente ao mundo. Vale ressaltar que, segundo FREIRE (1982:84), “a educação não é própria e exclusivamente permanência ou mudança”, uma vez que ela se realiza na unidade dos contrários, ou seja o processo educativo deve ser um ato permanente, referenciado na relação permanência/mudança dos aspectos culturais.

Em uma abordagem um tanto diferenciada, em relação às proposições anteriormente mencionadas, BICCA (1992:26-28) entende que a extensão rural está mais para educação visando a uma vida mais satisfatória e mais produtiva no campo do que em qualquer outro sistema (...) trata-se de educação prática

extra-escolar, informal e democrática¹⁷. Segundo esse autor, costuma-se conceituar a extensão rural como educação agrícola e de administração do lar rural com propósitos de melhorias sócio-econômicas das comunidades rurais. As diferentes conceituações apresentadas pelo referido autor possibilitam-nos perceber o enfoque extensionista que situa a extensão rural como uma prática educativa.

Outra concepção muito comum entre os que esposam a idéia da extensão rural como prática educativa é aquela que evidencia a ação extensionista como um sistema de educação complementar ao sistema oficial de ensino no meio rural. Isso é corroborado por BICCA (1992:32) “não que se trate de ensino formal, mas de ensino não formal, extra-escolar, de caráter prático e permanente”.

Segundo esse mesmo autor, se em épocas passadas acreditava-se que a educação consistia unicamente em transmitir conhecimentos, nos tempos modernos alterou-se tal concepção vindo, nesse caso, o professor a ser visto como alguém a quem cabe estimular e motivar o interesse e a participação dos educando preferencialmente através da pesquisa e da experiência. Para esse autor, a filosofia do “aprender fazendo”, faz com que “a educação se desenvolva segundo as características individuais do educando, segundo as motivações para a realização de coisas úteis, observando o que move o indivíduo, o interesse, daí o ensino motivado”.

Tudo isso não parece referenciar e reafirmar o que esse mesmo autor assinala em seguida “pode-se dizer ainda que educar é ensinar a pensar, a refletir e agir racionalmente, segundo os interesses, as aspirações, ideais do indivíduo e da coletividade” (BICCA, 1992:36).

Ora, não nos parece que “o aprender fazer fazendo” se constitua numa original forma reflexiva de se processar a educação. Isto porque não obstante o fato dessa filosofia se colocar na contramão do atual “espírito do capital” que

¹⁷ Segundo BICCA (1992:27) diferentes autores expressam concordância com a referida idéia. Para Ecmizer trata-se de um sistema educacional criado para transmitir conhecimentos à população rural. Já para Ramsower a extensão rural é uma agência de educação criada em muitos países para propiciar oportunidades educacionais à população rural, ao produtor, sua esposa e seus filhos. Diversos autores, tais como: Kelsey, Lincoln David and Hearne, Cann e Chiles entendem que extensão é, ao mesmo tempo, serviço e educação destinada a ajudar a melhorar a vida dos produtores rurais. Assinalam ainda que se trata de um sistema educacional fora das escolas, no qual jovens e adultos praticam. Segundo Przedpelaki extensão é simplesmente o esforço de colocar informação dos cientistas da agricultura, seja de natureza física ou social, à disposição do agricultor e de sua família (BICCA, E.F. **A extensão rural: da pesquisa ao campo**. Guaíba-RS: Agropecuária, 1992. 184 p.).

refuta o “gorila amestrado”, e necessita sim de trabalhadores capazes de desempenhar sua parte no acordo social imposto pela relação de trabalho e capacidade de incorporar as mudanças tecnológicas nas atividades produtivas, esta perspectiva pedagógica que separa a função técnica, da função intelectual, dicotomizando-a em teoria e prática, oblitera a condição humana, em que o homem possa ser cidadão, trabalhador, sujeito e objeto da história.

Aliás, conforme sugere KUENZER (1997:35):

“A crescente cientificação da vida social e produtiva passa a exigir do trabalhador cada vez maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico, político e cultural, uma vez que a simplificação do trabalho contemporâneo é a expressão concreta da complexificação da tecnologia através da operacionalização da pesquisa”.

Diferentemente da concepção educativa tradicional, em uma perspectiva reflexiva PINTO (1989:21-22) nos fala da educação enquanto um encontro de consciências no ato da aprendizagem. Ilustrando tal concepção, esse autor observa que o conhecimento não é algo que se entrega como um embrulho a uma pessoa mas, sim, a possibilidade de modificação do modo como a pessoa/aluno, em nosso caso o produtor rural, possa estar capacitado a receber esse embrulho/conhecimento/tecnologia. Prosseguindo, ele diz: “um dos graves erros da pedagogia alienada é avaliar o resultado da prática educacional pela devolução do embrulho”, perspectiva esta que, relacionada à extensão rural e aos pequenos produtores, não deverá ser aferida apenas pelas respostas, em termos de resultados produtivos, decorrentes do emprego das tecnologias e informações emanadas da extensão.

É ainda esse autor que comenta o fato “dos educadores, procurarem uma pedagogia pronta”. Segundo ele, “tal não existe, e se existisse seria imprestável”. Nesse sentido, ele entende “a educação como um ato intransitivo”, ou seja, “o educador não pode transformar a outrem que não esteja transformando no próprio trabalho de ensinar. Por isso é que ele, ao ensinar ele aprende” (PINTO, 1989:23).

FREIRE (1974:88-89) faz referência à necessidade de se desenvolver uma educação que possibilite ao homem a capacidade para tomar decisões, para a responsabilidade social e política, encontrando em MANNHEIM (1980) respaldo para a sua interpretação, cujo conteúdo assinala que:

“(…) em uma sociedade na qual as mudanças mais importantes que se produzem por meio da deliberação coletiva e onde as reavaliações devem

basear-se no consentimento e na compreensão intelectual, se requer um sistema completamente novo de educação; um sistema que concentre suas maiores energias no desenvolvimento de nossos poderes intelectuais e dê lugar a uma estrutura mental capaz de resistir ao peso do ceticismo e de fazer frente aos movimentos de pânico quanto soe a hora do desaparecimento de muito de nossos hábitos mentais”.

Os estudos desenvolvidos por DE MUNER (1997:68-69) - relacionados à extensão rural como prática educativa - assinalam que a concepção mecanicista do conhecimento, fonte de negação do saber social do agricultor, aliada à ausência de um planejamento participativo, bem como o emprego de métodos tradicionais, que privilegiam o produto, em detrimento do produtor, colocam-se longe de promover alterações no campo, capazes de concretizar o desenvolvimento social. Todavia, se em relação a sua crítica à abordagem tradicional (intervenção tutorial), devemos atribuir um elevado grau de acerto, o mesmo não se pode dizer, quando se trata de sinalizar possíveis caminhos e objetivos a serem trabalhados pela extensão. Assim, para ela:

“(...) introduzir novos conhecimentos e educar para a mudança das atitudes das famílias rurais é tarefa da extensão rural. Entretanto, esses objetivos não têm sido alcançados. A extensão é educação, portanto seu objetivo educacional deve ser ensinar os agricultores como pensar e não o que pensar, ajudando-os a descobrir e determinar suas próprias necessidades” (DE MUNER, 1997:69-70).

Ora, não necessitaríamos recorrer a grandes reflexões de ordem teórica para perceber a inexatidão ou mesmo a tal negação do saber social camponês, a que ela se reporta, aparentemente de forma crítica. Bastaria uma breve incursão na base teórica de seu estudo que, dentre outros, autores estão presentes PINTO (1986), FONSECA (1985), QUEDA (1987) e FREIRE (1982). Embora tenham refletido sobre distintos aspectos da extensão rural, em certa medida, guardam uma estreita relação, quando se trata de analisar a extensão rural como prática educativa, esta que tem se expressado de forma inequívoca, muito distante da dialógica freiriana, do encontro de consciência em Pinto, mas, em grau elevado, como prática educativa para o capital em Fonseca e peça chave da “Anúnciação do milagre a modernização conservadora” em Queda.

Portanto, há incongruência entre os dois momentos do discurso extensionista elaborado por DE MUNER (1997:69-70): o primeiro, quando ela se refere ao autoritarismo presente na prática da extensão e o segundo, quando ela se reporta aos objetivos educacionais a serem perseguidos pela ação extensionista, fica evidenciado, quando essa autora sugere “a extensão é

educação, portanto seu objetivo educacional deve ser ensinar os agricultores a pensar e não o que pensar” (grifo nosso).

A interpretação desse fato à luz da concepção mannheimiana, também possibilita perceber o equívoco presente nesse pensamento da autora. Isso porque, para esse pensador social, concepção e ação não são pólos antagônicos ou antitéticos de um mesmo processo. E que, conforme FREIRE (1982:68), trata-se do diálogo problematizador, por ele considerado indispensável ao ato comunicativo, tendo em vista:

“diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. Deste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto só se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até outro” (isto que nos parece ser a proposição da autora em questão).

A sociologia da educação de MANNHEIM (1982:152-156), sem suprimir a importância de outros aspectos da educação - contatos interpessoais, habilidades e valores culturais, dentre outros - aponta para a necessidade do processo educacional considerar o tipo de mundo onde as pessoas alvo de sua atuação vivem e viverão. Nesse sentido, ele diz “frente ao adestramento dos homens, de forma tal que se tornem capacitados ao máximo para executar as tarefas que lhes cabem, impedindo, assim, que o rápido desenvolvimento social e industrial de nossa sociedade tornem impossível ao homem moderno”. Entende esse autor que cumpre a educação não simplesmente formar pessoas ajustadas à situação presente, mas também pessoas capacitadas a operarem como agente de desenvolvimento social, levando-as a uma estratégia mais avançada.

MORIN (2002:43-44), refletindo sobre a relação dos homens com as técnicas, diz-nos que devemos beneficiarmos destas e não nos submetermos a elas. Daí enfatizar a necessidade de entendermos e substituímos o pensamento que separa e que reduz, assumindo um pensamento que distingue e une. Com isso não se trata de rejeitar as partes do conhecimento de sua totalidade, nem da análise pela síntese; porém entende sim, que é preciso conjugá-las no afã de ultrapassarmos o limite da falsa racionalidade.

A educação e a escola como espaços de formação, como qualquer outra organização humana, não está isenta do processo transformador da história por mais conservadora e tradicional que venha a ser o seu papel,

portanto, a escola, a educação e a pedagogia, caminham para as transformações inevitáveis.

De acordo com GADOTTI (1995:131), é imperioso ter clara a concepção do que é saber, bem como de sua força transformadora da sociedade para a emergência de um pensamento pedagógico crítico, e que, para tanto, faz-se necessário verificar se a “ação educadora, está ligada a uma idéia de saber, como um conjunto de conhecimento ‘já sistematizado’ ou se, ao contrário, saber é entendido como uma reorganização dos conhecimento para incorporar e criar outros”.

Se buscarmos compreender tal concepção a partir da idéia habermasiana de praxis¹⁸, é possível uma certa proximidade com a noção de ‘ação comunicativa’, esta que expressa uma interação orientada por normas consensuais válidas para os atores sociais envolvidos na relação. Diferentemente da concepção tradicional de educação que se caracteriza por uma ação instrumental baseada em normas técnicas, fundada no conhecimento empírico.

Conforme QUEDA (1987:54), uma questão que emerge das análises e observações relacionadas à construção histórica da prática de extensão rural e educação, é a preocupação evidenciada com a falta de uma técnica educativa que pudesse quebrar os preconceitos e eliminar a ignorância dos agricultores em relação à necessidade de uma agricultura melhor, dita científica. Segundo esse autor, em nenhum momento de sua construção se levantavam as questões: Quais os interesse que estavam em jogo? A difusão e a adoção de novas técnicas e métodos iam de encontro aos desejos dos agricultores? Por que a ignorância e o preconceito dos agricultores eram considerados como dados?

Com base na concepção weberiana, MANNHEIM (1962:180) refere-se às metas educacionais sobre três formas: educação carismática, educação voltada para a cultura e educação especializada. Sobre essa última, entende que esta, ao procurar transferir um conhecimento ou habilidade especial e, por

¹⁸ De acordo com COHN (1993:64), a teoria da ação de Habermas refere-se a uma modalidade específica: a ação comunicativa. mais do que “ação” a palavra chave aqui, é “comunicativa”. Isto significa que a ação de que se vai tratar diz respeito a um intercâmbio entre atores sociais que se dá mediante a linguagem. Esta em jogo o intercâmbio comunicativo entre atores, mais do que a circunstância de que os participantes do processo comunicativo estejam, por sua vez, sob o império de processos mais abrangentes (...)

estar ligada diretamente ao desenvolvimento da divisão social do trabalho, acaba promovendo a figura do especialista, indispensável à moderna sociedade industrial, perdendo de vista os níveis mais profundos da individualidade e também a multilateralidade humanística da personalidade.

Neste sentido, pode-se perceber que o processo educacional, quer na sua expressão formal, quer na modalidade informal, expressa uma situação pedagógica em que se evidencia a não neutralidade das inovações e difusão tecnológica. FERRET (1980:56) entende que “sua ocorrência num determinado contexto, não é fortuito, como não o é sua difusão neste contexto e em outros”. Prosseguindo, esse autor, baseado em NATALI (1978), menciona que:

“A transferência maciça de tecnologia pode ser negativa por suas influências sócio-culturais, além de criar muitas vezes um número de problemas maior que os resolvidos como a exigência de infra-estruturas caríssimas e uma necessidade de uma longa adaptação que acaba arrebatando com normas culturais que definem a unidade interna de certos grupos, implicando no fato de que as normas técnicas podem esterilizar o crescimento das capacidades de inovação que constituem uma condição necessária para um crescimento endógeno”.

Nesse sentido, impõe-se às escolas, centros de pesquisa e organização de extensão, a superação de desafios que lhes possibilitem desenvolver e adotar novos métodos, que permitam uma maior interação entre o agricultor, o pesquisador e o extensionista, que permitam de fato a intervenção do primeiro no processo de pesquisa e extensão rural. Isto implica na necessidade dos professores, pesquisadores e extensionistas assumirem uma outra postura frente aos agricultores.

Portanto, para compreender-se os fundamentos que justificam a ação extensionista, como prática educativa, torna-se indispensável refletir-se sobre os pressupostos pedagógicos da extensão rural, esta que no presente estudo, é representada pelo IDAM-AM, cuja fundamentação pedagógica será apreciada na próxima seção.

5.2. Os fundamentos pedagógicos da ação do IDAM-AM

Os fundamentos da ação extensionista desenvolvida pelo IDAM-AM: difusão e transferência de tecnologia, evidenciam a existência de um descompasso entre o que ele propõe e as questões presentes nas atuais discussões relacionadas com o desenvolvimento rural, este, cujas

preocupações têm contemplado a organização, desenvolvimento local e preservação ambiental.

A análise acerca dos objetivos institucionais estabelecidos pelo IDAM-AM, conforme seu regimento interno, publicado em 25/03/1996 no Diário Oficial do Estado do Amazonas, possibilita a identificação dos fundamentos que orientam suas ações. Senão, vejamos:

II) Elaborar, implantar, executar, acompanhar os planos, programas e projetos de assistência técnica e extensão rural, difundindo conhecimentos econômicos e sociais (grifo nosso), de acordo com as políticas do governo do Estado;

III) Difundir conhecimentos, técnicas e comportamentos (grifo nosso) entre os produtores rurais, com vistas à sua organização;

VII) Obter, processos e difundir informações e dados estatísticos (grifo nosso) relativos à economia rural, tendo em vista a utilização de estudos, análise conjuntural, previsão de safra e implementação e manutenção de um banco de dados e informações técnicas.

As informações explicitadas nos itens acima mencionados possibilitam identificar a perspectiva difusionista na orientação das ações desenvolvidas pelo IDAM-AM. Corroborando com essas afirmações, os itens IV e VII do artigo VII do regimento supra mencionado indicam tal concepção:

“Estímulo à transferência de tecnologia (grifo nosso) adequada aos ecossistemas da região, à cultura das populações rurais assistidas e às políticas de prevenção e conservação do meio ambiente”.

Os atuais objetivos institucionais do IDAM-AM reforçam tal concepção, uma vez que se orientam para a atuação prática destinada a solucionar os problemas econômicos, sociais, tecnológicos e culturais do meio rural, através de ação ordenada e contínua (EMATER-AM, 1987; IDAM, 2000).

Ao confrontarmos os objetivos tratados acima e a missão institucional do IDAM-AM com a atual condição de que dispõe para materializar suas metas, ficam evidenciadas amplas contradições que, por certo, limitam ou inviabilizam o colimar de suas ações. O IDAM-AM tem por missão “constituir-se como uma agência de desenvolvimento do setor primário amazonense mediante identificação de oportunidades, atração de empreendimentos e formação de parcerias, objetivando a auto-sustentabilidade, geração de emprego e melhor distribuição de riqueza”. Ora, em se tratando de uma instituição que se limita a difundir tecnologias e assistência social, torna-se difícil concretizar o preconizado na missão e nos seus objetivos, por não dar conta de outras variáveis, sobre as quais não possui o menor controle, por representarem competência de outras áreas do conhecimento. Exemplo disso são as

externalidades representadas pelas forças do mercado e pelos elementos políticos e sócio-culturais.

É ilustrativo dessa situação o que dizem alguns entrevistados:

“Nós passamos por outro momento, só o IDAM ainda não percebeu isso. Ele não se apercebeu e quer a todo custo retornar a atividade do passado, sem proceder um estudo econômico e sócio-cultural da população do campo” (Entrevistado S).

“Muitas vezes o técnico é obrigado a aplicar o crédito rural, e algumas dessas variáveis (infra-estrutura básica: transporte, escoamento da produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização) ainda não estão totalmente realizadas. A pesquisa por exemplo teria que estar junto mas mesmo assim, tem situação que o crédito rural é até crescente, quando ele entrou numa área estava ainda apta (...) o crédito deveria ser o último a chegar” (Entrevistado U).

O que se pode depreender de tal situação é que, de fato, os procedimentos extensionistas desenvolvidos pelo IDAM-AM, conforme a experiência acima relatada - em relação ao crédito rural, um dos carros chefe de sua atuação - demonstram que o escopo idealizado pela instituição cinge-se muito mais aos números, expressos pela quantidade de atividades realizadas, do que mesmo em relação, às condições e os resultados de tais ações.

Quando se assume a responsabilidade pela efetivação de tarefas que pressupõem pré-requisito, não sendo estes considerados, torna-se difícil imaginar possibilidade de sucesso em tal situação. Este parece ser o caso típico da extensão rural praticada pelo IDAM-AM. Inclusive, a própria referência documental reafirma essa condição, conforme os termos de seu Plano Diretor (2003/2006:20):

“O IDAM-AM proposto se caracteriza como um agente das políticas públicas de desenvolvimento rural, isto é, uma instituição capaz de contribuir e promover o desenvolvimento (...). Para o instituto atender a esses pressupostos, necessita ser organizado funcionalmente, tecnicamente e, principalmente, conceitualmente. Desta forma se faz necessário dotar suas bases locais e regionais, não somente com uma estrutura funcional exequível e eficaz, mas sobretudo conhecedoras e cumpridoras de princípios e paradigmas de desenvolvimento”.

Portanto, de acordo com o seu Plano Diretor 2003/2006, Relatório de estudo desenvolvido em parceria com a JICA e Relatório da Comissão Estadual do Amazonas, o IDAM-AM encontra-se fortemente desestruturado, especialmente quando associado às inúmeras atividades atualmente sobre a sua direção, para as quais não dispõe de infra-estrutura, recursos humanos,

financeiros e suficiente articulação com os principais órgãos do setor primário amazonense.

Este cenário sem dúvida reveste-se de grande significado e preocupação, quando se identificam graves problemas no planejamento de suas ações, isto que certamente exerce profundas repercussões no seu fazer extensionista, junto às comunidades e produtores rurais e, por conseguinte, compromete a sua ação pedagógica no cotidiano de suas atividades, junto ao seu público, assunto este que no item seguinte será o alvo das reflexões.

5.3. A pedagogia entre o dizer e o fazer

Em seus primórdios no Brasil, a extensão rural ao não problematizar as relações de poder e a distribuição de renda no meio rural, a sua função educativa tinha um caráter restrito e limitado, uma vez que a intencionalidade de sua atuação dava-se no afã de mudanças nos conhecimentos, atitudes e habilitação das pessoas. Contudo, a noção de conhecimento esposado pela extensão rural brasileira era exógena. O conteúdo da prática educativa da extensão era a divulgação de experiências tidas como válidas, sua preocupação maior voltava-se para a determinação de meios de difusão de conteúdo. Já não se buscava mais 'o quê' transmitir, mas 'como' transmiti-lo (SPEYER, 1983:102).

É possível perceber que a concepção educacional voltada quase que exclusivamente para a produção e o consumo de produtos e serviços agrícolas - sem considerar a sociedade como um todo - evidencia aquilo que é explicitado por SPEYER (1983:102-3) "o desenvolvimento passa a ser mera questão de modernização, os padrões culturais nativos não são considerados".

É ilustrativo desta situação, a experiência extensionista rural, apresentada por MASSELLI (1998:15), na qual ela assinala que "a mão-de-obra da extensão rural era, então, formada para ser agente de mudança, para agir em nome do Estado". Nesse sentido, a autora faz referência aos cursos realizados, dentre os quais, o denominado de 'pré-serviço', que se constituía para a empresa no principal momento para sensibilizar os técnicos acerca da situação de exclusão que marcava a vida dos pequenos produtores rurais, e

preconizava a valorização e o acesso à tecnologia como fatores capazes de remover tais injustiças.

Prosseguindo, ela diz:

“Mesmo quando se sentem comprometidos com a causa camponesa, os extensionistas são levados a se ocupar apenas da representação aparente dos problemas; isso pode lhes ocultar, mesmo que inconscientemente a gênese estrutural dos conflitos de interesses entre os diversos segmentos dos agricultores por eles atendidos” (MASSELLI, 1998:55).

Observa-se que as idéias de ocultamento e ingenuidade, expressas pela autora, de acordo com a perspectiva freiriana, ainda estão muito presentes nos dias atuais, na mente dos planejadores da ação extensionista do IDAM-AM, conforme sugere a fala de alguns entrevistados:

“Nós estamos saindo daquela condição, em que o nosso caboclo esta deixando de ser extrativista para ser produtor. E isso demanda de alguns conflitos, porque tem que colocar para ele como um processo educativo, e por ser um processo educativo não pode passar isso na hora que você vai lá. Você tem que ao longo do tempo, à medida que você vai convivendo com aquela pessoa você vai tentando colocar na cabeça dela, mudar um pouco a cabeça, até na maneira de pensar (grifo nosso). Então eu sempre falo, quando eu converso com algumas pessoas, que a nossa maior dificuldade não é conduzir a cultura, é sim conduzir o produtor, porque, o nosso produtor, ele esta sendo trabalhador ainda, para se tornar um produtor rural, até chegar no empreendedor rural, que também ainda tem diferença, pois nem todo mundo que produz ganha dinheiro” (Entrevistado E).

“Nós precisamos mais é da parte prática. A teoria ele (o técnico) já vem com ela na cabeça, então a gente faz a reciclagem, então a gente faz mais a parte prática, a gente utiliza muito o dia de campo, para ver realmente acontecer (...) eu acho que os nossos técnicos têm vivência para isso (conhecimento sobre o contexto amazônico), nada melhor que eles mesmos para transmitir o conhecimento (grifo nosso), porque são eles que entendem, eles que fazem o nosso trabalho no município” (Entrevistado M).

“Nós não temos esses pacotes tecnológicos para oferecer ao agricultor (grifo nosso). Quando temos, são pequenas contribuições para o agricultor. E isso dificulta o trabalho da ATER, pois eu acredito que a ATER é um complemento da pesquisa” (Entrevistado Q).

Em um primeiro momento, identifica-se a forte presença da pedagogia autoritária, esta que, de acordo com FREIRE (1975:67), se expressa “na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro” (...) *Você vai tentando colocar na cabeça dele; mudar a cabeça dele, até na maneira de pensa (...).*

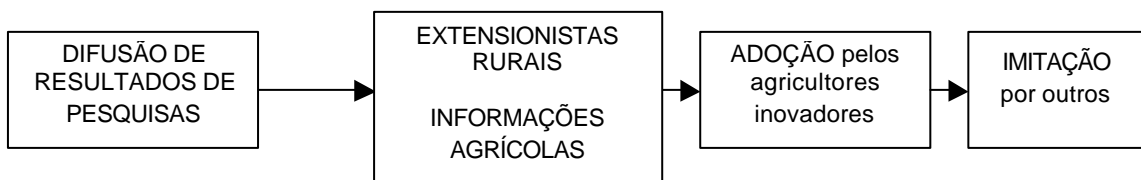
Em seguida, o que se observa é o discurso da autoridade detentora do conhecimento - entenda-se aí aqueles de natureza científica - cujo brilho intelectual e científico deverá iluminar e retirar das trevas da ignorância

tecnológica os produtores rurais... *Nada melhor do que eles para transmitir o conhecimento...*

Quanto ao fato da ATER amazonense não possuir – e nesse caso é bom que não tenha mesmo - pacotes tecnológicos para oferecer aos agricultores sobre pena de em ocorrendo, submeter os agricultores a um adestramento, que, conforme FREIRE (1982:57) “na modernização de caráter puramente mecânico, mecanicista, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área de transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação”.

Fito-hormônios indutores, raças especializadas, vacinas, medicamentos) que estarão norteando e, em grande medida, direcionando o fluxo das pesquisas desenvolvidas nas instituições oficiais, das quais a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA) é o principal exemplo. Tudo isso associado ao crédito rural, este que se constituiu como a verdadeira mola mestra do modelo em questão.

Ao tomarmos como referência a prática difusionista deste período entendida e expressa pelo diagrama:



Fonte: ROGERS (1983).

Não nos é difícil identificar a racionalidade e unilateralidade que “liga” a pesquisa aos seus destinatários, estes situados como agentes passivos e os técnicos comportando-se como arautos das “boas novas” a serem anunciadas ao campo e os pesquisadores constituindo-se como geradores do “milagre” tecnológico, capazes de dar soluções a problemas que na verdade transcendem a esfera da tecnologia, como nos diz QUEDA (1987:7)¹⁹.

¹⁹ QUEDA, O. **Extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba: ESALQ, 1987. 201 p. Tese (Livre Docência) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1987.

“Ela não se propõe a auxiliar, a resolver problemas. Antes pelo contrário, o seu objetivo é dificultar a organização de movimentos sociais pelos trabalhadores. A ação extensionista vai propor a elevação das condições de vida melhorando, por exemplo o “lar” de quem não tem onde morar, a alimentação de quem não tem o que comer, a saúde de quem não tem assistência médica”.

Em um primeiro momento temos pesquisa e extensão marcadas em sua prática por um certo autoritarismo pedagógico e operacional, isto porque este reduz os agricultores à condição de meros receptores de tecnologias e conhecimentos. Num segundo momento, tem-se a pesquisa e extensão que privilegiam as culturas de exportação, agricultura de resultados, sendo os seus destinatários os agricultores capitalizados, excluindo assim as possibilidades de acesso aos pequenos produtores rurais. E mais uma vez tem-se aí a extensão rural reproduzindo, agora de forma ampliada, via “pacotes”, a racionalidade instrumental e estratégica que fundamenta os interesses dos setores dominantes, notadamente as grandes empresas e os complexos agroindustriais.

O terceiro momento, representado pelos anos 90, revelou no discurso oficial uma extensão rural com um novo papel do Estado, na agenda do desenvolvimento rural. O foco governamental passa ser a agricultura familiar ou, em outras palavras, a preocupação com os pobres do mundo rural brasileiro.

Segundo SALLES FILHO (1993:118-120)²⁰, o padrão produtivista já exauriu suas possibilidades desenvolvimentistas, e por conseguinte impõe-se a necessidade de rever-se esse conceito. Sustentando tal posição, esse autor assinala através do que ele denomina de crise das “âncoras” desse paradigma: o mecanismo de regulação, expresso por subsídios e proteções tarifárias, as demandas da agricultura que, em grande medida, deixa de ser geradora de excedentes de mão-de-obra e matéria prima de exportação para configurar-se como ambiente de valorização dos capitais, sobretudo em face da dinâmica das transformações e intervenções que se verificam nessa atividade. E finalmente, um outro fator, que é a base do conhecimento onde a microeletrônica na informática e nas telecomunicações determinam a existência de um novo padrão tecnológico.

²⁰ SALLES FILHO, S. O fim do padrão produtivista e a necessidade de rever conceitos. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 10, n. 1/3, p. 118-120, 1993.

Ainda sobre essa mesma questão, merece registro a fala do professor Nicolisky²¹ do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, referindo-se à recente divulgação feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o ranking dos diversos países em termos científicos e tecnológicos, situou o Brasil em quadragésimo terceiro lugar no desenvolvimento tecnológico mundial. Ele expressou: “não há nada que comprove que a política tecnológica que se está notando agora possa dar resultado se a mesma estratégia não deu certo nos últimos 30 anos”.

MEDEIROS e BRANDÃO (1998)²², ainda que admitindo ser o Brasil atualmente dotado de razoável infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento - em face da mudança de enfoque em que a Política Industrial e do Comércio Exterior (PICE), execução do Programa de Apoio a Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade (PBQP) - reconhecem que o país resente-se de uma maior interação entre capacitação científica e tecnológica e reais demandas da sociedade, sendo importante observar que persiste em amplos segmentos de nossa sociedade o equívoco de entender ciência e tecnologia como sinônimos, ou ainda, a segunda como decorrência automática da primeira, desconsiderando que inovações tecnológicas decorrem também de conhecimentos consagrados e nem sempre de “revoluções científicas” plasmadas nos centros de excelências.

O modelo identificado como “cadeia de inovação tecnológica”, expresso pelo diagrama:

Pesquisa Básica (PB) → Pesquisa Aplicada (PA) → Invenções (I) → Inovação Tecnológica (IT) → Geração de Produtos e Processos (GPP), apresenta a perspectiva linear na concepção de inovação tecnológica e mostra-se cada vez mais distante da condição de dar conta ou responder aos avanços da ciência, nos diferentes campos de conhecimento, situação em que, a diferenciação entre a noção de pesquisa básica e aplicada é superada e dá lugar às formas de descoberta e produção científica aplicada diretamente à indústria e serviços (BRANDÃO e MEDEIROS, 1998:12-13).

²¹ NICOLSKY, R. Folha de São Paulo - Coluna Dinheiro, 29 jul. 2001.

²² MEDEIROS, J.X., BRANDÃO, G.E. **Programa de C&T para o desenvolvimento do agronegócio**. Brasília: CNPq, 1998. p. 12-13.

Parte-se da concepção mannheimiana de que a democratização não significa nivelar por baixo, para eliminar diferenças mas, sim, dar condições para a existência de variedades na vida cultural e apreciar as diferenças como ponto de partida para a busca do conhecimento. Daí, a sua recusa à idéia de uma sociedade composta apenas por grupos profissionais burocratas e grupos de interesses limitados que correm o perigo de desenvolver uma mentalidade rígida, preocupada principalmente com o aperfeiçoamento institucional, e os expedientes imediatos. Faltarão a ela idéias dinâmicas e imaginação social, capazes de transcender a estrutura existente de instituições sociais (MANNHEIM, 1982:164).

Porém, é imperioso destacar que tanto o conhecimento quanto a sociedade vivem processos de transformação social, que ocorrem não só em sentido positivo, reproduzindo e ampliando o projeto histórico dominante, mas também no sentido negativo, criando obstáculos que impulsionam sua superação, negando a situação que gerou. Todavia é importante não se descurar da idéia de neutralidade justificadora da ordem dominante em face da objetividade e da desideologização da ciência (COELHO, 1992:5), cujo contexto poderá ser verificado em concepções simplistas e acríticas como as de MIRANDA JR. (1977:6) quando ele assinala que “o homem que exerce a atividade agrícola de maneira idêntica a de seus antepassados não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra ou da intensidade de seu trabalho (...) o que tem acesso ao que a ciência conhece sobre solos, planta, animais e máquinas, e sabe como usar esses conhecimentos, pode produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre. E não precisará trabalhar tanto e nem tão duramente”.

Esse tipo de concepção serve muito mais ao discurso vazio do compromisso com a “redenção” da pequena produção familiar, aspecto este que faz destacar a predominância de uma racionalidade que, na prática, não está voltada para o tão apregoado crescimento e melhoria das atividades rurais. Neste contexto, emergem questionamentos acerca do estoque de tecnologias, suas origens e disponibilidades aos usuários (extensionista e produtores) e se, de fato, são compatíveis com o desiderato a ser alcançado. Aspectos estes comumente relegados a um segundo plano e não raro ao

esquecimento. Tema este que, referenciado na experiência amazonense, será analisado na próxima seção.

5.4. A pesquisa agropecuária e a extensão rural no Estado do Amazonas

Os estudos desenvolvidos por OLIVEIRA (1998) sobre a influência das relações informais e interinstitucionais em projetos de difusão de tecnologia, no âmbito do Estado do Amazonas demonstraram que “a burocratização das instituições se configuraram como fundamental para que a implementação das ações se dessem através da informalidade e não através das relações interinstitucionais”.

Prosseguindo, esse autor assinala que as instituições estudadas - pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e extensão rural (EMATER) - atuando isoladamente não têm alcançado de forma efetiva, os objetivos preconizados, notadamente levando-se em consideração as demandas expressas pelas comunidades.

Em estudo recentemente desenvolvido para a EMBRAPA-AM, SOUSA et al. (1998:9) destacam que o enfoque tradicional de pesquisa de caráter reducionista não tem sido capaz de vincular a produção de tecnologias às demandas ao domínio e aos problemas concretos dos agricultores. É que para superação desse compasso faz-se necessária a adoção do enfoque sistemático, contexto em que a propriedade é avaliada como um todo em suas relações e interações.

No que diz respeito à experiência mais recente do IDAM-AM essa situação é reafirmada pelo conteúdo do Relatório Estadual do Amazonas (2002:36) que registra “o relacionamento interinstitucional é prejudicado pela falta de integração das instituições públicas do setor, não constituindo o elemento catalisador das ações e atividades agrícolas”.

É evidente que a adoção e, ou, a ampliação do emprego de determinadas tecnologias demandam fatores que ultrapassam os limites e a responsabilidade do sistema público de ATER. Portanto, a busca pela mudança do padrão produtivo constitui-se um processo que está a exigir uma maior adequação das ações de pesquisa, ensino e extensão, bem como da

reorganização das unidades de produção e adaptação às mudanças de hábitos dos consumidores (EMATER-RS, 1997:222).

Isto poderá ser observado a partir da fala de um entrevistado:

“a gente pode perceber que com relação a atividade extensão rural, sofreu uma baixa muito grande. Os órgãos que tinham por função fazer extensão, tiveram aí, de certa forma, comprometidas suas ações. Por conta disso, os órgãos que tinham uma função mais voltada para a geração de tecnologias tiveram que assumir um pouco essa parte da extensão (...). Inicialmente funcionava assim: um órgão gerando a tecnologia, e o outro fazendo a difusão dessa tecnologia. Eles tinham funções bem definidas (...). A parte da pesquisa se vê na obrigação de assumir um pouco, essa parte da difusão, apesar de que na sua ação, ela prevê a extensão. No entanto, na prática ela investia (EMBRAPA) investia mais na parte de geração de tecnologia (Entrevistado N).

Isto tudo parece confirmar aquilo que QUEDA (1987:154) já apontava na segunda metade da década de 80, do século XX, em relação ao fato, da EMBRAPA ter o seu departamento de difusão de tecnologia, contexto em que os pesquisadores recebem o nome de “difusores de tecnologias”. Segundo esse autor, a razão, provavelmente, se deve à descrença no trabalho dos extensionistas rurais.

Corroborando com esse tipo de reflexão, alguns dos entrevistados, teceram as seguintes considerações:

“Pesquisa e extensão rural sempre andaram juntas há anos atrás, infelizmente porém, isso desandou, teve um retrocesso. Daí os municípios amazonenses, cerca de 62, todos eles ainda que alguns precariamente, tinham uma sede do IDAM e eles faziam a divulgação de nossos trabalhos” (Entrevistado O).

“A gente sabe que devido a vários fatores, a nossa extensão deixa a desejar por problemas, talvez financeiros e estruturais. Então tem que haver melhoria da extensão, por que, vamos ver se o Estado coloca isso como prioridade (...). Não adianta fazer a pesquisa aqui, e não ter como chegar no final, lá na ponta, no produtor” (Entrevistado P).

Segundo o II Plano Diretor da EMBRAPA-AM (2002:19), a maior parte das tecnologias disponíveis respaldam muito mais o paradigma naturalista do que aquele cujo enfoque é o desenvolvimento sustentável. De acordo com esse documento, o planejamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento deverá orientar-se pela opinião de BORLAUG (1996) “de que em geral os pequenos produtores reconhecem que as tecnologias de baixo, insumos e baixos rendimentos tendem a perpetuar a miséria e o sofrimento no campo, além de contribuírem para agravar o risco da fome e da inanição”.

Essa idéia preconceituosa e equivocada de Bourlaug parece continuar impregnando a mente e as reflexões de pesquisadores, como PATERNIANI

(2001:303) que exarcebam as potencialidades e a eficiência da agricultura de cunho científico, e desprezam as possibilidades de outras formas produtivas agrícolas, tal qual as diversas formas de agricultura orgânica e agroecológica. E as críticas a essa abordagem, segundo ele, evidencia uma situação que BOURLAUG (1966) - Prêmio Nobel da Paz em 1970 - denomina de “onda anti-tecnologia”.

MOONEY (1987:41), abordando a história e a finalidade da revolução verde, faz referência às palavras do Presidente do Comitê do Prêmio Nobel da Paz “ o mundo não precisaria mais se preocupar com o futuro econômico dos países em desenvolvimento”. Por outro lado, menciona também que em 1978, o The Wall Street Journal estampava em sua primeira página “nada mais sobrou da revolução verde”. Na realidade, voltou-se contra si mesma. Para esse autor, dentre os aspectos negativos decorrentes da revolução verde tem-se: a erosão genética, elevação do uso de agrotóxicos e outros produtos químicos na agricultura, contaminação e destruição ambiental, negligência em relação às necessidades dos pequenos produtores rurais, concentração e monopólio das sementes e outras matérias de propagação das plantas.

Sobre essa questão, são também esclarecedores os termos utilizados por CLEAVER JR. (1972:2):

“(…) a história da revolução verde é muito mais do que a do melhoramento genético, ela está tecida na fábrica de políticas externas americanas, e, é parte integral do esforço pós guerra para conter a revolução social e tornar o mundo seguro para os lucros”.

Com base no exposto e ao confrontar-se a fala dos entrevistados com a concepção de pesquisa esposada pela EMBRAPA - conforme seu Plano Diretor - verifica-se a coerência de uma grande contradição, entre a ênfase dada à consulta interna e externa feita pela EMBRAPA-AM para definir suas prioridades de pesquisa e ação e a referência assumida a partir das idéias de Bourlaug, senão vejamos:

“Normalmente estas atividades surgem de uma demanda, ou seja, ela deve ser manifestada por conta da comunidade, por que a experiência mostra que não adianta impor determinada tecnologia” (Entrevistado N).

“A EMBRAPA discute com cada segmento da sociedade, nós fazemos também uma pesquisa. Há um convite, e há uma participação quase total do setor primário, na definição das prioridades das pesquisas a serem realizadas” (Entrevistado P).

“(…) A Amazônia é diferenciada de qualquer região por ser muito vasta, de difícil acesso. Então é difícil levar qualquer tipo de inovação. E quando a gente

leva uma nova tecnologia é evidente que eles (agricultor) se assusta um pouco” (Entrevistado O).

A análise desses aspectos poderá ser efetuada a luz das idéias de MANNHEIM (1973: 344) sobre o planejamento democrático. Ele entende que, deve-se estabelecer uma distinção entre a planificação para a conformidade e a planificação para a liberdade e a variedade. Isso evidencia que, na verdade, a EMBRAPA-AM como principal agência de pesquisa agropecuária do estado do Amazonas, assume uma prioridade predominantemente mercadológica, conforme os termos expressos no seu Plano Diretor (2000:35):

“A crescente necessidade de ampliar fontes de recursos para P&D exige uma visão de negócios capaz de abrir perspectivas mercadológicas para tecnologias, produtos e serviços disponíveis. Assim, é importante: estabelecer a transferência de tecnologia através de contratos, licenciamento de produtos barra processos e parcerias; relações permanentes e sistematizadas com clientes atuais e potenciais; e planos de negócios e comercialização”.

Dessa forma, pode-se apreender que, a extensão rural praticada pelo IDAM-AM, cuja concepção situa a ação extensionista como caudatária da pesquisa e das tecnologias, sugere a manutenção de um modelo que efetivamente não emana dos amplos segmentos da sociedade amazonense, como afirma o seu plano de ação. Embora deva-se admitir o espírito de mudança presente no aludido modelo, essa não resulta do interesse, e da expressão das necessidade por parte daqueles que, sob essa concepção devem ser mudados. Isso evidencia a prevalência de um tecnicismo pedagógico, cuja concepção situa um dos sujeitos do processo educativo, o agricultor como objeto, sobre o qual deverá ser “depositado” ou “doador” o saber.

Não se trata aqui de defender a manutenção das atuais condições em que se encontram grande parte dos produtores rurais amazonenses, muito menos negar a importância da pesquisa e da geração de novas tecnologias; esta não é a questão e também não constitui objetivo desse estudo. Contudo, cumpre destacar que o modelo de pesquisa e geração de tecnologia ancorado nos pressupostos defendidos por Bourlaug é, no mínimo, contraditório. Isto porque, as idéias do referido autor - um dos principais mentores da revolução verde - colocam-se em condição diametralmente oposta àquelas preconizadas para o desenvolvimento sustentável, prevista no Plano Diretor da EMBRAPA-AM (2000:12-13), uma vez que a proposta de Bourlaug se insere no âmbito

dos programas de desenvolvimento norte-americanos, cujo escopo era a substituição das formas produtivas agrícolas tradicionais, pelo processo de modernização, isto que será tratado no capítulo a seguir.

5.5. Antigos e atuais problemas em tempos de modernização

Conforme McMICHAEL (2000:60), os objetivos dos programas de desenvolvimento norte-americanos, no período pós-guerra, contemplavam o aumento do consumo de produtos agrícolas, especialmente os grãos que, em grande medida, destinaram-se à alimentação animal e, ainda, à exportação de tecnologias relacionadas a atividade agrícola, resultando na ampliação dos mercados para o escoamento e comercialização do excedente. Sobre esta situação é elucidativo o que diz SEITZ (1988:69):

“a ajuda ao estrangeiro pelos Estados Unidos, nos anos 50 e 60, certamente estimulou nações desenvolvidas a seguir esse caminho. Nós, que estávamos na época no programa de ajuda ao estrangeiro, reconhecemos que essa estratégia era um jogo, que talvez os benefícios não chegassem até os pobres”.

É nesse contexto que, nos anos 60, a Revolução Verde, caracterizada pelos “pacotes tecnológicos”, espraiou-se de forma definitiva para as regiões menos desenvolvidas, cujas tecnologias notabilizavam-se por gerar um elevado grau de dependência aos seus adotantes. Este que parece ser o caso brasileiro no qual, se inclui a extensão rural amazonense, representado à época pelas ações da ACAR-AM. Não obstante, o fato mencionado anteriormente, relacionado ao predomínio no Estado do Amazonas, neste momento, de formas extrativistas de exploração, assim como, de atividades agrícolas simples, em nível de subsistência.

A esse respeito é esclarecedor o exemplo apresentado por SILVA (1999:48) ao refletir sobre as transformações capitalistas ocorridas no campo:

“O milho híbrido constitui um exemplo dessa possibilidade, pois, a utilização da semente de gerações sucessivas leva a perda do vigor inicial obrigando o agricultor a anualmente ter de adquirir novas sementes das firmas produtoras (...) um caso semelhante ocorre a avicultura, em que as matrizes de alta linhagem necessitam de tal sofisticação para serem reproduzidas, que esses métodos passam a constituir um segredo ou a ‘patente’, daquela raça. Também é o caso de um criador de ‘miniponeis’ que só comercializa os animais castrados na tentativa de preservar o seu ‘monopólio’”.

Na medida em que a prática extensionista se justificava como encurtamento das distâncias entre o avançado/moderno, representado pelas tecnologias, especialmente pelo melhoramento genético de variedades, e o primitivo/atrasado, procedimentos utilizados pelos agricultores, coube a ela o papel de repassar as tecnologias geradas nos climas temperados para as regiões tropicais do Terceiro Mundo. Para tanto, concorreram o Bank International Development (BID), United States Agency for International Development (USAID) e Food and Agriculture Organization (FAO), dentre outros.

Foi com fulcro nessa situação, que a extensão rural, juntamente com outros agentes de políticas de desenvolvimento rural: pesquisa e experimentação, crédito, política de preços, infra-estrutura rural, seguro agrícola, cooperativismo, sistemas de informações e educação treinamento e outros programas, desempenhou importante papel na disseminação dessas idéias e interesses para o campo.

Frente ao cenário de efetivas mudanças, nos processos produtivos, decorrentes do rápido avanço tecnológico nas áreas da informação, da informática, biotecnologia, associado ao contexto em que se discute a sustentabilidade no desenvolvimento, e também a segurança alimentar, impõe-se à extensão rural, como instrumento de política de desenvolvimento rural, a necessidade de reformulação de seus fundamentos e ações.

Olhando-se a referida questão sob a perspectiva de McMICHAEL (2000:70-71), os efeitos da Revolução Verde não devem ser vistos de forma homogênea, uma vez que famílias rurais mais capitalizadas e detentoras de razoável infra-estrutura puderam melhor enfrentar os riscos da adoção de tais tecnologias, chegando mesmo a obter grande sucesso em termos de ganho de produtividade. Contudo, muitos dos agricultores mais pobres perderam ou arrendaram suas terras, assim como outros viram diminuídas as chances de emprego, em razão das tecnologias químicas e mecânicas aplicadas na produção agropecuária, isto sem contar os problemas enfrentados pelos agricultores, relacionados à saúde em face do envenenamento provocado pelo uso de substâncias químicas: herbicidas, fungicidas, inseticidas, dentre outras.

Para McMICHAEL (2000:69) inegavelmente a Revolução Verde conseguiu altíssimas produtividades, porém centralizadas em poucas regiões

do Terceiro Mundo, que tinham vantagens ecológicas. Nesse caso, parte da Ásia e América Latina conseguiram auferir alguns benefícios dessas tecnologias. Já o continente africano esteve quase que excluído desse processo.

Discutindo o que denomina de segunda Revolução Verde, McMICHAEL (2000:105) entende que o incentivo à diversificação das atividades agroindustriais, envolvendo grãos para ração animal e o processamento de frutas e legumes *in natura*, bem como a substituição de espécies e a criação de biotecnologias associadas à indústria química, possibilitaram a produção de insumos agroindustriais e alimentos nobres de luxo. Para ele, estas características singularizam tal revolução.

Prosseguindo, esse autor faz alusão à divisão internacional do trabalho agrícola, destacando que, nesse novo contexto (da segunda revolução verde), grandes grupos ligam-se aos agricultores do Terceiro Mundo, para obter os produtos de seus interesses comerciais, com isso, evitariam a sazonalidade e ampliariam os horizontes de mercado para esses grupos transnacionais (McMICHAEL, 2000:6).

Pode-se concluir que os objetivos implícitos da concepção da Revolução Verde foram razoavelmente alcançados, uma vez que os mercados para as tecnologias dela derivadas, bem como seus produtos e serviços, encontraram farta acolhida, no Terceiro Mundo. Contudo, os objetivos explícitos, de contribuir para diminuição do fosso que separa social e economicamente os países pobres dos ricos e, mesmo internamente, dentro dos países que obtiveram alguns benefícios decorrentes dessas transformações, as diferenças regionais se intensificaram.

Contudo, o esgotamento do modelo baseado na transferência de base técnica, envolvendo pesquisa, crédito subsidiado, ambos âncoras do processo de modernização da agricultura e da revolução verde, segundo CAPORAL e COSTA BEBER (1994:70) contribuiu decisivamente para a “crise de identidade” de uma das filhas diletas do modelo, a extensão rural oficial. De acordo com esses autores, tal crise decorreu dos próprios desafios impostos à extensão pela própria realidade, ela que se viu fora de foco, no seu que fazer, frente ao processo de transformação da sociedade.

Dessa forma pode-se perceber que os princípios e as ações decorrentes da Revolução Verde - pelos seus efeitos - deverão ser revistos, contudo, são grandes as incertezas da emergência de um novo paradigma²³, embora já se vislumbre a ocorrência de discussões por parte de ambientalistas, técnicos produtores, estudiosos do desenvolvimento e outros interessados nessa importante questão.

A preocupação em torno dos resultados ou impactos provocados pelo modelo de desenvolvimento baseado na Revolução Verde, em seus componentes sócio-econômico e ambientais, impulsionou a discussão relacionada à busca de alternativas ao desenvolvimento fundamentado no padrão tradicional, daí emergindo, dentre outros, o conceito de sustentabilidade, que aplicado ao desenvolvimento, passou a ser denominado por alguns estudiosos do assunto, modelo agroecológico, este que para sua operacionalização pressupõe a necessidade de se rever os tradicionais conceitos que tem orientado a prática da extensão rural, assunto a ser tratado no próximo item.

5.6. Revendo conceitos e atualizando a discussão

Considerando-se a estreita relação que une a extensão rural à educação - uma vez que a primeira configura-se na percepção de muitos autores como uma prática educativa - faz-se necessário empreender-se, algumas considerações em torno dessa relação, dando primazia aos desafios que se impõe à prática extensionista rural atual.

GADOTTI (1991:53-56) entende que a história da educação brasileira é a história da educação do colonizador, situação em que cabe ao educador controlar o processo educacional, para que prevaleça a ideologia que lhe ampara, qual seja, a de dominação. Segundo esse autor, o modelo educacional em questão foi trazido pelos especialistas norte-americanos, desde 1966, quando foi firmado o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency for International Development (USAID). Nesse contexto,

²³ Segundo SIMON (1996:66), “o novo paradigma que se alinha para a extensão terá como meta revelar as contradições da economia de mercado, e o papel que o agricultor e os técnicos desenvolverão a partir da realidade ambiental a que estão sujeitos”.

os “peritos” norte-americanos com base em suas experiências junto aos jovens daquele país, concluíram que a solução para o nosso desenvolvimento adviria da priorização da educação profissionalizante. De acordo com esse autor, “por traz dessa concepção de educação escondia-se a ideologia desenvolvimentista, expressão dos interesses comerciais e econômicos do sistema capitalista.

Frente aos novos desafios que se impõem ao serviço de extensão rural pública, no sentido de sua manutenção e cumprimento dos preceitos legais, emanados da constituição brasileira e dos Estados da federação²⁴, que prescrevem a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural gratuita aos pequenos produtores rurais, têm emergido várias discussões sobre possíveis caminhos alternativos para o seu futuro, contexto em que surgem idéias de que é preciso modernizar o seu passado pioneiro, em face da existência de um contexto bastante diferenciado daqueles das décadas passadas.

Nessa direção apontam os estudos desenvolvidos por CAPORAL (1991:80) quando assinala como condição indispensável para o futuro da extensão rural a mudança em suas bases teóricas, conceituais e na sua ação prática. Corroborando com essa posição SCHMITT (1995:5) entende que a extensão rural não pode deixar de proceder uma revisão de seus conceitos e estruturas, objetivando adequar-se a esse novo cenário que vem se apresentando.

Outros estudiosos da questão extensionista entendem que mais importante e até mesmo indispensável para o futuro da extensão rural é a elaboração de um novo quadro conceitual, baseado na ação compartilhada com as demais áreas do conhecimento, com as quais se relaciona. Portanto, torna-se indispensável a revisão de seus fundamentos, tendo em vista a sua reorientação (MUNIZ, 1998:2-3).

A busca de alternativa ao modelo impactante, hegemônico, resultante da Revolução Verde, deverá orientar-se sobretudo pelos complexos problemas

²⁴ De acordo com o Plano Diretor do IDAM-AM (2003/2006:15), no capítulo III, cart. 170, parág. 4.º da Constituição do Estado do Amazonas, 1989: fica assegurada, nos termos dessa constituição, e do art. 187, da Constituição da Republica, a realização dos serviços de assistência técnica e extensão rural gratuita aos pequenos e médios produtores rurais e suas famílias a serem executadas através de órgãos específicos.

humanos, e não pela mera obtenção de um conjunto de técnicas tidas como menos agressivas ao meio ambiente.

Refletindo sobre o tema da sustentabilidade agrícola, SILVA (1997:106) entende que:

“a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na ‘produção da produção’, mas na ‘produção da consciência’, segundo essa perspectiva a principal contribuição desse movimento não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis; mas na criação de uma nova consciência social a respeito da relação homem/natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos, e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim na produção novas formas políticas e ideológicas”.

SOUZA e SILVA (1992:6) aproximando dessa linha de reflexão entendem que, no contexto das sociedades ditas instruídas, a capacidade científica e tecnológica rivalizará, ou mesmo, obterá maior expressividade que o poderio econômico/político e militar. Para eles, neste contexto “a simples abundância de recursos naturais e de mão-de-obra barata (mas desqualificada) não se constituirá mais em vantagem competitiva”.

Expressando esse tipo de preocupação CAPORAL (1991) e MUNIZ (1998) apontam como fator indispensável, para o futuro da extensão rural, a revisão de suas bases teóricas: filosóficas e epistemológicas, isto porque a atuação extensionista tem se dado no sentido de resolução de problemas práticos, evidenciando uma preocupação marcadamente técnica, baseada nos princípios da quantidade e do imediatismo dos resultados, desconsiderando a diversidade ambiental e as populações locais.

Com vistas à identificação de possíveis trajetórias alternativas para a extensão rural nesse novo cenário, MUNIZ (1996:26), a propósito das profundas e rápidas transformações nas áreas de ciência e tecnologia e na área social, aponta a necessidade de mudança de perspectiva na relação tradicional entre a pesquisa agrícola e a extensão rural, cujo atual contexto é predominantemente marcado por uma “concepção de ciência, que se expressa, em grande medida, como resultante das questões apresentadas pela agricultura capitalista e, em parte, pela base ideológica que os cientistas compartilham entre si”.

Segundo esse autor, os desafios que se impõem à extensão rural no presente ensejam “a ruptura das ações para a extensão rural derivadas dos mesmos princípios e pressupostos identificados pela extensão agrícola”. Ele

esclarece que “a ruptura nesse caso, assume o caráter problematizador do referencial tido como inquestionável, e não o rompimento puro e simples da extensão rural com a pesquisa agropecuária”. Isto porque as concepções associadas às atividades de extensão rural sempre estiveram referenciadas, de forma inquestionável, à idéia da tecnologia em primeiro lugar, e ao produtor rural, como decorrência.

SIMON (1996:67) assinala que já se observam aspectos da revolução paradigmática nos trabalhos de extensão rural, tanto através das atividades realizadas em microbacias hidrográficas²⁵, quanto nas discussões que estão sendo travadas sobre novos instrumentos e metodologias que deverão nortear os trabalhos extensionistas no futuro. Para Simon, a prática da extensão rural deverá orientar suas atividades por conceitos modernos, tais como: *interdisciplinaridade*, *interinstitucionalidade* e *interatividade*. Segundo esse autor, *interdisciplinaridade* é a compreensão comum das questões e a produção do conhecimento através de metodologias integradoras; *interinstitucionalidade* é a integração das instituições através de seus recursos humanos e financeiros; a *interatividade* é entendida como a interação entre as duas abordagens anteriores e a sociedade civil.

Nesse sentido, CAPORAL e COSTA BEBER (1994:71) entendem que:

“já não se trata de fazer bem o difusionismo rogeriano. A pura difusão de tecnologia já se mostrou ineficiente como prática de extensão rural. Portanto, trata-se, sim, de revolucionar as bases teóricas, redimensionando seu papel revendo seu público prioritário e apossar-se de um novo referencial metodológico, mecanismos capazes de abrir caminho para uma extensão rural apta a ocupar um espaço no qual ainda poderá mostrar-se socialmente útil”.

Assim, para esses autores fica evidenciada a importância de não se descuidar a condição de articuladora da extensão rural, como instituição capaz de fazer chegar ao público outros serviços prestados pelo Estado, tais como: educação, distribuição de alimentos, orientações à saúde, habitação, etc. Considerando-se as reflexões desenvolvidas pelos referidos autores e associando-se as suas idéias a àquelas desenvolvidas por Simon, acredita-se que há uma ênfase muito exacerbada, quando se atribui a emergência de um novo paradigma na extensão rural, uma vez que, na perspectiva de Khun

²⁵ AZEVEDO (1989:1) conceitua microbacias como: área geograficamente delimitada pelos divisores de água, selecionada para ser implantada junto com seus habitantes e proprietários, de forma integrada, é também um programa de trabalho comunitário visando a um desenvolvimento sócio-econômico da população envolvida com uso racional dos recursos naturais.

(1989) paradigmas: são as realizações científicas universalmente reconhecida, que durante algum tempo fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência. Isso que concretamente não se verifica no cenário atual da extensão rural pública brasileira. Portanto, prefere-se pensar na linha reflexiva de SILVA (1999:65-66) que concebe as mudanças atualmente em curso na agricultura - a qual inclui os serviços de extensão rural - muito mais no âmbito de um novo movimento social:

“Evidentemente, não cabe falar da agricultura sustentável como um novo paradigma emergente se estamos pensando no conceito de paradigma tecnológico muito usado pelos neoschumpeterianos. Por mais familiar ou coloquial que tratemos esse conceito, é preciso pressupor que para configurar um novo paradigma uma tecnologia deve preencher três requisitos básicos: a) ser de ampla aplicabilidade; b) ser aplicável tanto na esfera da produção propriamente dita (como redutor de custo) como na do consumo, através da produção de novos bens e de novos segmentos consumidores; c) ser aplicável, basicamente a um setor emergente (ou ascendente) do sistema econômico. Ora, por mais entusiastas que possamos ser das novas técnicas, que valorizam a sustentabilidade, não podemos dizer que agricultura é um setor emergente ou em ascensão em qualquer parte do mundo neste final de século”.

As experiências desenvolvidas com base na agroecologia, atualmente em curso no Brasil, têm sido mais freqüentes nas regiões sul e sudeste. Na região da Encosta da Serra de Santa Catarina, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) vem desenvolvendo, em parceria com outras instituições das esferas federal e estadual, especialmente com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), ação extensionista orientada pelos princípios da agroecologia (PINHEIRO, 2000:35).

No Rio Grande do Sul, os princípios ou fundamentos da ação extensionista são: a agricultura familiar como público alvo, exclusivo, agroecologia como base científica, métodos educativos e participativos e metodologia de intervenção democrática (CAPORAL e COSTA BEBER, 2001:8). Dessa forma, o planejamento das ações por parte da EMATER-RS vem ocorrendo em nível de comunidades rurais, com grande ênfase no processo organizacional dos agricultores, através de associações e cooperativas formais e informais, tendo por base as microbacias hidrográficas e a utilização de diagnósticos rápidos em sistema de produção (EMATER-RS, 1997:223).

As ações conjuntas desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), produtores e Prefeitura de Tocantins (município da Zona da Mata mineira), mediante construção de uma estação de monitoramento climatológico para avaliação de riscos fitossanitários, tem contribuído efetivamente para a redução do emprego de produtos químicos no controle de pragas e doenças dos cultivos praticados no referido município (FERREIRA, 2002:6).

Isto que vem ao encontro de uma das preocupações relacionadas à saúde humana e ambiental. Contudo, experiências extensionistas mais expressivas, estão ocorrendo neste mesmo estado, como aquelas relacionadas à gestão de recursos hídricos, no sistema de microbacias hidrográficas, que se insere na proposta de desenvolvimento rural sustentável, através da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS), hoje presentes em grande parte dos municípios mineiros (FERREIRA e BARBOSA, 2002:12-28).

Essas são algumas experiências que sinalizam para a emergência de um novo enfoque de desenvolvimento e de extensão rural, que também apontam para a viabilização de alternativas, outrora desprezadas ou ainda marginalizadas, evidenciando grande margem de acerto às proposições de SANTOS (2002:25) quando este diz:

“o que se pretende, então, é centrar a atuação simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que tem sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômicas baseadas na igualdade, na solidariedade e proteção ao meio ambiente”.

Face à situação exposta, emerge a necessidade, por parte das escolas e das instituições extensionistas, de se rediscutir de forma ampla e responsável, a formação atual e as perspectivas futuras dos profissionais de ciências agrárias, estes, que se constituem os planejadores e os agentes do processo de extensão rural, razão pela qual, embora assumindo o risco da exposição a seguir, vir a ser acoimada de se tratar de uma digressão, procede-se em seguida algumas observações sobre a disciplina, extensão rural, e o perfil profissional do extensionista, discutidos por estudiosos da questão.

Os estudos desenvolvidos por LEAL e BRAGA (1993:17-18) apontam que no Brasil, o ensino formal de extensão rural teve início em um contexto

social e institucional específicos, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 1958 e, posteriormente, em 1965 ganhou o status de disciplina acadêmica, para os cursos de ciências agrárias: agronomia, medicina veterinária, engenharia agrícola, engenharia florestal e zootecnia, tudo isso no âmbito da referida universidade.

Segundo esses autores, mesmo tendo experimentado diferentes fases em sua trajetória²⁶, a disciplina sempre norteou o seu conteúdo no sentido de preparar “o profissional para intervir na estrutura sócio-econômica agrícola, como se as soluções para seus problemas estivessem nos métodos de divulgação da novas práticas”.

A visão compartimentada, setorial e fragmentária, com a qual a universidade trabalha, dificulta ou mesmo inviabiliza a emergência de um processo interdisciplinar, onde a intercomplementariedade entre as diversas disciplinas componentes do currículo dos cursos anteriormente mencionados possa estruturar-se sobre um enfoque histórico/estrutural, crítico e dialético, conforme sugerem os aludidos autores:

“A idéia de que tais cursos devem oferecer conteúdos que permitam ao aluno fazer uma análise histórico-crítica das estruturas sócio-econômicas, ao lado dos conteúdos técnicos, leva a crer que a educação, como elemento de mudança social, ainda precisa ser repensada e discutida em toda a sua dinâmica filosófica e metodológica, em que pese a necessidade de questionamento da universidade como um todo (LEAL e BRAGA, 1993:19).

Por isso mesmo, os desafios que se impõem à formação dos profissionais em ciências agrárias ,vistos sob a ótica de LACKI (1997:5), que em relatórios sobre o tema, produzidos para a FAO, incluem, dentre outros, a necessidade de uma formação ética sólida, humanística, iniciativa e criatividade e consciência da necessidade de promover agricultura sustentável dentro de uma perspectiva holística.

A esse respeito, a proposição desenvolvida por FIALHO (1996:21) é inteiramente procedente, quando ele sugere a necessidade de “uma nova

²⁶ De acordo com LEAL e BRAGA (1994:26-27) esta disciplina (1958-1972), em sua função de produtora-treinadora, ajudava na formação do extensionista-reprodutor de que o sistema de extensão necessitava, que contratava e mantinha como “instrutor” dos novos extensionistas que ingressavam na instituição. Esse foi o referencial a partir do qual foram definidos os conteúdos a metodologia do ensino de extensão. Com a ausência de investimento do Estado na extensão rural, a partir da década de 80 e com esfacelamento das instituições ligadas a essa atividade, o extensionista rural passou a não mais constituir a classe restrita de agrônomos e economistas e sua função não se caracterizou de forma limitada, como anteriormente. Nos últimos anos uma das discussões que tem recebido maiores investimentos das instituições, associações e entidades é a dicotomização formação tecnológica/formação humanista, que permeia tais currículos.

abordagem para a disciplina extensão rural, que esteja ancorada epistemologicamente nos pressupostos da agricultura sustentável, destacando-se a adoção do enfoque sistêmico na fase do diagnóstico e definição de estratégias de ação, e uma visão renovada sobre o uso dos recursos naturais e dos insumos externos. Para esse autor, é importante levar-se em conta também as características regionais, a participação dos segmentos diretamente envolvidos na produção, de forma a garantir a rentabilidade da agricultura com maior equidade na distribuição dos seus resultados e preservação do potencial produtivo da mesma para as próximas gerações.

Nessa mesma linha de reflexão, CVALET (1996:29) entende que o ensino e a formação dos profissionais de ciências agrárias no Brasil ocorre no âmbito de uma educação instrumentalizadora, no contexto de uma sociedade desigual, onde se prioriza uma “educação mais especializada e adequada à difusão comercial dos avanços da ciência e da tecnologia em detrimento de uma educação mais integral; tal postura reflete a concepção de um homem unilateral, baseada na apologia do desenvolvimento científico e tecnológico, como capaz por si só de redimir as mazelas sociais e liberar ‘a humanidade da miséria’.

É ilustrativo dessa concepção a fala de uma das entrevistadas:

“(...) A atuação dos alunos no campo já leva a ter um conteúdo mais antropológico e sociológico da questão da relação do homem com a natureza (...). Eu não posso deixar de ministrar a filosofia da extensão rural, cuja categoria central significa difusão de tecnologia, mas primeiro eu tenho que trabalhar a cultura do homem, e aí cultura leia-se: o local, o espaço, o tempo, o costume, o cotidiano, a origem, o modo de vestir, ou seja o habitus no sentido do grande sociólogo Pierre Bourdieu, o habitus, aquilo que está formado e formando-se, está na entranha do camponês, do pequeno produtor, do agricultor, e está em formação, ou seja, aquilo que está estruturado e que vai ser estruturante”.

Cumprindo, portanto, a extensão rural, juntamente com outras áreas do conhecimento - com base na sua trajetória histórica e aproximação com a realidade brasileira - contribuir decisivamente para a edificação de um modelo pedagógico que possibilite a formação de um profissional mais bem informado e sintonizado com a busca da superação dos diferentes problemas enfrentados pelas comunidades rurais (CVALET, 1996:31).

Segundo MUNIZ (1996:27), “é necessário capacitar o técnico em novas áreas de conhecimento, tais como: gestão e planejamento em C&T, processo

de geração de tecnologias, políticas públicas, marketing e pesquisa de avaliação”. Para o autor, as expectativas de novos papéis dos profissionais da extensão rural e da pesquisa agropecuária incluem efetivamente “a problematização da dimensão científica, em nível de socialização acadêmica, ensino de graduação, é oportuno a inclusão de tecnologias emergentes, visando a criação de um ‘novo tipo de ciência e de cientistas’”.

Frente a um mundo em constante mudança, coloca-se a questão da necessidade de se pensar em novas formas de abordagens pedagógicas, contexto em que a postura autoritária, conservadora e tradicional dos profissionais dá lugar a um novo profissional conhecedor da realidade do agricultor e capaz de refletir sobre a sua prática, interagir com outros profissionais e com os agricultores, capaz de promover a reflexão ‘na’ e ‘sobre’ a ação. Segundo SOUZA (2002:5) estudos relacionados à extensão rural, desenvolvidos na década de 90, apontam a emergência de novas abordagens e formas de se fazer extensão, cujas principais características valorizam o saber popular, partem de um novo enfoque e, por certo, exigirão um novo perfil de extensionista. Isso assume grande relevância no caso da extensão rural amazonense, considerando as peculiaridades do contexto amazônico.

Portanto, o presente estudo orientou-se pela idéia de que são muitas as dificuldades ou limitações impostas à extensão rural amazonense, no sentido de gerar um enfoque extensionista mais compatível com a diversidade e a complexidade do contexto amazônico, tomando como referência os atuais fundamentos filosóficos, pedagógicos e metodológicos que norteiam a referida ação extensionista. Tais óbices, identificados pela pesquisa realizada, evidenciaram-se com grande expressividade no planejamento e nas ações extensionistas do IDAM-AM.

Analisando-se a aludida questão sob a abordagem educacional de BRANDÃO (1986:28), observa-se que muitas vezes é difícil ao educador imaginar que as suas questões de “adequação” tem a ver com o teor político das relações de poder - disfarçadas como “serviços” - entre classes desiguais. Relações que a fala pedagógica evita enfrentar, porque ali estão situações de fato que não se adequam à lógica do poder à qual serve a educação.

Como assinala BRANDÃO (1986:21) no saber coletivo do camponês não existem vazios a serem plenamente preenchidos pelo educador - ainda

que se admitindo diferenças de grau e de lógica de conhecimento - uma vez que “todo o tipo de saber que o educador trás já existe ali, de algum modo, como um tipo de saber popular: a ciência natural e a social, a tecnologia de trabalho e vida, o conhecimento jurídico, o filosófico, o artístico e o religioso; as regras viáveis do trabalho político possível”.

Diante do exposto observa-se que, não obstante o fato de admitir-se a existência de dificuldades para a emergência de uma ação extensionista, no estado do Amazonas, mais identificada com o seu público e com a região, é possível imaginar aquilo que FREIRE (1985:55) assinala: “a existência de um viável e um inviável diante de nós”, é pois, referenciado no primeiro, que procurou-se realizar esse estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender-se a atual realidade da sociedade brasileira a partir do homem concreto, real, como ser de relações numa sociedade real, implica na necessidade de adoção de uma pedagogia voltada para o homem concreto em uma sociedade histórica e socialmente situada e não uma pedagogia válida em todos os contextos, para todos os homens (GADOTTI, 1991:53).

Nesse sentido, entende-se que a concepção pedagógica a orientar o planejamento e a ação da extensão rural deverá configurá-la como área do conhecimento vista como área problema e, que deverá superar os limites da incorporação de conteúdos de outras disciplinas - agronomia, zootecnia, administração e economia rural, comunicação e sociologia rural -, uma vez que a extensão rural com base na noção de conhecimento incorporado procura sistematizar as informações oriundas dos distintos campos da ciência, para posteriormente aplicá-los na solução de problemas nas comunidades rurais. Tal situação deverá dar lugar a uma abordagem que conforme MUNIZ (1999:57), situe a extensão como área sujeita ao conhecimento e não como uma área de solução de problemas práticos, estruturando-se para conceber, apreender, analisar, avaliar, prever, criticar, fiscalizar, voltando-se para a ação preparatória para a intervenção.

O estudo ora desenvolvido considerou dentre outras, a elaboração teórica de Mannheim, sobre educação como técnica social - esta que segundo ele, poderá ser utilizada para fins mais ou menos altruísta, dependendo da

vontade que a inteligência humana dela fizer - aplicada no estudo da questão em tela, possibilitou identificar a intencionalidade da prática extensionista do IDAM-AM, cuja concepção pedagógica, ancorada nos princípios da abordagem convencional/intervenção tutorial, configura-se como uma estratégia de manipulação e dominação. Por outro lado, entende-se que o fato de ter sido a extensão rural concebida, em, e para outro contexto, não fica impossibilitada a sua reorientação, conforme as experiências atualmente em curso em outros estados da federação. Isto que por certo, justifica-se plenamente, em face das atuais transformações sociais, no complexo contexto sócio-ambiental amazônico

De acordo com o objetivo preconizado para esse estudo, o de verificar a concepção pedagógica no planejamento das ações do IDAM-AM, associado às discussões decorrentes da problematização norteadora desta investigação, a pesquisa realizada possibilitou perceber que, impõe-se a extensão rural amazonense - representada pelo IDAM-AM - como condição indispensável para a concretização de suas ações em novos patamares, que o modelo produtivista, imediatista e hegemônico que tem marcado o desenvolvimento rural, dê lugar a um enfoque que tenha por escopo a compreensão dos agroecossistemas, como unidades fundamentais, cujas relações entre os elementos componentes: transformações energéticas, processos biológicos e as relações sócio-econômicas, sejam concebidas, analisadas e interpretadas em conjunto.

A mudança do enfoque desenvolvimentista, conforme o acima sugerido, exige uma profunda revisão de seus pressupostos educacionais, filosóficos, metodológicos e pedagógicos, conforme a proposição desenvolvida por ALENCAR (1990) relacionada a abordagem participativa que, dentre outros aspectos, sugere a construção coletiva, no processo de planejamento e ação. Isto que segundo MANNHEIM (1982), constitui elemento central do planejamento educacional para a edificação de uma sociedade mais inclusiva e democrática, uma vez que, para esse sociólogo, o planejamento democrático não resulta de planos isolados, porém sim de conexões interdependentes, envolvendo os atores sociais, levando-se em conta o processo histórico-social.

Os princípios que têm norteado, até o presente momento, não só a ação extensionista do IDAM, como também a formação dos profissionais que

atuam nas diversas atividades ligadas à extensão rural, deverão dar lugar a uma epistemologia da ciência, cujos conhecimentos possibilitem aos mesmos, uma precisa compreensão interdisciplinar das relações que envolvem processos biotecnológicos, sócio-econômicos, políticos, culturais e ambientais, tendo a pessoa humana como núcleo dessa preocupação.

Uma observação mais atenta desse fato, à luz das conceituações desenvolvidas por Mannheim permitiu identificar-se que o planejamento das ações do IDAM, longe de contribuir para um maior socialização dos indivíduos e dos grupos sociais para os quais suas ações são dirigidas, expressa na realidade - as falas dos entrevistados e os documentos da instituição reafirmam - um forma de elaboração anti-dialógica conforme a perspectiva freiriana, colocando-se, portanto, muito distante de alicerçar a construção de um novo e criativo modelo extensionista, com vistas a fazer frente às demandas dos produtores e às transformações que se operam no campo e no contexto mais amplo da sociedade.

No que diz respeito à relação existente entre a pesquisa agropecuária e a extensão rural no Estado do Amazonas expressa, sobretudo, pela EMBRAPA-AM e pelo IDAM-AM, respectivamente, verificou-se que a relação existente entre as referidas instituições não tem se dado de forma suficiente, evidenciando a ausência e, mesmo, a incapacidade de articulação, que também se expressa-se no distanciamento relacionado às demais organizações ligadas a educação, financiamento, regularização fundiária, ambiental, pesquisa e extensão.

A pesquisa empírica, a partir da fala dos entrevistados e das fontes documentais permitiu identificar a existência de uma pequena infra-estrutura e de um reduzido quadro funcional do IDAM, associado à extensão territorial do estado, às áreas e as distâncias entre os municípios, que inviabilizam a concretização das metas e objetivos preconizados pela instituição, e isso assume um grau de dificuldade maior, quando se percebe, que pela inexistência de uma Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, as atribuições de fomento e estímulos à produção ficam sob a responsabilidade do órgão em questão, que desaparelhado/desestruturado reflete com muita nitidez, a baixa expressividade do setor primário amazonense.

No que diz respeito à geração de tecnologia, ficou evidenciado que os princípios da Revolução Verde - uso intensivo de máquinas, produtos químicos, e espécies melhoradas geneticamente como forma de elevar a produção e a produtividade, em nome da eliminação da fome no mundo - ainda estão a definir as prioridades de pesquisa e as formas de ação. Aspecto este que enseja a necessidade de correção de rumos em direção a uma ciência e tecnologia mais participativa e interativa, uma vez que são muitas as possibilidades e os caminhos, não bastando trocar técnicas ou práticas, porém sim, construindo-as na diversidade do contexto sócio-cultural em que são concebidas, o que, por certo, constitui uma tarefa árdua porém não impossível.

Do ponto de vista mais específico das atividades relacionadas à agricultura, é indispensável a atuação conjunta das diversas instituições, sobretudo quando se tem em mente as dificuldades que se expressam nas distâncias, nos investimentos, nos recursos humanos disponíveis, nas instituições do setor primário amazonense. Diante desse cenário, apresentam-se as seguintes sugestões:

- Frente às amplas responsabilidades assumidas pelo órgão, cumpre-lhe o dever de explicitar para a sociedade amazonense o que é, e quais são as verdadeiras atribuições e competências do IDAM-AM, como empresa de assistência técnica e extensão rural, bem como, das demais atividades que, por força de lei e de seu regimento, passaram a fazer parte de sua área de atuação.
- De acordo com as discussões travadas no item: “Refletindo a desestruturação”, cabe ao órgão explicitar para os agricultores os limites e as possibilidades de realização do IDAM, levando-se em conta, inclusive, as parcerias e outras formas de atuação articulada.
- Treinar o quadro funcional, especialmente os técnicos/extensionistas em caráter de urgência, em face da defasagem de conhecimentos reconhecida, tanto pelos profissionais, quanto pela própria instituição, especialmente considerando-se o atual contexto, em que emergem novos e mais sofisticados processos produtivos, tal como: a agricultura de precisão, e a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM's) e, que, ao mesmo tempo, cresce o interesse por formas produtivas ecologicamente mais saudáveis. E isto por certo impõe-se ao IDAM, como uma instituição de

ATER, como condição indispensável para fazer frente aos novos desafios relacionados a essas questões.

- O estudo permitiu identificar também a lacuna representada pela carência de informações, relacionadas aos programas e projetos de desenvolvimento, bem como àquelas ligadas ao desempenho geral das atividades do setor primário amazonense, aspecto este evidenciado na dificuldade de obtenção de alguns documentos, como por exemplo: aqueles relacionados à criação da CIAMA e do Programa Terceiro Ciclo, ambos registrados de forma vaga e difusa, e sem o merecido registro, em face da importância que lhes são atribuídas pelos responsáveis pela sua criação. Isto sugere a necessidade da elaboração de um banco de dados relacionado aos programas e projetos desenvolvidos pela instituição, envolvendo dentre outras informações relacionadas a produção agropecuária, extrativista e agro-industrial, decorrente das ações voltadas para o desenvolvimento de culturas e criações, e disponibilizá-los aos interessados.
- Um outro aspecto de grande relevância evidenciado pela pesquisa, notadamente no item: “Refletindo a desestruturação”, foi o desaparecimento das unidades locais do IDAM, no que diz respeito aos equipamentos e aos processos de comunicação. Tornando-se necessário informatizar adequadamente as unidades locais e capacitar todo o pessoal das referidas unidades. Construir um site na Internet para disponibilizar as informações de ordem geral da empresa, visando melhorar também o seu fluxo de informação.
- As discussões desenvolvidas no item: “A pesquisa agropecuária e a extensão rural no Estado do Amazonas”, possibilitaram identificar que a informalidade, prevalece nas relações institucionais existente entre os diversos órgãos do setor primário amazonense, conforme depoimento dos entrevistados e estudos desenvolvidos por OLIVEIRA (1998). Embora deva se reconhecer o limites e as dificuldades que se impõe as organizações para a adoção de procedimentos participativos e interdisciplinares, cabe ao IDAM - enquanto órgão de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas para o setor rural amazonense - promover um maior intercâmbio com as co-irmãs dos demais estados, bem como com as organizações

públicas e privadas do setor primário do Estado do Amazonas, visando a troca de experiência, e maior eficiência de suas ações

Portanto, a pesquisa empírica e as interpretações dos significados expressos pela relação existente entre o teor dos documentos, a fala dos entrevistados e os argumentos e conceitos teóricos que basearam tais discussões, evidenciaram a ocorrência de uma dissonância entre os objetivos estabelecidos pelo planejamento das ações do IDAM-AM, e as especificidades do contexto amazônico.

Frente ao exposto, vale aqui ressaltar uma das reflexões desenvolvidas por BRANDÃO (1986:30) que expressa muito bem, a compreensão e as inferências decorrentes da problematização, escolhida para fins de investigação

É preciso não esquecer que mesmo aquilo que a comunidade de camponeses aceita e integra ao seu universo vivo de cultura só é efetivamente incorporado depois de passar por um duplo, inteligente e invisível trabalho de redefinição: da lógica erudita da agência de mediação para a lógica popular das agências camponesas de trabalho social equivalente; das estruturas sociais de mediação para as estruturas locais de classe.

Portanto, é imperioso destacar que a melhoria e a adequação do processo de atuação do IDAM, mediante a superação dos problemas de ordem infra-estrutural, poderá representar alguns ganhos, porém, é preciso reconhecer como indispensável, que a extensão rural amazonense possa rever os seus fundamentos, notadamente os de natureza pedagógica - objeto principal desse estudo -, uma vez que os desafios são cada vez mais crescentes, nesse contexto de grandes transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1987.

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - JICA/IDAM. **Estudo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através da agricultura, gestão e manejo racionais dos recursos naturais do estado do Amazonas**. 2002.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão Rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, 1990.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural sustentável). In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, 1997.

ALVIM, P.T. **Agricultura na região amazônica: agricultura brasileira e pesquisa agropecuária - EMBRAPA**. Brasília: EMBRAPA, 2000. 194 p. (Comunicação para Transferência de Tecnologia).

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO AMAZONAS - ACAR-AM. **Plano Anual de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Manaus, 1976.

BARROS, A.J.P., LEHFELD, N.S. **Projetos de pesquisa: propostas metodológicas**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 102 p.

BICCA, E.F. **A extensão rural: da pesquisa ao campo**. Guaíba-RS: Agropecuária, 1992. 184 p.

BOTELHO, V.L. Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e as populações locais: o caso dos pequenos produtores rurais. In: GOLDENBERG, M. **Ecologia, ciência e política**. 1992.

BRAGA, G.M. **Comunicação e agricultura: condicionantes do conhecimento e do uso de técnicas agropecuárias pelos produtores rurais de Montes Claros - MG**. São Paulo: USP, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1990.

BRANDÃO, C.R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C.R. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986. (Coleção Krieses).

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. 22.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos)

BRANDÃO, C.R. **Casa de Escola: cultura camponesa e educação rural**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1984.

CALAZANS, M.J.C. Depoimento de camponeses - seus saberes e suas lutas - uma contribuição coletiva ao debate. In: _____. **Sociedade civil e educação**. Campinas/São Paulo: Papirus/CEDES, 1992. (Coletâneas CBE).

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria: UFSM, 1991. 221 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

CAPORAL, F.R. Reflexões sobre o passado e o futuro da extensão rural no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31, 1993, Ilhéus. **Anais...** Brasília: SOBER, 1993. v. 1, p. 535-547.

CAPORAL, F.R., COSTA BEBER, J.A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Revista ABRA**, v. 24, n. 3, p. 70-90, 1994.

CAPORAL, F.R., COSTA BEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-ES, 2001. 36 p. (Textos Seleccionados, 22).

CARRETERO, M. **Construtivismo e educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

CAVALET, V.J. Os desafios da extensão rural no presente: o ensino de extensão rural em questão. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 1, n. 1, 1996.

CHONCHOL, J. Políticas de desenvolvimento rural integrado na América Latina nos últimos primeiros anos. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA - BELO HORIZONTE 2000: PERSPECTIVAS PARA O BRASIL, 1984, Brasília. **Anais...** Brasília: MA, SUPLAN/FAO, 1984. p. 137-154.

CLEAVER JR., H. As contradições da revolução verde. **Revista Monthly Review**, n. 24, p. 80-111, 1972.

COELHO, F.M.G. **A produção científico-tecnológica para agropecuária: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados**. Viçosa: UFV, 1992. 243 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1992.

COHN, G. et al. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M.C.B. **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA NETO, C. Ciências e saberes: tecnologias convencionais e agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2000.

DE MUNER, M.L.O. **A prática extensionista como processo educativo no município de Jaguaré-ES: limites e possibilidades**. Viçosa: UFV, 1997. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1997.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 11.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL. **II Plano Diretor – Embrapa Amazônia Ocidental**. Manaus, 2000-2003. 55 p (Embrapa Amazônia Ocidental, 10).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS - EMATER-AM. **Informativo**. 1987.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EMATER-RS. A agricultura sustentável e a extensão rural: como ampliar a adesão dos agricultores. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

FERNANDES, F. A educação numa sociedade tribal. In: FORACCHI, M.M., PEREIRA, L. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1973. 449 p.

FERREIRA, H. Tecnologia e assistência a favor da vida. **Revista da EMATER-MG**, ano 24, n. 74, mar. 2002.

FERREIRA, H., BARBOSA, A. Prêmio Minas ecologia para trabalhos ambientais com participação da EMATER-MG. **Revista da EMATER-MG**, ano 24, n. 74, mar. 2002.

FERRET, C.J. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, W.E. (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1980. (Coleção Educação Contemporânea).

FIALHO, J.R.O. Historicidade da disciplina de extensão rural. **Revista de Extensão Rural**, Santa Maria, v. 1, n. 1, 1996.

FIGUEIREDO, R.P. **Política agrícola, reforma agrária e extensão rural: proposições a Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília: EMATER-DF, 1987. 40 p.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

FRAXE, T.J.P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato da águas**. São Paulo: Anna Blume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo Estado do Ceará, 2000. 192 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 95 p. (O Mundo Hoje, 24).

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 6.ed. São Paulo: Moraes, 1986. (Coleção Educação Universitária).

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. (Coleção Educação Contemporânea).

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1995. 160 p. (Série Fundamentos).

GARCIA, W.E. **Educação: visão teórica e prática pedagógica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 173 p.

HERCULANO, S.C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - IDAM-AM. **Informativo**. s.d.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - IDAM-AM. 2001.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - IDAM-AM. **Plano Diretor - 2003/2006: rumo ao desenvolvimento rural**. Manaus, 2002. 66 p.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C. et al. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. 574 p. (Série IPEA, 127).

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesses no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da Nossa Época, 63).

LACKI, P. **A formação de profissionais para profissionalizar os agricultores e para o difícil desafio de produzir mais e melhor com menos recursos**. Santiago, Chile, 1997. (Encontro Regional da FAO para a América Latina e o Caribe).

LEAL, M.G.S.F., BRAGA, G.M. Extensão rural: estrutura curricular e sua dimensão. **Economia Rural**, Viçosa, v. 5, n. 3/4, 1994.

LESCURE, A. et al. Povos de floresta na Amazônia Central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, P.F., WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997. (Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade).

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 161 p. (Coleção Magistério, 2 - Série Formação do Professor).

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir . **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, 2002.

LUTZENBERGRS, J.A. O absurdo da agricultura. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 12.ed. São Paulo: Nacional, 1980. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59).

MANNHEIM, K. Educação como técnica social. In: FORACCHI, M.M., PEREIRA, L. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1973. 449 p.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 208 p.

MANNHEIN, K., **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. 214 p.

MANNHEIM, K., STEWART, W.A.C. **Introdução a sociologia da educação**. São Paulo: Cultrix, 1962. 202 p.

MASSELLI, M.C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165 p.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 46-108.

MAZOYER, M.C. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectiva**. Rio de Janeiro: ASP-TA, 1991. 18 p.

McMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. 2.ed. Thousand Oaks, Califórnia: Fine Forge Press, 2000. p. 70-71.

MEDEIROS, J.X., BRANDÃO, G.E. **Programa de C&T para o desenvolvimento do agronegócio**. Brasília: CNPq, 1998.

MELGAÇO, S.B. **Variáveis individuais e estruturais associadas com uma cultura inovadora, o milho, no estado do Amazonas**. Viçosa: UFV, 1979. 72 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1979.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o dizer e fazer: a coragem de começar**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

MIRANDA JR., A.S. **Orientação ao risco e adoção de inovações entre produtores de mandioca no Estado do Amazonas**. Viçosa: UFV, 1977. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1977.

MOONEY, P.R. **O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos**. São Paulo: Nobel, 1987.

MOOG, V. **O ciclo do ouro negro**. 2.ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5.ed. Brasília: Cortez/UNESCO, 2002.

MUNIZ, J.N. Os desafios na extensão rural no presente. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 1, n. 1, 1996.

MUNIZ, J.N. Novas perspectivas para a extensão rural: o desenvolvimento local sustentado. In: FÓRUM DE DEBATES SOBRE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTADO, 1998. **Anais...** Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1998. (Projeto PNUD, 12).

NICOLSKY, R. **Folha de São Paulo - Coluna Dinheiro**, 29 jul. 2001.

NODA, S.N. et al. Os processos de trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 2, 1995, Londrina. **Anais...** Londrina, 1995.

OLIVEIRA, W.L. **Influência das relações informais e interinstitucionais em projetos de difusão de tecnologia: a experiência de Careiro da Várzea-AM.** Viçosa: UFV, 1998. 107 p. (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Viçosa, 1998.

PATERNIANI, E. Agricultura sustentável nos trópicos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

PEREIRA, L., FORACCHI, M.M. **Educação e sociedade.** 6.ed. São Paulo: Nacional, 1973. 449 p.

PINHEIRO, S.L.G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2000.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola.** Piracicaba: ESALQ, 1987. 201 p. Tese (Livre Docência) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1987.

QUEIROZ, M.I.P. Reflexões sobre pesquisas sociológicas. **Cadernos Ceru**, p. 16-17, 1992.

RELATÓRIO ESTADUAL DO AMAZONAS. **Subsídios à elaboração de uma proposta de reformulação dos serviços de extensão rural da Amazônia/IDAM.** Manaus-AM, 2002.

ROGERS, E.M. **Diffusion of innovations.** 3.ed. New York: Free Press, 1983.

ROLING, N. Em direção a uma ciência agrícola interativa. **European Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 2, n., 4, p. 35-48, 1996.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

SALLES FILHO, S. O fim do padrão produtivista e a necessidade de rever conceitos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 9, n. 1/3, p. 118-120, 1993.

SANTOS, B.S., RODRIGUES, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAWEYR, D.R. Campesinato e ecologia na Amazônia. In: HOGAM, D., FREIRE, P. (Orgs.). **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1995. (Coleção Momento).

SCHMITT, W. **Extensão rural: um cenário para o futuro**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1995. 24 p. (Série Textos Seleccionados, 1).

SEITZ, J.L. **A política do desenvolvimento: uma introdução a problemas globais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SHIVA, V. **A semente e a roca de fiar: desenvolvimento de tecnologia e conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro: AS/PTA, 1992. 17 p. (Textos para Debate, 47).

SILVA, J.V. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

SILVA, J.G. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SIMON, A.A. A extensão rural e o novo paradigma. **Revista de Agropecuária Catarinense**, v. 9, n. 2, jun. 1996.

SOUSA, G.F. et al. **Caracterização agro-sócio-econômica de unidades agrícolas familiares do município de Iranduba**. Manaus: EMBRAPA-CPAA, 1998. 40 p. (EMBRAPA-CPAA - Documentos, 15).

SOUZA, J.R.F. Pesquisa, extensão e o agricultor: envolvimento, participação ou intervenção? O papel do profissional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 205-238, 1995.

SOUZA, I.S.F., SILVA, J.S. Ainda as grandes questões sociais na agricultura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30, 1992, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 1992.

SOUZA, J.R.F., FURTADO, E.D.P. A extensão rural oficial e a educação popular: a intervenção participativa dos atores como uma estratégia para uma nova institucionalidade. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SPEYER, A.M. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA. **Workshop: cadeias produtivas, clusters e extensão rural**. Manaus, 2000.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** Rio de Janeiro: J. Olympio; Manaus: SUFRAMA, 1983. (Coleção Documentos Brasileiros, 193).

TRIGO, E.J. **Pesquisa agrícola para o ano 2000: algumas considerações estratégicas.** Brasília: EMBRAPA, 1992. p. 9-25. (Caderno de Ciência e Tecnologia).

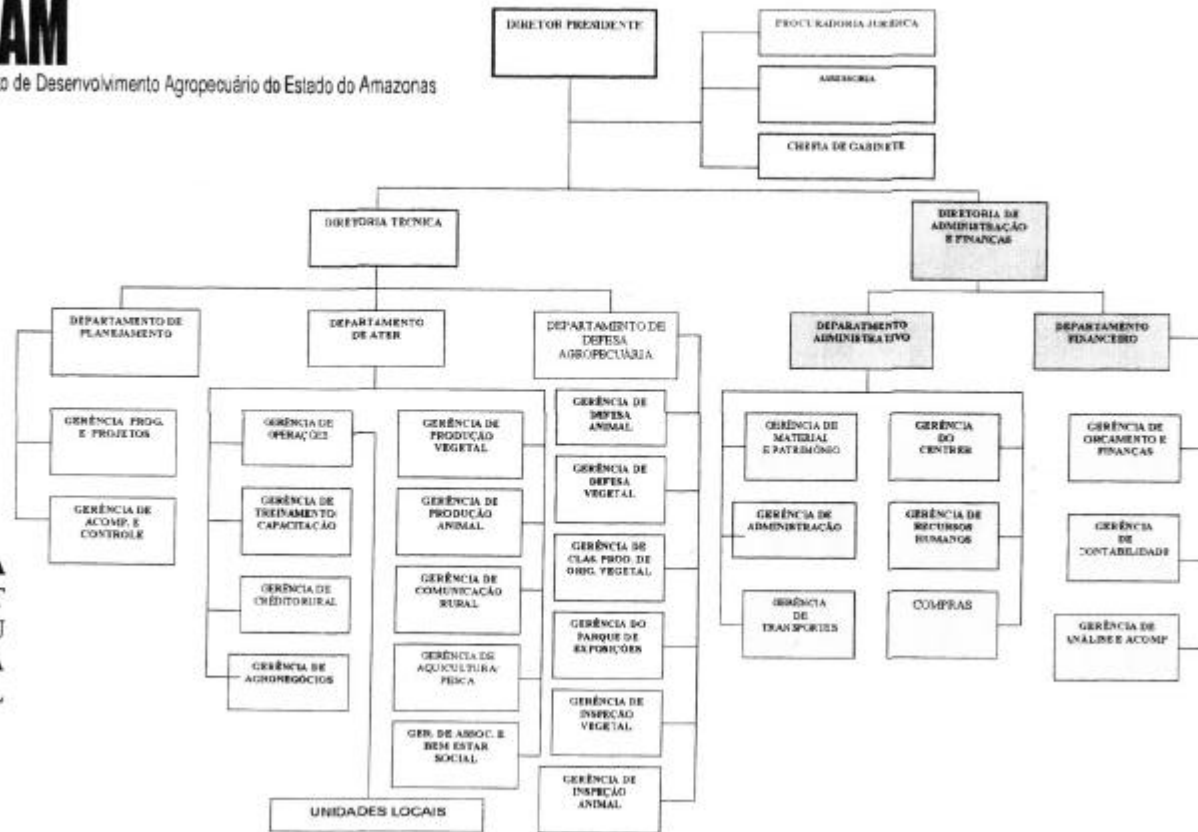
APÊNDICES

APÊNDICE A

IDAM

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

ORGANOGRAMA
ATUAL



APÊNDICE B

Quadro 1B - Número de funcionários do IDAM

Cargo	Alocação			Total
	Unidade central	Unidade local	Disposição outros órgãos	
Engenheiro Agrônomo	13	21	2	36
Engenheiro de Pesca	2	5	1	8
Engenheiro Florestal	1	0	1	2
Engenheiro Mecânico	1	0	0	1
Engenheiro Civil	1	0	0	1
Médico Veterinário	10	11	1	22
Biólogo	1	0	0	1
Economista	1	0	0	1
Contador	1	0	0	1
Jornalista	1	0	0	1
Bibliotecária	2	0	0	2
Pedagogo	1	0	0	1
Sociólogo	0	1	0	1
Filósofo	0	1	0	1
Téc. de Nível Superior	7	4	5	16
Téc. em Agropecuária	17	142	2	161
Extensionista Social	4	3	0	7
Assistente Técnico	22	39	0	61
Assist. Administrativo	1	1	2	4
Agente Administrativo	21	5	0	26
Téc. em Contabilidade	2	0	0	2
Auxiliar Técnico	2	3	0	5
Aux. de Escritório	0	5	0	5
Aux. .Serv. Gerais	17	10	0	27
Motorista	12	37	0	49
Motorista Fluvial	0	6	0	6
Vigia	12	14	0	26

Quadro 1B, Cont.

Cargo	Alocação			Total
	Unidade central	Unidade local	Disposição outros órgãos	
Capataz	1	0	0	1
Artífice	5	0	0	5
Desenhista	1	1	0	2
Fotografo	1	0	0	1
Operador Gráfico	2	1	0	3
Operador de Máquina	2	3	0	5
Trabalhador de Campo	1	0	0	1
Telefonista	1	0	0	1
Total geral	166	313	14	493

Fonte: Relatório Estadual do Amazonas - IDAM (2000).

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista a ser realizada junto aos profissionais do IDAM-AM, IBAMA-AM, UFAM, EMBRAPA-AM, COOTERMA e COOTEAMA, com vistas a obtenção de dados para a elaboração da dissertação: A extensão rural no contexto amazônico: a pedagogia na ação extensionista do IDAM-AM.

1. Identificação: nome e cargo ou função exercida na instituição.
2. Você considera que o planejamento do IDAM-AM concebe a extensão rural enquanto uma prática educativa?
3. Considerando-se a sua formação (pedagogo), em que medida você tem participado da elaboração do planejamento das ações extensionistas do IDAM-AM?
4. O quadro de servidores do IDAM-AM apresenta um número total de 516 profissionais. É bem verdade que o Relatório da Comissão Estadual do Amazonas 2002, apresenta um número ainda bem menor. Como fazer frente as inúmeras atribuições: planejamento, fomento, defesa agropecuária e extensão rural, assumidas pelo IDAM-AM, com esse reduzido quadro de recursos humanos?
5. Como você vê a atual situação de aparelhamento: equipamentos e materiais, tanto no escritório central, quanto nas unidades locais do IDAM-AM?

6. Que concepção de educação e de homem tem norteado os conteúdos, e orientado as ações, no que diz respeito à disciplina extensão rural, ministrada na Universidade do Amazonas?
7. Que procedimentos pedagógicos e metodológicos você acredita ser necessário para democratizar o trabalho da extensão rural amazonense?
8. Como se dá o planejamento das ações extensionistas do IDAM-AM, voltadas para o meio rural?
9. Que critérios são utilizados na definição das prioridades das ações extensionistas desenvolvidas pelo IDAM-AM?
10. Que possibilidades concretas se colocam para você subgerente de unidade local, planejar suas ações no sentido de atender as demandas dos produtores rurais, que não estão contemplados no plano operativo?
11. Considerando-se a extensão rural como uma forma de educação informal. Que critérios são utilizados na definição das futuras ações desenvolvidas pelos seus técnicos?
12. Como se dá a relação entre o IDAM-AM e as demais instituições do setor primário amazonense, notadamente a pesquisa agropecuária, representada pela EMBRAPA-AM?
13. De que forma a EMBRAPA-AM tem definido as prioridades de pesquisa. Considerando-se a atuação da EMBRAPA-AM?
14. A existência de um setor de difusão de tecnologia, na EMBRAPA-AM, não coloca a sobreposição de atividades, envolvendo os órgãos de pesquisa e extensão?
15. Que metodologia é utilizada pelos técnicos do IDAM-AM, na efetivação da ação extensionista rural?
16. O que mudou nos procedimentos metodológicos utilizados atualmente pelo IDAM-AM, em relação às abordagens anteriores?
17. Que lugar é reservado aos agricultores na pesquisa agropecuária desenvolvida pela EMBRAPA-AM?
18. Você considera suficiente o tratamento dado pelo planejamento das ações do IDAM-AM, em relação às prioridades e a vocação da região amazônica?
19. Com base no quadro atual, que cenários e perspectivas você vislumbra para a extensão e o setor público rural do Estado do Amazonas?